

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE NUTRIÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM NUTRIÇÃO E SAÚDE

PAULA MEDEIROS COSTA

**GESTÃO E EXECUÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE
ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NOS INSTITUTOS FEDERAIS DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

Goiânia
2015

PAULA MEDEIROS COSTA

**GESTÃO E EXECUÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE
ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NOS INSTITUTOS FEDERAIS DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

Dissertação apresentada à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Nutrição e Saúde da Faculdade de Nutrição da Universidade Federal de Goiás, como exigência para obtenção do Título de Mestre em Nutrição e Saúde

Orientadora: Prof^a Dr^a Estelamaris T. Monego

Co-orientadora: Prof^a Dr^a Marília M. Guimarães

Linha de pesquisa: Segurança Alimentar e Nutricional

Goiânia
2015

Ficha catalográfica elaborada automaticamente
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob orientação do Sibi/UFG.

Costa, Paula Medeiros

Gestão e Execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar nos
Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia [manuscrito] /
Paula Medeiros Costa. - 2015.

114 f.

Orientador: Profa. Dra. Estelamaris Tronco Monego; co-orientadora
Dra. Marília Mendonça Guimarães.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade
de Nutrição (Fanut) , Programa de Pós-Graduação em Nutrição e Saúde,
Goiânia, 2015.

Bibliografia. Anexos. Apêndice.

Inclui siglas, tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. alimentação escolar. 2. nutricionista. 3. políticas públicas. 4.
programas e políticas de alimentação. I. Monego, Estelamaris Tronco,
orient. II. Guimarães, Marília Mendonça, co-orient. III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE NUTRIÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM NUTRIÇÃO E SAÚDE

PAULA MEDEIROS COSTA

**GESTÃO E EXECUÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE
ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NOS INSTITUTOS
FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

**Dissertação DEFENDIDA e APROVADA em 31 de março de 2015, pela
Banca Examinadora constituída pelos membros:**

Profª Drª Nusa de Almeida Silveira
ICB II / UFG

Profª Drª Ana Clara Martins e Silva Carvalho
HC/UFG

Profª Drª Estelamaris Tronco Monego
FANUT/UFG

Membros suplentes:

Profª Drª Lucilene Maria Sousa
FANUT/UFG

Profª Drª Maria Raquel Hidalgo Campos
FANUT/UFG

*Dedico este trabalho
aos amores e razão da minha vida:*

*Iasmyn (filha), Danilo (esposo),
Maria de Fátima (mamãe), Joaquim (papai),
Karla e Renata (irmãs) e Maria (vovó).*

AGRADECIMENTOS

À Deus, pela oportunidade de existir e me dar saúde e força para vencer mais esta etapa da minha vida;

À minha princesa Iasmyn pelos sorrisos, brincadeiras, paciência (até sem entender o significado dessa palavra) e pela frase “Mamãe eu te amo e vou estudar igual a senhora”. Te amo filha!

Ao meu amor, amigo, companheiro e esposo Danilo, pelo amor, carinho, conselhos, paciência, força, apoio incondicional e por sempre acreditar em mim. Te amo eternamente. Obrigada!

Aos meus pais e irmãos pela força, incentivo, conselhos e por cuidarem da minha filha nos momentos de estudo. Sem vocês não teria conseguido. Pais e irmãos amo vocês!

À minha amada avó Maria, por sempre me apoiar e ser exemplo de força e garra. Te amo muito!

À minha avó Dica pelo incentivo, confiança e apoio espiritual. Te amo!

A todos os meus familiares (tias, tios, primas e primos) que torceram e acreditaram em mim, em especial a tia Célia, madrinha Sueli, tia Lúcia e primas Thais, Meire e Marília.

Ao tio Jozias, tia Ozana, Adriana e Sandra por sempre estar do meu lado e torcendo por mim. Amo vocês!

Aos meus sogros pela força e confiança. Que Deus continue abençoando vocês!

Ao meu cunhado Gustavo pelo apoio, amizade e por compartilhar seu tempo com a Iasmyn. Obrigada !

À minha cunhada Aline, pela força e amizade. Obrigada!

Ao meu concunhado Pedro Neto pela paciência comigo e com a Iasmyn durante as viagens de Goiânia à Morrinhos. Valeu!

Ao meu afilhado Yan, pelo incentivo e amizade. Te admiro muito!

À minha orientadora Estelamaris, que desde a graduação me apoiou e incentivou. Obrigada pelos conselhos, sugestões, correções, seriedade e rigor acadêmico. Te admiro!

À minha co-orientadora Marília, pelas orientações, correções e sugestões mesmo estando de licença maternidade. Obrigada pela força!

Ao professor Mário, pelo apoio e orientação na análise estatística do trabalho.

Aos amigos eternos: Ana Maria, Leandro, Vivian, Ênio, Thales, Wanderson, Roberta, Adelmo e Robson pela força, amizade e conselhos. Obrigada, vocês estarão sempre no meu coração!

À amiga e colega de trabalho Daniela Custódio, pela ajuda na elaboração do questionário, por ser minha “cobaia” na hora de testar o instrumento de coleta de dados e pela troca de experiências e conhecimentos. Obrigada Dani!

À amiga Marina pela amizade e colaboração na tradução dos resumos. Obrigada Marina!

À equipe do refeitório do Instituto Federal Goiano Campus Morrinhos, Adriana, Estefane, Keury, Marlene, Sonilda e Valdivino pelo apoio, carinho e amizade e por não descuidarem do refeitório e conseqüentemente dos discentes, durante meu afastamento para realização do mestrado.

Às minhas novas amigas Thatiana e Dayane, pela amizade e incentivo!

Às companheiras de mestrado Gabriela, Géssica, Lucinda e Priscila pelo apoio, conselhos, desabafos e troca de conhecimento. Serei eternamente grata a vocês!

Às graduandas de nutrição Talita e Thaís, pelo apoio e ajuda no início da pesquisa. Obrigada e sucesso a vocês!

Ao técnico administrativo Douglas da Pós-graduação em Nutrição e Saúde, pela paciência e esclarecimentos. Muito obrigada!

À colega e professora da Faculdade de Nutrição, Simoni Urbano, pelo auxílio e esclarecimentos na elaboração e correções do instrumento de coleta de dados. Te admiro muito!

Aos ex-consultores do CECANE UFG, Juliana e Ferran pela paciência, aprendizado e amizade.

A todas as pessoas, que de forma direta ou indireta, tornaram possível a concretização desta pesquisa.

RESUMO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar, uma das políticas públicas de alimentação e nutrição mais importantes do Brasil, busca promover a Segurança Alimentar e Nutricional e garantir o direito aos estudantes da educação básica a uma alimentação gratuita, nutritiva, saudável e de qualidade higiênicossanitário durante o ano letivo. Diante da importância da alimentação escolar aos estudantes, este trabalho objetivou analisar a gestão e execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Trata-se de um estudo transversal, com coleta de dados realizada no segundo semestre de 2014 por entrevista telefônica em 203 *Campi* dos Institutos, distribuídos proporcionalmente nas macrorregiões brasileiras. As variáveis descritivas foram expressas em frequência absoluta e relativa. Para comparação das variáveis (*Campi* com e sem nutricionista) realizou os testes do χ^2 de Pearson com correção de Yates ou Exato de Fisher. Para mensurar a magnitude de associação das variáveis com $p < 0,05$, calculou-se razão de prevalência. Para averiguar a simetria da variável numérica utilizou o teste *Shapiro – Wilk normality* e em seguida calculou-se a mediana. Considerou-se nível de significância estatística de 5%. Os resultados indicaram que 22,16% dos *Campi* recebiam o recurso do PNAE e destes, 27 possuíam nutricionista. Dos *Campi* que recebiam o recurso 46,7% compravam gêneros da agricultura familiar, 60% realizavam atividades de educação alimentar e nutricional, 40% possuíam cardápio específico para o Programa, 71,1% disponibilizavam o cardápio ao aluno, 46,7% forneciam alimentação diferenciada para estudantes com necessidades nutricionais especiais e 51,1% realizavam teste de aceitabilidade. Concluiu-se que poucos *Campi* recebiam o recurso financeiro do Programa Nacional de Alimentação Escolar e que a presença do nutricionista, mesmo não contribuindo de forma efetiva para o recebimento deste recurso, favoreceu a realização das atividades de educação alimentar e nutricional, um dos principais eixos de atuação do Programa.

Palavras-chave: alimentação escolar, nutricionista, políticas públicas, programas e políticas de alimentação.

ABSTRACT

Management and execution of the National School Feeding Programme in the Federal Institutes of Education, Science and Technology

The Nacional School Feeding Programme (NSFP), one of the most important public politics of feeding and nutrition in Brazil, aim to promote Food and Nutritional Security and ensure to the basic education students the right of having free, nutritive, healthy and higienic food during the whole school year. Considering the importance of school feeding for students, this project aim to analyze the management and enforcement of The Nacional School Feeding Programme in the Federal Institutes of Education, Cience and Tecnology. This Project is a transversal study, the data collection happened in the second semestre of 2014 by phone call interviews in 203 *Campi* of the Institutes, distributed proportionaly in brasilian macro-regions. The descriptive variables were expressed in relative and absolute frequency. For variables comparision (*Campi* with and without nutritionist) Pearson χ^2 tests were held with Yates correction or Fisher Exato. In order to measure the variables association magnitude with $p < 0,05$, the prevalence reason were calculated. In order to investigate the numeric variable simetry the Shapiro – Wilk normality test was used and then the median was calculated. The statistic significance level of 5% was considered. The results indicated that 22,16% of the *Campi* received the NSFP resources and among these 27 had nutritionist. Among the *Campi* that received the resources 46,7% bought familiar agriculture supriment , 60% had food and nutritional education activities, 40% have an especific menu for the programme, 71,1% show the menu to the students, 46,7% offer diferente food for students with special nutritional needs and 51,1% make acceptability tests. It was concluded that few *Campi* received financial resources of the Scholar Food Nacional Program and that the presence of the nutricionist, even without contributing efectively in the resource reception, favored to make the food and nutrition educational activities, one of the main axis of the program.

Key words: school feeding, nutritionist, public politics, nutrition programs and policies.

LISTA DE QUADROS E FIGURAS

| | | |
|-----------------|---|----|
| Figura 1 | Linha do tempo da criação dos Institutos Federais | 17 |
| Quadro 1 | Atribuições do Nutricionista na alimentação escolar nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia | 26 |
| Figura 2 | Fluxograma do delineamento da amostragem da pesquisa. Brasil, 2013 | 36 |
| Quadro 2 | Descrição das variáveis utilizadas no estudo. Brasil, 2014 | 39 |

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

| | |
|-----------------|---|
| CECANE | Centro Colaborador de Alimentação e Nutrição do Escolar |
| CEFET | Centro Federal de Educação Tecnológica |
| CFN | Conselho Federal dos Nutricionistas |
| CONSEA | Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional |
| DHAA | Direito Humano a Alimentação Adequada |
| EAA | Escola Aprendizizes de Artífices |
| EAF | Escolas Agrotécnicas Federais |
| EAN | Educação Alimentar e Nutricional |
| EIT | Escola Industrial Técnica |
| EJA | Educação de Jovens e Adultos |
| ETF | Escola Técnica Federal |
| FAE | Fundação de Assistência ao Estudante |
| FNDE | Fundo Nacional de Desenvolvimento e Educação |
| IF | Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia |
| IF Sul de Minas | Instituto Federal Sul de Minas |
| IFAL | Instituto Federal Alagoas |
| INAE | Instituto Nacional de Assistência ao Educando |
| INEP/MEC | Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira do Ministério da Educação |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| PAO | Projetos Agrícolas Orientados |
| PCCTAE | Plano de Carreira dos Cargos Técnicos Administrativos em Educação |
| PNAE | Programa Nacional de Alimentação Escolar |
| PNAES | Política Nacional de Assistência Estudantil |
| PROEJA | Programa de Educação Jovens e Adultos |
| SAN | Segurança Alimentar e Nutricional |
| UAN | Unidade de Alimentação e Nutrição |
| UFG | Universidade Federal de Goiás |

APRESENTAÇÃO

Em 2009, com a sanção da Lei nº11.947, os discentes dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia foram incluídos na lista de beneficiários do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Na condição de nutricionista do IF Goiano *Campus Morrinhos*, me pareceu uma excelente oportunidade de avaliar esse aspecto da nutrição nessa entidade educacional goiana. Por essa razão, iniciei uma discussão acerca do Programa no *Campus Morrinhos* e na Reitoria, onde vários questionamentos e muitos os entraves se evidenciavam:

- Falhas na redação da Lei nº11.947, que não deixava claro como deveria ser o processo de implantação do PNAE nas escolas federais;
- Dificuldade em obter informações junto ao órgão gestor do Programa em nível federal, acerca do PNAE nos IF;
- Ausência de recurso financeiro para a estrutura física e mão-de-obra necessárias na produção das preparações provenientes do PNAE.

Diante desses fatores, parecia ser um grande desafio implantar o PNAE no *Campus Morrinhos*, razão pela qual, até o ano de 2013, quando obtive licença para cursar o mestrado, não havia nenhum movimento nesse sentido.

No Mestrado, vivenciando as atividades desenvolvidas pelo Centro Colaborador de Alimentação e Nutrição Escolar da Universidade Federal de Goiás (CECANE UFG) me senti estimulada a estudar de forma verticalizada o PNAE, buscando verificar como tem ocorrido seu processo de implantação nos demais institutos brasileiros. Surgiu então a presente dissertação, cujo objetivo é caracterizar a gestão e execução do PNAE nos IF, a fim de traçar um panorama nacional desse Programa na Rede Federal de Ensino Profissional, Científico e Tecnológico, com vistas a apoiar essas instituições na sua implantação e execução.

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| CAPÍTULO 1..... | 14 |
| 1 INTRODUÇÃO | 14 |
| 2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA | 16 |
| 2.1 INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA..... | 16 |
| 2.2 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR..... | 18 |
| 2.3 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NOS INSTITUTOS FEDERAIS E O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR | 23 |
| 2.4 O NUTRICIONISTA NOS INSTITUTOS FEDERAIS..... | 25 |
| 3 OBJETIVOS..... | 33 |
| 3.1 OBJETIVO GERAL..... | 33 |
| 3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS..... | 33 |
| 4 METODOLOGIA..... | 34 |
| 4.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA..... | 34 |
| 4.2 POPULAÇÃO – ALVO..... | 34 |
| 4.3 AMOSTRAGEM DA PESQUISA..... | 34 |
| 4.4 INSTRUMENTO PARA COLETA DE DADOS | 36 |
| 4.5 CAPACITAÇÃO DA EQUIPE E ESTUDO PILOTO..... | 37 |
| 4.6 COLETA DE DADOS..... | 38 |
| 4.7 VARIÁVEIS DA PESQUISA..... | 39 |
| 4.8 ANÁLISE ESTATÍSTICA..... | 41 |
| 4.9 ASPECTOS ÉTICOS..... | 42 |
| REFERÊNCIAS..... | 43 |
| CAPÍTULO 2 – ARTIGO CIENTÍFICO..... | 48 |
| INTRODUÇÃO..... | 52 |
| MÉTODOLOGIA..... | 53 |
| RESULTADOS..... | 55 |
| DISCUSSÃO..... | 57 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 63 |
| REFERÊNCIAS..... | 63 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 71 |
| APÊNDICES..... | 74 |
| ANEXOS..... | 113 |

CAPÍTULO 1

1 INTRODUÇÃO

O fornecimento de alimentação saudável e microbiologicamente segura no ambiente escolar a fim de atender às necessidades nutricionais dos discentes da educação básica durante sua permanência em sala de aula, por todo o ano letivo, vigora desde 1955 por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). São objetivos deste Programa contribuir para o crescimento, desenvolvimento biopsicossocial, aprendizagem e rendimento escolar dos estudantes, além de promover a formação de hábito alimentar saudável, por meio de ações de educação alimentar e nutricional (EAN). Visando atender esses objetivos, o PNAE tem como eixos a oferta de alimentação, capaz de atender aos requisitos nutricionais e de qualidade higiênicossanitária e a realização de atividades de EAN (BARBOSA, et al., 2013; BRASIL, 2013).

O PNAE, uma das políticas públicas mais antigas do país, constitui importante estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), por promover o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), uma vez que estimula a produtividade na agricultura, garante a inocuidade e qualidade nutritiva dos alimentos, protege os direitos dos discentes de escolas públicas e filantrópicas do País a receberem uma alimentação saudável (CARDOSO et al., 2010; FORD, 2004).

Inicialmente, o PNAE tinha como público-alvo discentes da educação infantil, ensino fundamental e educação jovens e adultos (EJA). Em 2009, com a Lei nº11.947, e posteriormente em 2013, com a Resolução CD/FNDE nº26, o Programa foi ampliado ao conjunto educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos), abrangendo assim os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF) (BRASIL, 2009; BRASIL, 2013).

Os Institutos Federais são unidades de educação superior, básica, profissional e tecnológica. Um de seus objetivos é fornecer educação profissionalizante técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos, promovendo a integração e a verticalização da educação básica

à educação profissional e educação superior. Referente à assistência aos estudantes, os IF são amparados pela Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), em que um dos objetivos é aumentar os níveis de alimentação e nutrição do estudante, com vistas a elevar seu rendimento escolar (BRASIL, 1983; BRASIL, 2008). Assim como a PNAES, o PNAE almeja o fornecimento de uma alimentação nutritiva no espaço escolar que satisfaça as necessidades nutricionais dos estudantes favorecendo seu aprendizado.

Nas escolas municipais e estaduais o PNAE alcançou avanços importantes referente a sua gestão e execução, com ampla divulgação por meio de artigos científicos. No entanto, nas instituições de ensino federal, existe uma carência de estudos sobre esse tema. Desse modo a inexistência de informação sobre o PNAE nas escolas federais fomentou a ideia de realização do presente estudo, cuja finalidade é compor um panorama nacional sobre sua situação nos IF, o que lhe dá um caráter pioneiro no quesito alimentação escolar na rede federal de ensino.

Considerando as legislações que norteiam o PNAE, com garantia de alimentação escolar aos alunos da educação básica dos IF; a PNAES que prima pela promoção e o fornecimento da alimentação saudável aos discentes, e por tratar-se de um Programa recente na rede federal de ensino, é oportuno conhecer seu processo de implantação e execução nos Institutos.

Esse estudo está dividido em dois capítulos. No capítulo 1 são abordados a revisão bibliográfica, objetivos e metodologia, enquanto no capítulo 2 estão os resultados, discussão e conclusão, no formato de artigo científico. Na última parte encontra-se as considerações finais, onde coloco minhas vivências, impressões e sugestões para uma agenda de continuidade desse trabalho.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O ensino profissional, científico e tecnológico, primário e gratuito no Brasil, iniciou-se com a criação das Escolas de Aprendizes Artífices (EAA) em 1909, a partir do Decreto 7.566, tornando sua oferta obrigatória somente em 1927 com o Projeto de Fidélis Reis. Inicialmente as EAA eram subordinadas ao Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, sendo em 1930 transferidas ao Ministério da Educação e Saúde Pública (BRASIL, 1909; PORTAL BRASIL, 2011).

Na década de 1930 as EAA, transformaram-se em Liceus Industriais, ocasião em que o ensino técnico passou a ser visto como um elemento estratégico para o desenvolvimento da economia e um fator para melhorar as condições de vida da classe trabalhadora (BRASIL, 1937).

Em 1941, o ensino profissional e técnico foi equiparado ao nível médio, sendo que em 1942 os Liceus Industriais passaram a denominar-se Escolas Industriais e Técnicas (EIT), e a partir de 1959, na condição de Autarquias, as Escolas Técnicas Federais (ETF) (BRASIL, 1942; FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO, 2013).

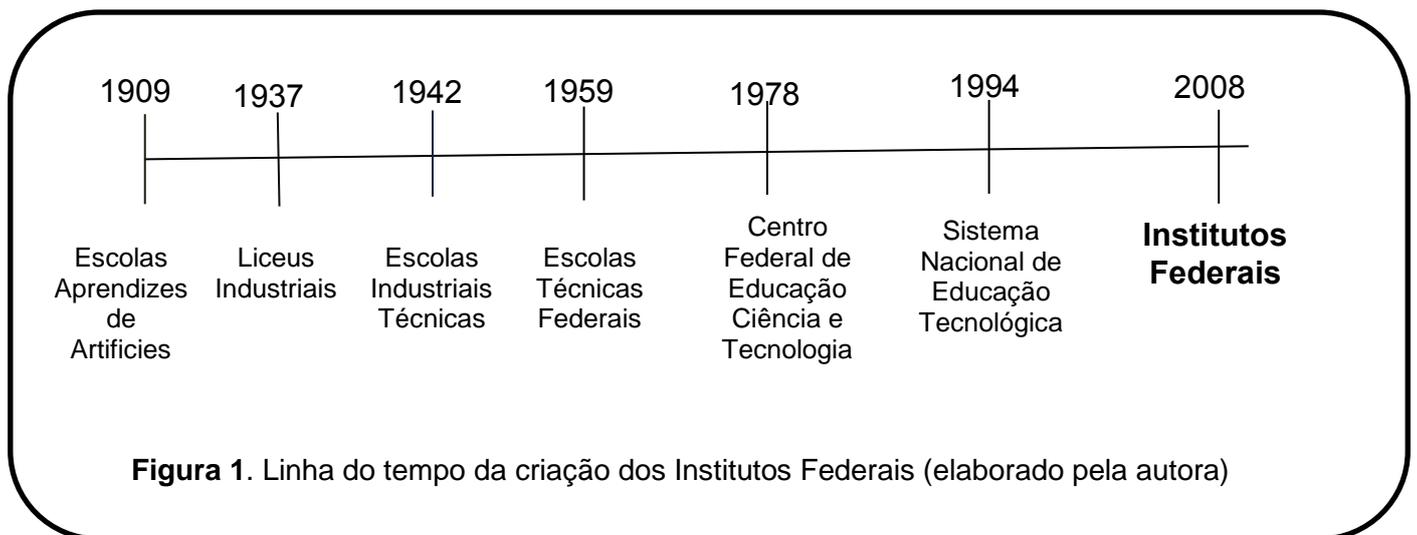
Em meados de 1967, as fazendas modelo do Ministério da Agricultura foram transferidas para o Ministério da Educação e Cultura, passando a funcionar como Escolas Agrotécnicas Federais (EAF). Seu objetivo era responder ao grande desenvolvimento agrícola e industrial da época, quando havia necessidade de ampliar o contingente de mão-de-obra técnica especializada (BRASIL, 1967; PORTAL BRASIL, 2011).

No ano de 1978, as ETF foram transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), com o objetivo de formar engenheiros de operação e tecnólogos (BRASIL, 1978). Com o surgimento do Sistema Nacional de Educação Tecnológica, a partir de 1996, as ETF e as EAF foram agrupadas nos CEFET, representando, a partir de então, a unidade padrão da Rede Federal de Ensino Profissional, Científico e Tecnológico (PORTAL BRASIL, 2011; BRASIL, 1994).

Em 1997, a educação profissional foi regulamentada e criou-se o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP), condição em que ocorria a

integração do ensino técnico de nível médio ao ensino médio, fato este efetivado a partir de 2004 (BRASIL, 1997; BRASIL, 2004).

A Rede Federal de Ensino Profissional, Científico e Tecnológico reorganizou-se em dezembro de 2008, com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia que absorveram os CEFET e as Escolas Técnicas remanescentes (Figura 1) (BRASIL, 2008).



Os Institutos Federais ofertam educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos; cursos de formação inicial e continuada aos trabalhadores nas áreas da educação profissional e tecnológica, além de cursos superiores de tecnologia, cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, cursos de bacharelado e cursos de pós-graduação *lato sensu* e pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado. Os cursos são definidos considerando as potencialidades econômicas do local, almejando o desenvolvimento regional e a difusão de conhecimento e geração de tecnologias inovadoras (BRASIL, 2008). Até setembro de 2013, existiam 38 Institutos Federais distribuídos em 415 *Campi* no território brasileiro (Apêndice A).

Atualmente observa-se uma expansão e interiorização da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica através do aumento de vagas ofertadas nacionalmente, proporcionando assim inclusão social por meio do acesso

a uma educação de qualidade e gratuita. A inclusão nos IF é trabalhada pela Assistência Estudantil que possui como aparato legal a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) que tem na alimentação e nutrição do estudante uma das estratégias para garantir um melhor desempenho escolar (BRASIL, 1983). Esta política está em consonância com os objetivos do Programa Nacional de Alimentação Escolar, que propõe o fornecimento de uma alimentação gratuita, saudável, nutritiva e microbiologicamente segura para os alunos da educação básica.

2.2 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

A alimentação escolar no Brasil, assim como em outros países da América Latina (Chile, Bolívia, Colômbia, Guatemala, Equador, Paraguai, Peru) surgiu como instrumento de política pública de alimentação e nutrição, como uma tentativa do Estado em reduzir a fome das crianças no período escolar (TURPIN, 2008).

Política pública é definida como a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos, repercutindo na economia e nas sociedades. Após desenhadas e formuladas, desdobram - se em planos, projetos e programas, como por exemplo o PNAE e quando implementadas, ficam submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação (SOUZA, 2006).

Para Souza (2006) a eficácia e eficiência de uma política pública está diretamente relacionada à sua formulação e deve seguir as etapas de diagnóstico (realização de um retrato amplo e detalhado da situação social); formulação e seleção de programas (definição da natureza dos programas, das questões sociais prioritárias a enfrentar e dos públicos-alvo a atender); implementação (monitoramento dos programas) e avaliação (verificar a forma de implementação dos programas e dos resultados e efeitos almejados).

No caso do PNAE essas etapas são de responsabilidade do Fundo Nacional de Desenvolvimento da educação (FNDE) que é o órgão público gerenciador deste Programa (BRASIL, 2013). A extensão territorial do país e a abrangência do PNAE podem ser considerados obstáculos para o monitoramento do Programa nas entidades executoras, podendo acarretar o descumprimento das legislações. Essas

dificuldades foram relatadas por Cano (2002) que afirma que as grandes dificuldades atuais das políticas públicas são seu acompanhamento, ou seja, falta de informações periódicas e específicas acerca do processo de sua implementação, do alcance dos resultados e do seu impacto social nos segmentos sociodemográficos ou nas comunidades focalizadas por eles.

Assim, o acompanhamento periódico do PNAE, é essencial para que seus objetivos sejam alcançados. Este programa de alimentação escolar visa atender as necessidades nutricionais dos alunos e contribuir para a formação de hábitos alimentares saudáveis durante sua permanência em sala de aula, colaborando para o seu crescimento, desenvolvimento, aprendizagem e rendimento escolar. Este programa consolida a formação e o respeito aos hábitos alimentares saudáveis, à cultura e às tradições alimentares por meio das práticas tradicionais que fazem parte da cultura e da preferência alimentar local (BRASIL, 2009; BRASIL, 2013).

Sabe-se que a prática de uma alimentação saudável contribui para o adequado crescimento e desenvolvimento e para a redução dos riscos de doenças relacionadas à má nutrição e que a exposição a hábitos alimentares saudáveis na adolescência pode ser consolidada durante a vida adulta. Dessa forma, uma alimentação equilibrada nesta faixa etária, é importante na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis como obesidade, diabetes, cardiopatias, hipertensão dentre outras (ADA, 2008).

Estudo realizado por Schmitz et al. (2008) relata que adolescentes brasileiros permanecem no ambiente escolar em média cinco a seis horas por dia e realizam de uma a duas refeições junto a colegas, o que pode influenciar as escolhas alimentares desse grupo populacional. Nesse sentido, a escola é um local fundamental na formação dos hábitos alimentares saudáveis e adequados do estudante (BRIEFEL et al., 2009).

Considerando o espaço escolar imprescindível para a construção de padrões alimentares saudáveis dos alunos, o PNAE, vem fortalecer e aprimorar essa formação, podendo ser considerado um importante instrumento pedagógico, uma vez que, prima pela oferta de nutrientes essenciais ao desenvolvimento do escolar e se constitui um espaço educativo para alimentação saudável, por meio da inserção de temas de alimentação e nutrição no currículo escolar.

Além de uma ferramenta pedagógica, o PNAE é uma importante estratégia para melhorar as condições de segurança alimentar e nutricional (SAN) (CARDOSO

et al., 2010; FORD, 2004) da população escolar, pois estimula a produtividade na agricultura, assegura padrões de inocuidade e qualidade nutritiva dos alimentos, desafia as desigualdades sociais que dificultam o acesso aos alimentos; protege os direitos dos grupos vulneráveis; desenvolve sistemas de vida sustentáveis e melhora as capacidades humanas pela oferta de alimentação nos intervalos das atividades escolares a todos os alunos de escolas públicas e filantrópicas do País (BELIK, 2003; COSTA, BÓGUS, 2012).

A Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN de 2006 define SAN no seu Artigo 3º *“...realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis”* (BRASIL, 2006 b).

A discussão acerca de SAN e PNAE remete ao Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), uma vez que aqueles são requisitos básicos para a consagração e efetivação do DHAA. O Comentário Geral 12, referente ao artigo 11 do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) aprovado pelo Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1999 define o DHAA com:

*“O Direito à alimentação adequada é alcançado quando todos os homens, mulheres e **crianças**, sozinhos ou em **comunidade** com outros, têm acesso físico e econômico em **todos os momentos a alimentação adequada** ou meios para sua obtenção. O direito humano a alimentação adequada deve, portanto, não ser interpretado em um estreito senso no qual o equipara com um pacote mínimo de calorias, proteínas e outros nutrientes específicos. O direito Humano à alimentação adequada terá de ser realizado progressivamente. De qualquer modo, os estados têm uma obrigação central de tomar ações necessárias de atenuar e aliviar a fome até em tempos de desastres naturais ou outros”* (SDH, 2011, 68p.)

O conceito de SAN e DHAA além de combater a fome, a má-nutrição e garantir a alimentação adequada a todos, define também as obrigações do governo brasileiro, que deve respeitar e proteger o DHAA, além de promover recursos,

políticas e programas públicos que os garantam à população (ALBUQUERQUE, 2009). Com isso cabe ao governo garantir a implantação do PNAE nas unidades de ensino que fornecem educação básica, inclusive nos IF, a fim de assegurar a SAN e o DHAA aos discentes.

Na sua criação, o PNAE tinha como público-alvo discentes da educação infantil, ensino fundamental e educação jovens e adultos (EJA). Em 2009, com a sanção da Lei nº 11.947, este Programa, passou a atender todos os discentes da educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação jovens e adultos), incluindo todas as escolas da esfera municipal, estadual e federal, conforme estabelecido em seu Artigo 2º: *“São diretrizes da alimentação escolar: III - a universalidade do atendimento aos alunos matriculados na rede pública de educação básica”* (BRASIL, 2009).

Esta prerrogativa foi reforçada recentemente com a Resolução/CD/FNDE nº26 de 2013 (BRASIL, 2013) que preconiza no Artigo 4º que *“Serão atendidos pelo PNAE os alunos matriculados na educação básica das redes públicas federal, estadual, distrital e municipal, em conformidade com o Censo Escolar do exercício anterior realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira do Ministério da Educação – INEP/MEC”*.

No que tange ao aparato legal da implantação do PNAE nos Institutos Federais, pode-se considerar as seguintes legislações: Constituição Federal de 1988; Lei 8.069 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); Lei 9.394 das Diretrizes e Bases da Educação de dezembro de 1996; Resolução /FNDE/CD nº 32 de agosto de 2006; Portaria Interministerial nº 1010/MEC/MS/2006; Lei 11.346 de setembro de 2006 - Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN); Lei 11.347 de 2009, Resolução do Conselho Federal de Nutricionistas (CFN) 465 de agosto de 2010 e a Resolução nº 26/FNDE/2013 (APÊNDICE B) (BRASIL, 1988; BRASIL, 1990; BRASIL 1996; BRASIL, 2006, BRASIL, 2006a; BRASIL, 2006b; BRASIL, 2009; BRASIL, 2010; BRASIL, 2013).

A Lei 11.947/2009 e a Resolução nº26/2013 oportunizou a inserção das escolas federais no PNAE, podendo os gestores utilizá-las como ferramentas legais para a implantação do Programa em suas unidades de ensino. Nos Institutos Federais, o PNAE deve beneficiar todos os discentes do ensino médio integrado ao técnico e do programa de educação jovens e adultos (PROEJA).

Uma análise criteriosa aos *sites* dos IF evidenciou uma preocupação com esse tema, mostrando a realização de eventos que objetivam discutir a implantação do PNAE nesses espaços. Mais recentemente, pode-se citar: o Instituto Federal Sul de Minas (IFSULDEMINAS) que em julho de 2013, em parceria com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (EMATER/MG), o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e agricultores familiares do Sul de Minas realizaram o II Fórum de Alimentação Escolar e Agricultura Familiar com objetivo de debater o PNAE nos *Campi* dos IF e discutir a elaboração de edital de chamada pública para a aquisição de alimentos da agricultura familiar. Também o Instituto Federal de Alagoas (IFAL) em junho de 2014 promoveu um Seminário sobre o PNAE, envolvendo servidores da Assistência Estudantil e Nutricionistas e representante do FNDE (BUENO, MAGALHÃES, 2013; IFAL, 2014)

Outro fato relevante sobre o PNAE nos IF, foi o Instituto Federal Fluminense que em 2013 foi habilitado pelo FNDE como Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar, a fim de formar parcerias e implementar ações de apoio ao Programa Nacional de Alimentação Escolar. A instituição apresentou como áreas de interesse: segurança alimentar e nutricional; educação alimentar e nutricional; agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento rural sustentável; integração de políticas públicas de saúde, alimentação e nutrição, agricultura, educação e segurança alimentar e nutricional (IFF, 2014)

Em nota no site do FNDE, a Assessoria de Comunicação Social, relatou que em 2010 foram transferidos R\$ 58.286,18 para os Institutos Federais de Educação, referentes ao recurso do PNAE, um per capita de R\$ 0,30 por dia letivo para cada aluno matriculado no ensino médio e educação de jovens e adultos de modo a suprir no mínimo 20% (vinte por cento) de suas necessidades nutricionais diárias quando ofertada uma refeição por dia (FNDE, 2013). Não foram encontrados no site do FNDE dados sobre o repasse de recurso aos IF nos anos de 2009, 2011, 2012 , 2013 e 2014.

Cabe às Entidades Executoras (EE) a complementação do recurso financeiro, uma vez que a alimentação escolar é atribuição dos três níveis de governo (municipal, estadual e federal). Não há um percentual determinado, porém as EE devem fornecer alimentação que atenda as recomendações nutricionais estabelecidas pela legislação vigente (BELIK, CHAIM, 2009).

Ao avaliarem o perfil da gestão pública municipal do Programa Nacional de Alimentação Escolar de prefeituras inscritas no Prêmio Gestor Eficiente da Merenda Escolar; Belik e Chaim (2009) constataram que a maior parcela do recurso do PNAE (56%) é oriunda dos próprios municípios. Esse montante (gastos com a compra alimentos) representa menos de 1% da Receita Total Bruta Municipal.

2.3 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DOS INSTITUTOS FEDERAIS E O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Em 1981, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) criou o Instituto Nacional de Assistência ao Educando (INAE), com o objetivo de administrar o PNAE, tendo como foco ampliar a eficiência (descentralização), a eficácia (cunho científico) e a participação da comunidade no Programa. O INAE tinha como atribuições prestar cooperação técnica, estabelecer padrões nutricionais e operacionais; fornecer gêneros alimentícios, além de supervisionar, analisar e avaliar juntamente com as Secretarias de Educação os resultados do Programa Nacional de Alimentação Escolar. A meta do INAE em 1982 era fornecer duas refeições diárias, atingindo 30% das necessidades energéticas dos alunos (STEFANINI, 1998).

Com a extinção do INAE em 1983, criou-se a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE). Sem fins lucrativos, constituiu o principal instrumento do Ministério da Educação e Cultura para executar o PNAE e a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), nos níveis da educação infantil e ensino médio. Um dos eixos dessa política é elevar os níveis de alimentação e nutrição do estudante, com vistas ao seu melhor rendimento escolar (BRASIL, 1983).

Extinta em 1997, as competências da FAE foram transferidas ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), tornando – se responsável pela assistência financeira, normatização, coordenação, acompanhamento, cooperação técnica e avaliação da efetividade da aplicação dos recursos do PNAE e da PNAES. Embora não exista um marco legal específico para a Política de Assistência Estudantil nos IF, atualmente as ações institucionais referentes à assistência estudantil são orientadas pela PNAES (BRASIL, 1983; BRASIL, 2010a).

No âmbito dos IF a implantação e implementação da PNAES é responsabilidade do departamento de Assistência ao Educando que tem por

finalidade ampliar as condições de permanência e apoio à formação acadêmica do discente, por meio do fornecimento de alimentação, atendimento médico-odontológico, moradia estudantil e transporte, dentre outras iniciativas previstas no aparato legal que contribuam para o bom desempenho do aluno na escola. Deve suprir as necessidades básicas dos discentes, além de proporcionar condições para sua permanência e melhor desempenho escolar (CRUZ, 2012).

A implantação e implementação do PNAE nos Institutos é importante e indispensável, pois garante aos estudantes da educação básica uma alimentação gratuita, saudável e nutritiva ao longo do ano letivo. Associados a esses fatores, o PNAE pode ser um eixo de trabalho da Assistência Estudantil, pois visa a inclusão social, permanência do educando na escola e pela melhoria da qualidade de alimentação e nutrição dos alunos da educação básica. Portanto, PNAE e PNAES, se complementam e reforçam o dever do Estado em garantir a estes estudantes o direito a uma alimentação adequada no período escolar.

A PNAES e o PNAE asseguram o fornecimento de uma alimentação nutritiva aos discentes dos IF, no entanto dados referentes à produção e ao fornecimento de refeições aos estudantes e a existência de unidades de alimentação e nutrição (UAN) nos IF são escassos. A prática dessas atividades bem como a existência de UAN podem estar relacionadas à origem e localidade do Instituto, uma vez que são mais evidentes em IF provenientes de escolas agrotécnicas e que se localizam na zona rural. Os Institutos oriundos da expansão da rede federal de ensino e que se localizam na zona urbana em sua maioria não realizam essas atividades.

Nos institutos as UAN surgiram como resposta à necessidade de fornecer refeições aos alunos que residem na escola. Além dessa finalidade, estas unidades produtoras de alimentos atuam como local para utilização de produtos de origem animal e vegetal produzidos nas Unidades Educativas de Produção (UEP). As UEP são unidades de ensino, onde os alunos por meio de Projetos Agrícolas Orientados (PAO) auxiliam na criação de animais, culturas temporárias e perenes com sazonalidade diversificada. A produção resultante do desenvolvimento dos PAO nas UEP, é utilizada nas UAN, para a elaboração das refeições e o excedente é comercializado na Cooperativa-Escola (MEC - SEMTEC, 1994).

2.4 O NUTRICIONISTA NOS INSTITUTOS FEDERAIS

De acordo com a Coordenação Geral de Gestão de Pessoas do Ministério da Educação, desde 2005, o nutricionista concursado nas instituições federais de educação como os IF, tem plano de carreira definido e amparado pelo Plano de Carreira dos Cargos Técnico – Administrativos em Educação (PCCTAE) (MEC, 2005).

Segundo o PCCTAE para o nutricionista compor o quadro de servidores dos IF deve ser graduado em Nutrição e possuir registro no Conselho competente, em consonância com a Lei nº 8.234, de 17 de setembro de 1991 que regulamenta a profissão de Nutricionista (BRASIL,1991).

As ações do nutricionista previstas no plano de carreira dos IF e suas atribuições no âmbito do PNAE, segundo a Resolução do Conselho Federal dos Nutricionistas (CFN) nº 465 de 2010 e Resolução CD/FNDE nº26 de 2013, estão sumarizadas no Quadro 1.

Quadro1: Comparativo das atribuições do Nutricionista na Alimentação Escolar, segundo Conselho Federal de Nutricionistas; Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

| Resolução CFN nº 465 de agosto de 2010 | Resolução CD/FNDE nº 26 de junho de 2013 | Plano de Carreira dos Cargos Técnico – Administrativos em Educação (PCCTAE) |
|---|--|---|
| | Artigo 12 A coordenação das ações de alimentação escolar, sob a responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das escolas federais, será realizada por nutricionista habilitado, que deverá assumir a responsabilidade técnica do Programa, respeitando as diretrizes previstas na Lei nº 11.947/2009 e em legislações específicas, dentro de suas atribuições. | |
| Artigo 3º | | |
| <ul style="list-style-type: none"> - Realizar o diagnóstico e o acompanhamento do estado nutricional, calculando os parâmetros nutricionais para atendimento da clientela (educação básica: educação infantil - creche e pré-escola, - ensino fundamental, ensino médio, EJA - educação de jovens adultos) com base no resultado da avaliação nutricional; - Estimular a identificação de indivíduos com necessidades nutricionais específicas. | <ul style="list-style-type: none"> - Realizar o diagnóstico e o acompanhamento do estado nutricional dos estudantes. | <ul style="list-style-type: none"> -Prestar assistência nutricional a indivíduos e coletividades (sadios e enfermos); - Coletar e interpretar indicadores nutricionais; - Calcular gasto energético; - Identificar necessidades nutricionais; - Realizar diagnóstico dietético-nutricional; - Estabelecer plano de cuidados nutricionais dados antropométricos; - Conferir adesão à orientação dietético-nutricional; - Identificar população-alvo; - Participar de diagnóstico interdisciplinar; - Realizar inquérito alimentar. |
| <ul style="list-style-type: none"> - Planejar, elaborar, acompanhar e avaliar o cardápio da alimentação escolar, com base no diagnóstico nutricional e nas referências nutricionais; | <ul style="list-style-type: none"> -Planejar, elaborar, acompanhar e avaliar o cardápio da alimentação escolar de acordo com a cultura alimentar, o perfil epidemiológico da população atendida, necessidades nutricionais e vocação agrícola da região. | <ul style="list-style-type: none"> - Planejar cardápios |
| <ul style="list-style-type: none"> - Propor e realizar ações de educação alimentar e nutricional. | <ul style="list-style-type: none"> - Coordenar e realizar, em conjunto com a direção e com a coordenação pedagógica da escola, ações de educação alimentar e nutricional. | <ul style="list-style-type: none"> -Participar de programas de educação nutricional; - Ministrar cursos; - Prover educação e orientação nutricional. |

| Continuação Quadro 1 | | |
|--|---|---|
| - Planejar, orientar e supervisionar as atividades de seleção, compra, armazenamento, produção e distribuição dos alimentos, zelando pela quantidade, qualidade e conservação dos produtos, observadas sempre as boas práticas higiênico-sanitárias. | - Acompanhar desde a aquisição dos gêneros alimentícios, o preparo, a distribuição até o consumo das refeições pelos escolares; | - Administrar e avaliar unidades de alimentação e nutrição; - Supervisionar compras, recepção de gêneros e controle de estoque; - Atuar em conformidade ao Manual de Boas Práticas de Fabricação; - Efetuar controle higiênico-sanitário; - Selecionar gêneros perecíveis, não perecíveis, equipamentos e utensílios; - Controlar validade e a qualidade dos produtos; - Supervisionar pessoal operacional, preparo e distribuição das refeições. |
| | Artigo 14 | |
| | - Definir horário e o alimento adequado a cada tipo de refeição, respeitando a cultura alimentar | |
| - Elaborar fichas técnicas das preparações que compõem o cardápio. | - Elaborar fichas técnicas das preparações que compõem o cardápio | |
| - Planejar, coordenar e supervisionar a aplicação de testes de aceitabilidade junto à clientela. | - Planejar e coordenar o teste de aceitabilidade; - Elaborar relatório, contendo todas as etapas da aplicação do teste de aceitabilidade, desde o planejamento até o resultado e arquivando esse documento por, no mínimo, cinco anos. | - Verificar aceitação das refeições; - Medir resto-ingestão. |
| | Artigo 24 | |
| - Interagir com os agricultores familiares e empreendedores familiares rurais e suas organizações, de forma a conhecer a produção local inserindo esses produtos na alimentação escolar. | - Estimular a compra de gêneros da agricultura familiar. | |
| - Participar do processo de licitação e da compra direta da agricultura familiar para aquisição de gêneros alimentícios. | | - Supervisionar compras. |

| Continuação Quadro 1 | | |
|--|--|--|
| | Artigo 33 | |
| - Orientar e supervisionar as atividades de higienização de ambientes, armazenamento de alimentos, veículos de transporte de alimentos, equipamentos e utensílios da instituição. | - Orientar e supervisionar o controle de qualidade da alimentação escolar. | - Avaliar etapas de trabalho; - Efetuar controle higiênico sanitário; - Transmitir instruções à equipe; - Controlar higienização do pessoal, do ambiente, dos alimentos, dos equipamentos e utensílios. |
| - Elaborar e implantar o Manual de Boas Práticas para Serviços de Alimentação de Fabricação e Controle para UAN. | | - Atuar em conformidade ao Manual de Boas Práticas de Fabricação; - Efetuar controle higiênico sanitário; |
| - Elaborar o Plano Anual de Trabalho do Programa de Alimentação Escolar AE, | | |
| - Assessorar o CAE no que diz respeito à execução técnica do PAE. | | |
| Artigo 4º | Artigo 60 | |
| - Coordenar, supervisionar e executar ações de educação permanente em alimentação e nutrição para a comunidade escolar. | - Juntamente com a equipe técnica do PNAE o nutricionista deve desenvolver material e apoiar a promoção de cursos de capacitação e /ou formação visando a melhor operacionalização do Programa e atuação do CAE. | - Participar de programas de educação nutricional; - Ministrando cursos. |
| - Participar do processo de avaliação técnica dos fornecedores de gêneros alimentícios, a fim de emitir parecer técnico. | | |
| - Participar da avaliação técnica no processo de aquisição de utensílios, equipamentos, produtos de limpeza e desinfecção e contratação de prestadores de serviços; - Participar do recrutamento, seleção e capacitação de pessoal. | | - Selecionar fornecedores; - Ministrando cursos. |
| - Participar de equipes multidisciplinares destinadas a planejar, implantar, implementar, controlar e executar políticas, programas, cursos, pesquisas e eventos na área de alimentação escolar. | | - Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. |
| - Contribuir na elaboração e revisão das normas reguladoras próprias da área de alimentação e nutrição. | | - Executar procedimentos técnicos administrativos. |

| Continuação quadro 1: | | |
|---|--|---|
| - Colaborar na formação de profissionais na área de alimentação e nutrição, supervisionando estagiários e participando de programas de aperfeiçoamento, qualificação e capacitação. | | - Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão; - Ministrar cursos. |
| -Comunicar os responsáveis legais e, caso necessário, a autoridade competente, quando da existência de condições do PAE impeditivas de boa prática profissional ou que sejam prejudiciais à saúde e à vida da coletividade. | | |
| -Capacitar e coordenar as ações das equipes de supervisores das unidades da entidade executora relativas ao PAE. | | - Ministrar cursos; |
| | | - Solicitar exames laboratoriais; - Realizar prescrição dietética; - Prescrever complementos e suplementos nutricionais; -Registrar evolução dietoterápica em prontuário; - Orientar familiares; - Elaborar plano alimentar em atividades físicas. - Confeccionar escala de trabalho; - Efetuar controles de saúde dos servidores e dos demais trabalhadores das UANs; - Identificar perigos e pontos críticos de controle (APPCC); - Solicitar análise microbiológica dos alimentos; - Solicitar análise bromatológica dos alimentos; - Utilizar recursos de informática; - Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional. |

Fonte: Brasil, 2010; Brasil, 2013; MEC, 2005.

A síntese contida no Quadro 1 permite identificar coincidências nas atribuições do nutricionista nos três documentos em questão, com destaque na realização da assistência nutricional à comunidade escolar, planejamento de cardápio, controle higiênico-sanitário, supervisão de seleção, aquisição, armazenamento e distribuição das refeições, supervisão dos manipuladores de alimentos. Verifica-se que as atribuições do nutricionista de acordo com a Resolução do CFN e do FNDE são mais específicas e detalhadas, enquanto que no PCCTAE são gerais, contemplando assim o previsto pelo CFN e FNDE.

O nutricionista do IF ao executar as atividades descritas no PCCTAE estará cumprindo algumas atribuições previstas na Resolução do CFN e do FNDE, executando em parte o PNAE, uma vez que a resolução do FNDE é mais específica nos quesitos: composição nutricional das refeições, aquisição de alimentos e valor energético das preparações. Pela realidade dos institutos a maioria desses profissionais atêm suas atividades na administração do refeitório e no atendimento no Centro de Saúde dos *Campi*, e geralmente não sabem a origem, de qual programa, a verba da alimentação escolar é proveniente. Esse fato pode comprometer a implementação de programas voltados para saúde do escolar, visto que não conhecendo a origem da verba, bem como as legislações vigentes que regulamentam o PNAE, o nutricionista é incapaz de atender os objetivos do Programa.

Ciente de suas atribuições, os nutricionistas enfrentam barreiras na execução do PNAE, pois estão sobrecarregados com atividades burocráticas e administrativas, negligenciando, assim, atividades como avaliação nutricional, testes de aceitabilidade e educação alimentar e nutricional (MELLO et al., 2012).

Legalmente, a inserção do nutricionista na alimentação escolar ocorreu em 1994 com a Lei nº 8.913 de julho de 1994, que delegava ao nutricionista a elaboração dos cardápios dos programas de alimentação escolar, em acordo com o Conselho de Alimentação Escolar (CAE). Este profissional tinha que respeitar os hábitos alimentares de cada localidade, a vocação agrícola e dar preferência a produtos *in natura* (BRASIL, 1994a).

Em 2003, o nutricionista assume o papel de principal gestor do PNAE. Isso implicou na ampliação das atribuições desse profissional; no aumento de contratação de nutricionistas para o Programa; nas exigências técnicas para elaboração de cardápios, bem como na obrigatoriedade da inserção de frutas e

hortaliças e a restrição ao açúcar, sódio e gordura saturada. Nessa perspectiva, o nutricionista assume a responsabilidade técnica pelo Programa, ou seja, deve acompanhar desde a aquisição dos alimentos até a sua distribuição ao aluno (BRASIL, 2006; BRASIL, 2005).

Com relação às atribuições do nutricionista no âmbito da alimentação escolar, observa-se, uma vasta quantidade de legislações que regulamentam essas atividades, bem como artigos científicos que discutem esse assunto. No entanto, estudos relatam que em média 79% dos nutricionistas consideram sua formação acadêmica insuficiente para atuação no PNAE, e 95% relatam necessitar de uma formação específica para atuar junto à alimentação escolar (SCARPARO et al., 2013; VOOS, 2009). Portanto às instituições de ensino devem incluir esse tema de forma transversal na formação, tanto em aulas teóricas, quanto em atividades práticas e estágios (SCARPARO et al., 2013; VOOS, 2009). Associado a este fator, a realização de cursos de formação continuada são importantes alternativas para o aprimoramento profissional, pois proporcionam aprimoramento técnico-científico, compreensão da dimensão ético política, atualização de informações, valorização e motivação da prática profissional e reflexão coletiva sobre a atuação no campo de trabalho (CHAVES et al., 2013; MELLO et al., 2012; SANTOS et al., 2012).

Frente à ampliação das atribuições do nutricionista no PNAE associada à expansão do Programa e à reformulação constante das legislações que o regem, é necessário que o PNAE seja amplamente discutido e vivenciado pelos nutricionistas. Este profissional, deve atualizar-se constantemente por meio de congressos, seminários ou pós-graduação que permitam ampliar e reciclar seus conhecimentos. Para isso, é importante a criação de cursos com escopo voltado para alimentação nas escolas e que a academia se proponha a desenvolver no aluno o espírito crítico-reflexivo levando-o à busca constante pelo conhecimento e aperfeiçoamento.

Diante da relevância do PNAE para o desenvolvimento escolar do estudante, da importância da presença do nutricionista na execução do Programa e da ausência de pesquisas sobre o PNAE nos IF, esse estudo se propõe a responder as seguintes questões:

- considerando o aparato legal brasileiro quanto ao PNAE de inclusão universal dos alunos da educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos), estarão os alunos dos Institutos Federais (ensino médio e educação de jovens e adultos) incluídos nesse Programa?

- existe diferença de gestão e execução do PNAE entre *Campi* que possuem Nutricionista no seu quadro pessoal com *Campi* que não possuem este profissional?

3. OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Analisar a gestão e execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Caracterizar os *Campi* dos Institutos Federais referente ao recebimento do recurso financeiro do Programa Nacional de Alimentação Escolar;
- Comparar a gestão (administrativa e técnica - nutricionista) do Programa Nacional de Alimentação Escolar dos *Campi* dos Instituto Federais com e sem nutricionistas;
- Comparar execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar dos *Campi* dos Instituto Federais com e sem nutricionista.

4 METODOLOGIA

4.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Trata-se de um estudo transversal, descritivo e analítico, cuja coleta de dados foi realizada no período de agosto à dezembro de 2014, em 240 *Campi* dos IF de todas as regiões brasileiras.

4.2 POPULAÇÃO-ALVO

A população de estudo foram *Campi* dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia existentes no Brasil até setembro de 2013, tendo como unidade informante o (a) responsável pelo Departamento de Assistência Estudantil ou Diretor (a) de Ensino e o(a) nutricionista.

4.3 AMOSTRAGEM DA PESQUISA

Para o cálculo amostral (n) utilizou-se a seguinte fórmula, que teve como parâmetros:

$$n = \frac{\left(\frac{z_{\alpha}}{2}\right)^2 \cdot p \cdot q \cdot N}{e^2 \cdot (N - 1) + \left(\frac{z_{\alpha}}{2}\right)^2 \cdot p \cdot q}$$

$\frac{z_{\alpha}}{2}$ =percentil da distribuição normal associado a um nível de confiança de 95%, igual a 1,96;

p = Representa a proporção de unidades na população que possuem a característica selecionada, neste caso adesão ou não ao PNAE. Posto que é um parâmetro desconhecido¹, optou-se pela escolha do valor de $p = 0,50$ valor que para

¹ Em geral, existem diferentes critérios para a seleção do valor de P . Por exemplo, com base em uma pesquisa piloto pode ser obtida uma aproximação de P . Outra forma de obter o valor de P é com base em uma pesquisa similar realizada anteriormente. No entanto, ambos estão sujeitos a erros, podendo

um determinado nível de confiança e erro de estimação fixos, fornece o maior tamanho da amostra necessário para a estimação da característica sob estudo (Cochran, 1977).

$$q = 1-p$$

N = total *Campi* brasileiros até setembro de 2013 (sites dos IF);

e = erro de estimativa amostral de 5%.

Foi feito um acréscimo de 20% à amostra calculada (PEREIRA, 2002), para compensar as possíveis perdas durante a coleta de dados. Foram consideradas perdas: institutos sem êxito nas ligações telefônicas após cinco tentativas ou institutos sem êxito nas entrevistas com o Diretor de Ensino após cinco tentativas nas ligações telefônicas e pela recusa dos entrevistados em participar da pesquisa. Para a seleção dos *Campi* aplicou a técnica de amostragem aleatória simples. A amostra final foi de 240 (Figura 2) correspondentes a 57,83% dos *Campi* brasileiros.

em alguns casos fornecer tamanhos de amostra menores ao necessário para atingir nosso objetivo. Portanto, a escolha do $p = 0,50$ (adotada neste trabalho) garante um tamanho de amostra que permite a estimação da característica principal do presente estudo.

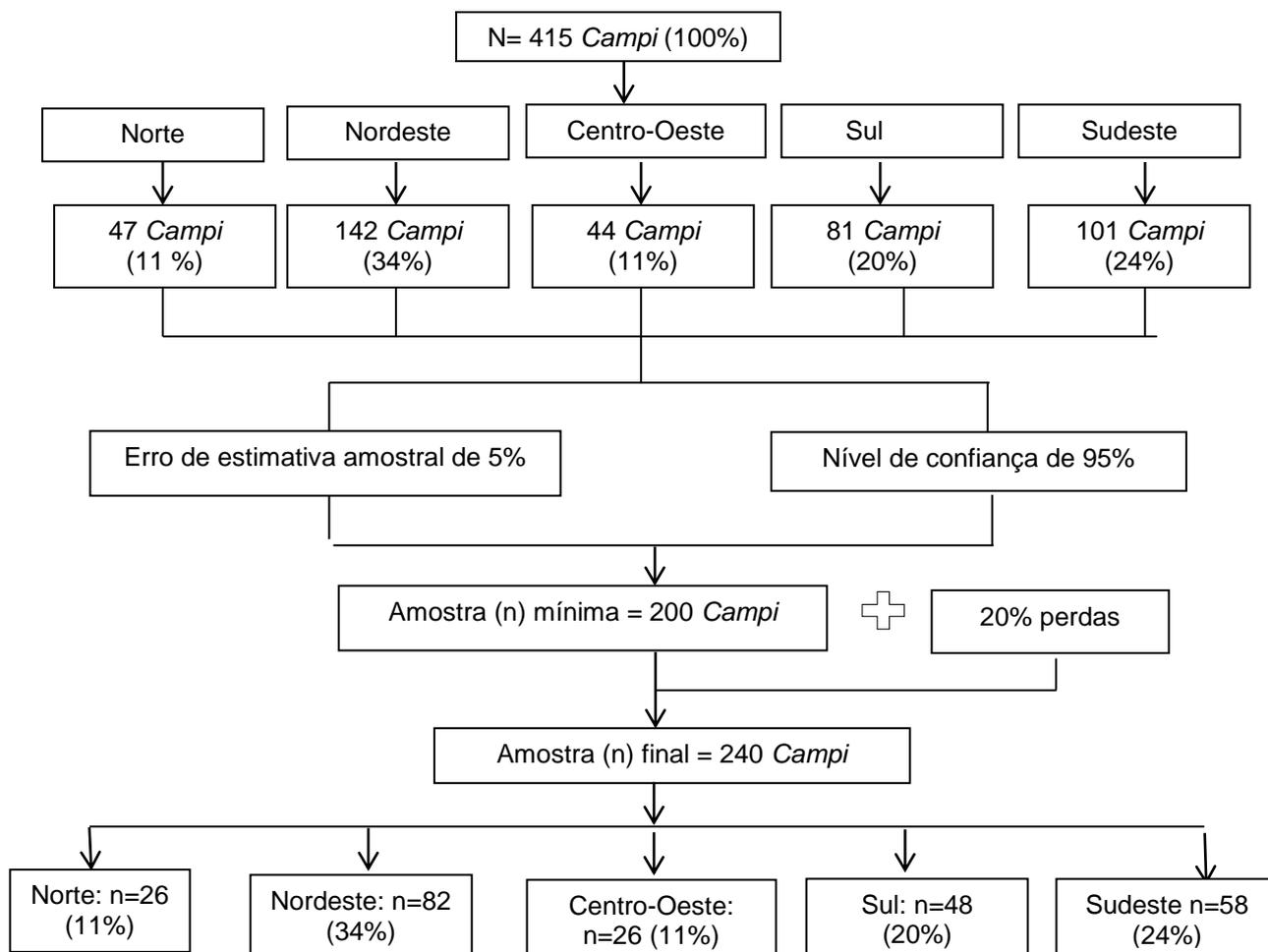


Figura 2. Fluxograma do delineamento da amostragem da pesquisa. Brasil, 2013.

Para garantir representatividade, os 240 IF foram selecionados de forma que se respeitou a proporcionalidade existente na população de estudo (Apêndice A). A distribuição dos *Campi* entrevistados por macrorregião encontra-se no Apêndice A.

4.4 INSTRUMENTO PARA COLETA DE DADOS

Como instrumento para a coleta de dados, utilizou-se um questionário estruturado, tendo como eixo a Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009 e a Resolução nº 26/CD/FNDE, de 17 de junho de 2013 (Apêndice C) (BRASIL, 2009; BRASIL, 2013).

O instrumento, composto por questões predominantemente fechadas, objetivou caracterizar o público-alvo beneficiado pelo PNAE nos *Campi* por meio da identificação da modalidade de ensino beneficiária do PNAE, gestão da alimentação escolar (administrativa e técnica) e execução da alimentação escolar (cardápio e controle higiênico-sanitário da alimentação escolar). As questões de número um a nove foram respondidas exclusivamente pelo(a) responsável pela Assistência Estudantil e na ausência deste pelo(a) Diretor(a) de Ensino. Quando da presença do profissional nutricionista no *Campus*, as questões de número 10 à 32 foram direcionadas a este profissional. Quando o *Campus* não possuía nutricionista em seu quadro funcional, as questões de número 11 à 26 foram respondidas pelo(a) responsável pela Assistência Estudantil e na ausência deste pelo(a) Diretor(a) Geral de Ensino. Dessa forma, as questões número 10 e 27 à 32 foram respondidas exclusivamente pelo(a) nutricionista.

O instrumento de coleta de dados foi avaliado por docentes da Universidade Federal de Goiás (UFG) com experiência em pesquisa; pelos coordenadores do Centro Colaborador de Alimentação e Nutrição do Escolar da Universidade Federal de Goiás (CECANE UFG) e pela equipe do FNDE. Após essa avaliação do instrumento, as sugestões consideradas pertinentes foram acatadas.

Para os entrevistadores foi elaborado um manual do entrevistador (Apêndice D) que subsidiou uma capacitação da equipe e serviu como documento norteador da pesquisa no momento da entrevista.

4.5 CAPACITAÇÃO DA EQUIPE E ESTUDO PILOTO

A fim de garantir a qualidade e fidedignidade dos dados coletados, minimizar erros durante a coleta de dados, aprimorar a habilidade dos entrevistadores envolvidos na pesquisa e adequar os questionários e o manual do entrevistador, a equipe de entrevistadores foi previamente capacitada e posteriormente realizou-se um estudo piloto.

Essa capacitação incluiu:

- Realização da Oficina de formação em Pesquisa, com objetivo de repassar aos entrevistadores aspectos relacionados ao bom andamento de uma pesquisa

científica; como realizar e proceder em uma entrevista telefônica; preenchimento do instrumento de coleta de dados e utilização do manual do entrevistador;

- Simulação de entrevista telefônica: foram realizadas simulações com uma nutricionista de IF não incluído na pesquisa e com professora da Faculdade de Nutrição da Universidade Federal de Goiás familiarizada com esse tipo de entrevista. Essas simulações objetivaram preparar os entrevistadores para possíveis situações adversas que viessem a ocorrer durante as entrevistas telefônicas.

O instrumento de coleta de dados foi testado em estudo piloto, realizado de junho à julho de 2014, contemplou dez *Campi*, que não participaram da amostra, obedecendo a proporcionalidade de dois de cada região brasileira

4.6 COLETA DE DADOS

A coleta de dados, foi realizada entre agosto e dezembro de 2014. Os dados foram coletados por meio de entrevistas telefônicas com auxílio do *software* Skype. O método de entrevista telefônica justifica-se pela praticidade, bom desempenho, custo acessível e relativa agilidade e rapidez durante a coleta de dados. Além disso, essa metodologia possibilita aumentar a inclusão de um número maior de pessoas, sem comprometer a qualidade dos dados coletados. No entanto faz-se necessária supervisão constante das equipes de entrevistadores e a gravação das entrevistas possibilitando assim análise posterior e a indicação de nova entrevista quando necessário (FRANCISCO et al., 2011; PEIXOTO et al., 2008; WALDMAN et al., 2008).

O estudo foi executado por equipe composta pela pesquisadora, docentes orientadores e estudantes de nutrição vinculados ao CECANE UFG e ao Projeto Jovens Talentos/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Durante a entrevista telefônica foi esclarecido aos entrevistados que a gravação tinha como finalidade o controle de qualidade da pesquisa e o registro do consentimento de participação. Quando era solicitado informações detalhadas sobre a pesquisa, o entrevistador encaminhava via e-mail, documento contendo informações sobre a mesma (Apêndice E).

A pesquisadora foi responsável pela revisão de 100% do conteúdo gravado das entrevistas; detecção de problemas e falhas no processo; realização de entrevistas em escala com os demais entrevistadores; além do controle de qualidade, que indicava, eventualmente, a necessidade de novo(s) contato(s) telefônico(s) para averiguação de respostas divergentes às assinaladas nos questionários.

Para o controle de qualidade e armazenamento do consentimento verbal dos entrevistados, as entrevistas foram gravadas por meio do *software* livre *MP3 Skype Recorder*. O áudio das gravações foi avaliado pela pesquisadora, comparado aos questionários preenchidos, para proceder as correções sempre que necessário. As entrevistas foram armazenadas em meio digital, com *back-up* diário em *pen drive*.

4.7 VARIÁVEIS DA PESQUISA

As variáveis estudadas referem-se ao contido na Lei 11.947/2009 e Resolução/CD/FNDE nº 26/2013 (Quadro 2). As possibilidades de repostas para as variáveis não foram citadas e/ou viabilizadas no momento da entrevista, afim de não induzir a resposta ao entrevistado, sendo possível, ser indicada mais de uma resposta.

Quadro 2: Descrição das variáveis utilizadas no estudo. Brasil 2014

| VARIÁVEL | | NÚMERO QUESTÃO | DESCRIÇÃO |
|------------------|-----------|-------------------|--|
| Público- Alvo | Estudante | 1, 2 | • Modalidade de ensino ofertada pelo <i>Campus</i> : ensino médio e programa de educação jovens e adultos (PROEJA). |
| | | 3 | • Fornecimento de alimentação aos discentes. |
| | | 11 | • Alunos do <i>Campus</i> que recebem alimentação proveniente do recurso do PNAE. Caso o entrevistado responder outra modalidade de ensino que não seja ensino médio ou PROEJA descrever a modalidade relatada. |

| Continuação Quadro 2 | | | |
|-----------------------------|----------------------|--------|---|
| Gestão do PNAE | Administração | 4, 10 | <ul style="list-style-type: none"> Recebimento de recurso financeiro do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Se o <i>Campus</i> não receber o recurso do PNAE descrever razão do PNAE não está implantado no <i>Campus</i>. |
| | | 5 | <ul style="list-style-type: none"> Recebimento de orientação do FNDE sobre a utilização do recurso do PNAE. Se o <i>Campus</i> receber orientação do FNDE descrever a orientação recebida. |
| | | 14 | <ul style="list-style-type: none"> Conhecimento sobre legislações que regulamentam o PNAE. Se conhecer legislação sobre o PNAE, quais: Lei 11.947/2009, Resolução CFN nº 465/2010, Resolução/CD/FNDE nº26/ 2013, outro, nesse caso descrever a legislação relatada. |
| | | 15 | <ul style="list-style-type: none"> Periodicidade de fornecimento da alimentação escolar. Descrever número de dias letivos que a alimentação do PNAE é fornecida aos alunos. |
| | | 24 | <ul style="list-style-type: none"> Aquisição de alimentos da agricultura familiar. |
| | | 25, 26 | <ul style="list-style-type: none"> Realização de atividades de educação alimentar e nutricional (EAN) Se sim qual profissional realiza: nutricionista, professor, pedagogo, outro (nesse caso descrever). |
| | Técnica | 9 | <ul style="list-style-type: none"> Existência de nutricionista no <i>Campus</i>. Se possuir nutricionista solicitar nome e contato deste profissional e pedir para falar com ele. |
| | | 27 | <ul style="list-style-type: none"> Tempo que o nutricionista trabalha com o PNAE no <i>Campus</i>; Descrever em meses. |
| | | 28 | <ul style="list-style-type: none"> Vínculo empregatício (forma de contratação no campus) do nutricionista no <i>Campus</i>. Categorias: concurso público/efetivo, cargo em comissão, outro (nesse caso descrever). |
| | | 31 | <ul style="list-style-type: none"> Atribuição/atividades desenvolvidas pelo nutricionista contexto do PNAE. Categorizadas: diagnóstico e acompanhamento do estado nutricional dos estudantes, elaboração do cardápio da alimentação escolar; desenvolvimento de ações de educação alimentar e nutricional, coordenar, identificação de indivíduos com necessidades nutricionais específicas; elaboração de fichas técnicas de preparo; supervisão de compra de gêneros alimentícios, supervisão de armazenamento de gêneros alimentícios, supervisão de produção das preparações, supervisão da distribuição das preparações, realização do teste de aceitabilidade; elaboração e implantação do Manual de Boas Práticas de Fabricação (MBPF), outro (nesse caso descrever). |
| | | | |

| Continuação Quadro 2 | | | |
|-----------------------------|-----------------|--|---|
| Execução do PNAE | Cardápio | 16 | <ul style="list-style-type: none"> • Se as preparações do PNAE são elaboradas somente por funcionários do <i>Campus</i>. Caso não, quem elabora: funcionários externos ao IF, funcionários do IF juntamente com funcionários externos ao IF, não sabe. |
| | | 17 | <ul style="list-style-type: none"> • Local em que os alunos consomem a alimentação proveniente do PNAE Categorizadas em: sala de aula, centro de vivência, refeitório, outro (nesse caso descrever) e não sabe. |
| | | 18, 19 | <ul style="list-style-type: none"> • Existência de cardápio específico do PNAE Se sim qual profissional elabora: nutricionista, coordenador de assistência estudantil, cozinheiro, outro (nesse caso descrever), não sabe. |
| | | 20 | <ul style="list-style-type: none"> • Disponibilidade do cardápio do PNAE aos alunos. • |
| | | 21 | <ul style="list-style-type: none"> • Adequação do cardápio do PNAE aos alunos com necessidades nutricionais específicas. • |
| | | 22 | <ul style="list-style-type: none"> • Realização do teste de aceitabilidade quando novas preparações são inseridas no cardápio do PNAE. Se sim, qual método utilizado: resto ingestão, escala hedônica, outro (nesse caso descrever), não sabe. |
| | | Controle higiênico-sanitário da Alimentação Escolar | 32 |

Para comparar a gestão e a execução do PNAE nos *Campi* do IF com e sem nutricionista no seu quadro pessoal considerou as seguintes variáveis: público-alvo (questão 11), gestão do PNAE – administração (questões 14, 15, 24, 25, 26), execução do PNAE – cardápio (questões 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22).

As questões 12, 13, 23, 29 e 30 não foram analisadas no presente estudo devido a problemas de interpretação do entrevistado no momento da entrevista telefônica.

4.8 ANÁLISE ESTATÍSTICA

Os dados foram tabulados no *Microsoft Excel*[®] versão 3.5.2, 2013. Dez por cento (10%) dos dados tabulados de cada região foram conferidos e quando

observou-se valores discrepantes, o banco de dados foi 100% revisado por meio de consulta aos questionários e correção do banco. As análises estatísticas foram realizadas com o auxílio do *software R*, versão 3.1.2.

Os resultados das análises descritivas (caracterização dos *Campi* dos Institutos e gestão técnica do PNAE) foram expressos em frequência relativa e absoluta.

A fim de comparar as variáveis gestão e execução do PNAE entre *Campi* com e sem nutricionista foram usados os testes χ^2 de Pearson com correção de Yates² ou Exato de Fisher³ quando aplicáveis. Desconsiderou-se a categoria “não sabe”, com intuito de verificar se as categorias válidas estavam associadas. Para mensurar a magnitude de associação das variáveis com $p < 0,05$, calculou-se a razão de prevalência.

Com intuito de verificar a simetria da variável numérica “dias letivos” aplicou-se o teste *Shapiro-Wilk normality test*. Como esta variável é assimétrica ($p = 1,79$) calculou-se a mediana.

Para efeito de análise usou-se nível de significância estatística de 5%.

4.9 ASPECTOS ÉTICOS

O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFG, sob parecer nº 497.270 de 16 de dezembro de 2013 (ANEXO 1).

Por se tratar de entrevista telefônica, o consentimento livre e esclarecido foi substituído pelo consentimento verbal armazenado em gravação da entrevista telefônica, atendendo os requisitos da Resolução CNS 466/2012 (BRASIL, 2013a) (APÊNDICE F).

REFERÊNCIAS

ADA - AMERICAN DIETETIC ASSOCIATION. Position of the American Dietetic Association: nutrition guidance for healthy children ages 2-11 years. **Journal of the American Dietetic Association**, Chicago, v. 108, n. 6, p. 1038-1047, 2008.

ALBUQUERQUE, M.F.M. A segurança alimentar e nutricional e o uso da abordagem de direitos humanos no desenho das políticas públicas para combater a fome e a pobreza. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 22, n.6, p.895-903, 2009.

BARBOSA, N.V.S.; MACHADO, N.M.V.; SOARES, M.C.V.; PINTO, A.R.R. Alimentação na escola e autonomia - desafios e possibilidades. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Manguinhos, v.18, n.4, p.937-945, 2013.

BELIK, W. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Revista Saúde e Sociedade**, v.12, n.1, p.12-20, jan-jun 2003.

BELIK, W.; CHAIM, N.A. O programa nacional de alimentação escolar e a gestão municipal: eficiência administrativa, controle social e desenvolvimento local. **Revista de Nutrição**, Campinas, v.22, n.5, p.595-607, 2009.

BRASIL. **Decreto nº 7566, de 23 de setembro de 1909**. Crea nas Capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes de Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Rio de Janeiro, 1909.

BRASIL. **Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937**. Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 1937.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 4.127 de 25 de fevereiro de 1942**. Estabelece as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial. Rio de Janeiro, 1942.

BRASIL. **Decreto nº 60.731, de 19 de maio de 1967**. Transfere para o Ministério da Educação e Cultura os órgãos de ensino do Ministério da Agricultura e dá outras providências. Brasília, 1967.

BRASIL. **Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978**. Dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências. Brasília, 1978.

BRASIL. **Decreto nº 88.295, de 10 de Maio de 1983**. Aprova o Estatuto da Fundação de Assistência ao Estudante e dá outras providências. 1983.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. 1990.

BRASIL. **Lei nº 8237, de 17 de setembro de 1991**. Regulamenta a profissão de Nutricionista e determina outras providências. 1991.

BRASIL. **Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994**. Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. Brasília, 1994.

BRASIL. **Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994**. Dispõe sobre a municipalização da merenda escolar. *Diário Oficial da União* 1994 a.

BRASIL. **Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1997.

BRASIL. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília, 2004.

BRASIL. Conselho Federal de Nutricionistas. **Resolução CFN nº 358, de 18 de maio de 2005**. Dispõe sobre as atribuições do nutricionista em âmbito do programa de alimentação escolar (PNAE) e dá outras providências. *Diário Oficial da União* 2005.

BRASIL. **Resolução CD/FNDE nº 32, de 10 de agosto de 2006**. Estabelece as normas para a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar -PNAE. 2006.

BRASIL. **Portaria Interministerial nº1.010, de 08 de maio de 2006**. Institui as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional. 2006a.

BRASIL. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. 2006b.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. 2008.

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178- 36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2009.

BRASIL. **Resolução CFN nº465, de 23 de agosto de 2010**. Dispõe sobre atribuições do nutricionista, estabelece parâmetros numéricos mínimos de refeições do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e dá outras providências. 2010

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília, DF: Presidência da República, 2010a.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012.** *Diário Oficial da União* 2013 a.

BRASIL. **Resolução CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Brasília, 2013.

BRIEFEL,R.R.; WILSON,A.; GLEASON,P.M. School food environments and practices affect dietary behaviors of U.S. public school children. **Journal of the American Dietetic Association**, Chicago, v. 109, n. 2, p. 91-107, 2009. Suppl 1.

BUENO,J.V.; MAGALHÃES,J, 2013. **Fórum de Alimentação Escolar.** Disponível em: <http://www.ifsuldeminas.edu.br/index.php/noticias/2263-2o-forum-da-alimentacao-escolar>. Acessado em: 26 de agosto de 2014.

CANO,I. **Avaliação de programas sociais.** Rio de Janeiro: FGV, 2002.

CARDOSO,R.C.V.; ALMEIDA,R.C.C.; GUIMARÃES,A.G.; GÓES,J.A.W.; SANTANA,A.A.C.; *et all.* Avaliação da qualidade microbiológica de alimentos prontos para consumo servidos em escolas atendidas pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Revista do Instituto Adolfo Lutz.** São Paulo, v. 69, n.2, p.208-13. 2010.

CHAVES,L.G.; SANTANA,T.C.M.; GABRIEL,C.G.; VASCONCELOS,F.A.G. Reflexões sobre a atuação do nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar no Brasil. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, Manguinhos, v.1, n. 4, p. 917-926, 2013

COCHARAN,W.G. Sampling techniques. *In:_____.* **The estimation of sample size.**3. ed. Canadá: Jonh Wiley & Sons, Inc, 1977. Cap. 4, 72-88.

COSTA,C.A.; BÓGUS,C.M. Significados e Apropriações da Noção de Segurança Alimentar e Nutricional pelo Segmento da Sociedade Civil do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Revista Saúde Sociedade.** São Paulo, v.21, n.1, p.103-114, 2012.

CRUZ,K.S.L. Assistência estudantil e suas implicações no desempenho escolar dos discentes do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia – IFCE campus Maracanaú. **XVI ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino - UNICAMP** - Campinas, 2012.

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Programas: Alimentação Escolar.** Apresentação. Disponível em: <<<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-apresentacao>>>. Acesso em 24 de maio de 2013.

FORD,D. Enfoques Conceptuales y Sistemas de Información sobre Seguridad Alimentaria. *In: Políticas de Seguridad Alimentaria y Nutrición em América Latina*. São Paulo: Editora Hucitec; 2004. p. 29-49.

FRANCISCO,P.M.S.B.; BARROS,M.B.A.; SEGRI,N.J.; ALVES,M.C.G.P.; CESAR,C.L.G.; MALTA,D.C. Comparação de estimativas para o auto-relato de condições crônicas entre inquérito domiciliar e telefônico. Campinas (SP), Brasil. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v.14, n.1, Supl.: 5-15, 2011.

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO. **Linha do Tempo: Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/linha.pdf>. Acesso em: 16 de julho de 2013.

IFAL - INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS, 2014. **Implantação do Programa de Alimentação Escolar é discutido no IFAL**. Disponível em:<http://www2.ifal.edu.br/portal/noticias-destaque/implantacao-do-programa-de-alimentacao-escolar-e-discutido-no-ifal>. Acessado em: 26 de agosto de 2014.

IFF - INSTITUTO FEDERAL FLUMIENSE, 2014. **IFF no Programa Nacional de Alimentação Escolar**. Disponível em: <http://portal.iff.edu.br/campus/reitoria/noticias/iff-no-programa-nacional-de-alimentacao-escolar>. Acessado em: 02 de outubro de 2014.

MEC – MINISTERIO DA EDUCACAO. Secretaria Executiva. Subsecretaria de Assuntos Administrativos. Coordenação Geral de Gestão de Pessoas. **Ofício Circular nº 015/2005/CGGP/SA/SE/MEC**. Brasília, 28 de novembro de 2005

MEC/SEMTEC. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 1994. **O internato nas escolas agrotécnicas federais**. 1994.

MELLO, A.I.; VIDAL JÚNIOR,P.O.; SAMPAIO,L.R.; SANTOS,L.A.S.; FREITAS,M.C. S.; FONTES,G.A.V. Perfil do nutricionista do Programa Nacional de Alimentação Escolar na região Nordeste do Brasil. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 25, n.1, p.119-132, 2012.

PEIXOTO,M.R.G.; MONEGO,E.T.; ALEXANDRE,V.P.; SOUZA,R.G.M.; MOURA, E.C. Monitoramento por entrevistas telefônicas de fatores de risco para doenças crônicas: experiência de Goiânia, Goiás, Brasil. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 6, 2008.

PEREIRA,M.G. Epidemiologia: Teoria e Prática. In:____. **Seleção dos participantes para estudo**. 6ªed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002. Cap.16, 337-357.

PORTAL BRASIL. **Surgimento das escolas técnicas**. Governo Federal, 2011. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/sobre/educacao/ensino-tecnico/como-ingressar/surgimento-das-escolas-tecnicas>>. Acesso em: 12 abril de 2013.

SANTOS,L.A.S.; PAIVA,J.B.; MELLO,A.L.; FONTES,G.A.V.; SAMPAIO,L.R.; FREITAS, M.C.S. O nutricionista no programa de alimentação escolar: avaliação de uma experiência de formação a partir de grupos focais. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 25, n.1, p.107-117, 2012.

SCARPARO,A.L.S.; OLIVEIRA,V.R.; BITTENCOURT,J.M.V.; FRANCESCATO,E N.R.; FERNANDES,P.F.; ZYS,J.Z.; MOULIN,C.C. Formação para nutricionistas que atuam no Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma avaliação da efetividade. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Manguinhos, v.18, n.4, p.1001-1008, 2013.

SCHMITZ,B.A.S.; RECINE,E.; CARDOSO,G.T.; SILVA,J.R.M.; AMORIM,N.F.A.; BERNARDON,R.; RODRIGUES,M.L.C.F. A escola promovendo hábitos alimentares saudáveis: uma proposta metodológica de capacitação para educadores e donos de cantina escolar. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, p. 312-322, 2008.Suplemento 2.

SDH - SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS. **Relatório Anual da Comissão Especial de Monitoramento de Violação do Direito Humano à Alimentação Adequada**. Brasília (DF): SDH, 2011, 68p. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/cddph/relatorios/relatorio-c-e-alimentacao-adequada>. Acesso em: 10 de janeiro de 2014.

SOUZA,C. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

STEFANINI,M.L.R. **Merenda Escolar: História, Evolução e Contribuição no Atendimento das Necessidades Nutricionais da Criança**. São Paulo. 1998. 152f. Tese (Doutorado). Departamento de Nutrição da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 1998.

TURPIN,M.E. **A Alimentação escolar como vetor de desenvolvimento local e garantia de segurança alimentar e nutricional**. 2008. 186f. Tese [Mestrado em Desenvolvimento Econômico] - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas , Campinas, 2008.

VOOS,A.C. **Atuação do nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar no estado do RS** [monografia]. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul; 2009.

WALDMAN,E.A; NOVAES,H.M.D; ALBUQUERQUE,M.F.M; LATORRE,M.R.D.O; RIBEIRO,M.C.S.A; VASCONCELLOS,M *et all*. Inquéritos populacionais: aspectos metodológicos, operacionais e éticos. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 11, supl 1, p.168-79. 2008.

CAPÍTULO 2 -ARTIGO CIENTÍFICO

As instruções aos autores para submissão de manuscrito no primeiro periódico ao qual este artigo será submetido estão apresentadas no Anexo 2.

Qualis: B2 (Alimentação e Nutrição)

Título completo: Gestão e execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia / Management and execution of the National School Feeding Programme in the Federal Institutes of Education, Science and Technology

Autores:

Paula Medeiros Costa^I; Estelamaris Tronco Monego^{II}; Marília Mendonça Guimarães^{III}; Mario Ernesto Piscoya Diaz^{IV}.

^I Mestranda do Programa de Pós Graduação em Nutrição e Saúde da Universidade Federal de Goiás. Endereço: Rua 227, qd. 68, s/nº Setor Leste Universitário. CEP: 74605-080. Goiânia – GO. E mail: paula.costa@ifgoiano.edu.br;

^{II} Doutora em Ciências da Saúde. Docente do Curso de Nutrição da Universidade Federal de Goiás. Endereço: Rua 227, qd. 68, s/nº Setor Leste Universitário. CEP: 74605-080. Goiânia – GO. E mail: estelamaris.monego@gmail.com.

^{III} Doutora em Ciências da Saúde. Docente do Curso de Nutrição da Universidade Federal de Goiás. Endereço: Rua 227, qd. 68, s/nº Setor Leste Universitário. CEP: 74605-080. Goiânia – GO. E mail: marilianutri@gmail.com

^{IV} Doutor em Demografia. Docente Instituto de Matemática e Estatística da Universidade Federal de Goiás. Endereço: Campus II (Samambaia) da Universidade Federal de Goiás. CEP 74001-970, caixa postal 131. Goiânia – GO. E mail: mario.piscoya@gmail.com.

Categoria: Artigo Original

Contribuição dos autores: Paula M. Costa participou da elaboração do projeto, coleta, análise dos dados e redação do manuscrito. Estelamaris T. Monego (orientadora) e Marília M. Guimarães(co-orientadora) elaboraram o projeto,

supervisionaram a coleta de dados, contribuíram na análise dos dados e participaram da correção do manuscrito. Mario Ernesto Piscoya Díaz participou de parte da análise dos dados.

- Autor responsável pelas negociações:

Paula Medeiros Costa

Gestão e Execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

Management and execution of the National School Feeding Programme in the Federal Institutes of Education, Science and Technology

Autores:

Paula Medeiros Costa^I; Estelamaris Tronco Monego^{II}; Marília Mendonça Guimarães^{II}; Mario Ernesto Piscoya Diaz^{IV}.

^I Mestranda do Programa de Pós Graduação em Nutrição e Saúde da Universidade Federal de Goiás. Endereço: Rua 227, qd. 68, s/nº Setor Leste Universitário. CEP: 74605-080. Goiânia – GO. E mail: paula.costa@ifgoiano.edu.br;

^{II} Doutora em Ciências da Saúde. Docente do Curso de Nutrição da Universidade Federal de Goiás. Endereço: Rua 227, qd. 68, s/nº Setor Leste Universitário. CEP: 74605-080. Goiânia – GO. E mail: estelamaris.monego@gmail.com.

^{III} Doutora em Ciências da Saúde. Docente do Curso de Nutrição da Universidade Federal de Goiás. Endereço: Rua 227, qd. 68, s/nº Setor Leste Universitário. CEP: 74605-080. Goiânia – GO. E mail: marilianutri@gmail.com

^{IV} Doutor em Demografia. Docente Instituto de Matemática e Estatística da Universidade Federal de Goiás. Endereço: Campus II (Samambaia) da Universidade Federal de Goiás. CEP 74001-970, caixa postal 131. Goiânia – GO. E mail: mario.piscoya@gmail.com.

RESUMO:

O Programa Nacional de Alimentação Escolar garante ao estudante da educação básica alimentação escolar gratuita, saudável e de qualidade. Este trabalho objetiva analisar a gestão e execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Estudo transversal, com coleta de dados realizada no segundo semestre de 2014 por entrevista telefônica em 203 *Campi* distribuídos proporcionalmente nas macrorregiões brasileiras. As variáveis descritivas foram expressas em frequência absoluta e relativa. Para comparação das variáveis (*Campi* com e sem nutricionista) realizou os testes do χ^2 de *Pearson* com correção de *Yates* ou Exato de Fisher. Para mensurar a magnitude de associação das variáveis com $p < 0,05$, calculou-se razão de prevalência. Para averiguar a simetria da variável numérica utilizou o teste *Shapiro – Wilk normality* e em seguida calculou a mediana Considerou-se nível de significância estatística de 5%. Os resultados indicaram que 22,16% dos *Campi* recebiam o recurso do PNAE e destes, 27 possuíam nutricionista. Dos *Campi* que recebiam o recurso 46,7% compravam gêneros da

agricultura familiar, 60% realizavam atividades de educação alimentar e nutricional, 40% possuíam cardápio específico para o Programa, 71,1% disponibilizavam o cardápio ao aluno, 46,7% forneciam alimentação diferenciada para estudantes com necessidades nutricionais especiais e 51,1% realizam teste de aceitabilidade. Concluiu-se que poucos *Campi* recebiam o recurso financeiro do Programa Nacional de Alimentação Escolar e que a presença do nutricionista, mesmo não contribuindo de forma efetiva para o recebimento deste recurso, favoreceu a realização das atividades de educação alimentar e nutricional, um dos principais de eixos de atuação do Programa.

Palavras-chave: alimentação escolar, nutricionista, políticas públicas, programas e políticas de alimentação.

ABSTRACT:

The Nacional School Feeding Programme ensure the basic education students the right of having free, nutritive, healthy and higienic food. This project aim to analyze the management and enforcement of the NSFP in the Federal Institutes of Education, Cience and Tecnology. This Project is a transversal study, the data collection happened in the second semestre of 2014 by phone call interviews in 203 *Campi* of the Institutes, distributed proportionaly in brasilian macro-regions. The descriptive variables were expressed in relative and absolute frequency. For variables comparision (*Campi* with and without nutritionist) Pearson χ^2 tests were held with Yates correction or Fisher Exato. For measurement of the variables association magnitude with $p < 0,05$, the prevalence reason were calculated. For the investigation of the numeric variable simetry the Shapiro – Wilk normality test was used and then the median was calculated. The statistic significance level of 5% was considered. The results indicated that 22,16% of the *Campi* received the NSFP resources and among these 27 had nutritionist. Among the *Campi* that received the resources 46,7% bought familiar agriculture suprimint, 60% had food and nutritional education activities, 40% have an especific menu for the programme, 71,1% show the menu to the students, 46,7% offer diferente food for students with special nutritional needs and 51,1% make acceptability tests. It was concluded that few *Campi* received financial resources of the Scholar Food Nacional Program and that the presence of the nutricionist, even without contributing efectivelly in the resource reception, favored to make the food and nutrition educational activities, one of the main axis of the program.

Key words: school feeding, nutritionist, public politics, nutrition programs and policies.

INTRODUÇÃO

Estudantes da educação básica passam grande parte do seu tempo em escolas, onde realizam refeições e mantêm contato com diferentes alimentos o que pode impactar nos seus hábitos alimentares. Por essa razão, é oportuna a qualificação de programas de distribuição de refeições neste ambiente, capazes de garantir o fornecimento de refeições nutritivas (Binns,2009).

Particularizando-se para o fornecimento da alimentação saudável e microbiologicamente segura no ambiente escolar, e buscando atender as necessidades nutricionais dos discentes no período letivo, desde 1955 vigora, com diferentes denominações, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (Brasil, 2013). Seus objetivos são, contribuir para o crescimento, desenvolvimento biopsicossocial, aprendizagem e rendimento escolar dos estudantes, além de promover a formação de hábito alimentar saudável, por meio de ações de educação alimentar e nutricional (EAN) (Brasil, 2009; FNDE, 2013).

O PNAE, uma das políticas públicas mais antigas do país, se constitui numa importante estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), ao buscar a promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) (Cardoso e col., 2010; Ford, 2004), uma vez que propõe ações voltadas à quantidade (disponibilidade de alimentos), qualidade nutricional (atenda às necessidades nutricionais dos comensais), qualidade microbiológica (isenta de contaminação, problemas de apodrecimento ou com prazos de validade vencidos) e regularidade no acesso aos alimentos (acesso contínuo à alimentação) (Belik, 2003; Costa; Bógus, 2012).

A eficácia e eficiência de uma política pública está diretamente relacionada à sua formulação e deve seguir as etapas de diagnóstico (realização de um retrato amplo e detalhado da situação social); formulação e seleção de programas (definição da natureza dos programas, das questões sociais prioritárias a enfrentar e dos públicos-alvo a atender); implementação (monitoramento dos programas) e avaliação (verificar a forma de implementação dos programas e dos resultados e efeitos almejados (Souza, 2006). Com relação ao PNAE, a responsabilidade compete ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), órgão público gerenciador deste Programa.

Inicialmente, o PNAE tinha como público-alvo discente da educação infantil, ensino fundamental e educação de jovens e adultos (EJA) (Brasil, 2009). Em 2009, com a Lei nº 11.947, e posteriormente, com a Resolução nº 26/2013, este Programa foi estendido a toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e

adultos), abrangendo assim escolas da esfera federal, incluindo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF) (Brasil, 2013).

Os IF são instituições de educação básica, profissional e superior, e (Brasil, 2008), que, na assistência ao alunado utilizam a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) que preconiza, elevar os níveis de alimentação e nutrição do estudante, com vistas ao melhor rendimento escolar (Brasil, 1983).

Considerando as legislações vigentes e a recente inserção do PNAE nos IF, julgou-se oportuno conhecer como este Programa tem sido implantado e executado nesses espaços escolares.

Um levantamento na literatura evidencia uma extensa e diversificada produção científica sobre a alimentação escolar com foco nas escolas municipais e estaduais demonstrando uma lacuna nos estudos sobre este Programa nas instituições de ensino federal. A inexistência de informação sobre o PNAE nas escolas federais fomentou a ideia de se realizar o presente estudo, buscando contribuir na construção de um perfil nacional sobre a implantação do PNAE nos Institutos Federais, sendo este estudo pioneiro no quesito alimentação escolar na rede federal de ensino.

Considerando o exposto, o presente estudo objetiva caracterizar a gestão e execução do PNAE no âmbito dos IF, com vistas a conhecer a realidade e o funcionamento deste Programa neste espaço escolar.

METODOLOGIA

Trata-se de estudo transversal, com coleta de dados realizada de agosto à dezembro de 2014. A amostra ($n = 200$) foi calculada considerando o número total de *Campi* dos Institutos Federais ($N = 415$), erro de estimativa de 5% e nível de significância de 5% com acréscimo de 20% (Pereira, 2002) para eventuais perdas amostrais. Assim, o tamanho total da amostra foi calculado em 240 *Campi* distribuídos por meio de amostragem aleatória simples, proporcionalmente entre macrorregiões brasileiras: Região Norte ($n=26$; 11%); Região Nordeste ($n=82$; 34%); Região Centro-Oeste ($n=26$, 11%); Região Sul ($n=48$; 20%) e Região Sudeste ($n=58$; 24%).

Os dados foram coletados por meio de entrevista telefônica, em que a unidade informante - entrevistado (Responsável pela Assistência Estudantil ou Diretor de Ensino e Nutricionista) respondia a um questionário estruturado a partir das legislações 11.947 de 2009 e Resolução CD/FNDE nº 26 de 2013 (Brasil, 2009; Brasil, 2013).

O instrumento de coleta de dados compreendeu:

- Identificação do público-alvo: modalidade de ensino ofertada; fornecimento de alimentação aos discentes e estudantes beneficiados com o recurso do PNAE;
- Gestão administrativa: recebimento de recurso financeiro do PNAE; repasse de orientação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação sobre a utilização do recurso do PNAE ao *Campus*; conhecimento sobre legislações que regulamentam o PNAE; periodicidade de fornecimento da alimentação escolar, aquisição de alimentos da agricultura familiar e realização de atividades de educação alimentar e nutricional;
- Gestão técnica – nutricionista: existência de nutricionista no *Campus*; tempo que o nutricionista trabalha com o PNAE no *Campus*; vínculo empregatício; atividades desenvolvidas pelo nutricionista no contexto do PNAE;
- Execução do PNAE – cardápio: responsável pela elaboração das preparações do PNAE; local em que os alunos consomem a alimentação proveniente do PNAE; existência de cardápio específico do PNAE; disponibilidade do cardápio do PNAE aos alunos; adequação do cardápio do PNAE aos alunos com necessidades nutricionais especiais; realização do teste de aceitabilidade quando novas preparações são inseridas no cardápio do PNAE;
- Execução do PNAE – Controle higiênico-sanitário da alimentação escolar: existência do Manual de Boas Práticas de Fabricação (MBPF).

Os resultados das análises descritivas (caracterização dos *Campi* dos IF e gestão técnica do PNAE) foram expressos em frequência relativa e absoluta. A fim de comparar as variáveis gestão e execução do PNAE entre *Campi* com e sem nutricionista foram usados os testes do χ^2 de *Pearson* com correção de *Yates* ou Exato de Fisher quando aplicáveis. Desconsiderou-se a categoria ‘não sabe’, com intuito de verificar se as categorias válidas estavam associadas. Para mensurar a magnitude de associação das variáveis com $p < 0,05$, calculou-se a razão de prevalência. Com intuito de verificar a simetria da variável numérica “dias letivos” aplicou-se o teste *Shapiro-Wilk normality test*. e por ser assimétrica ($p = 1,79$) calculou-se a mediana. As análises estatísticas foram realizadas com o auxílio do *software R*, versão 3.1.2.

O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás, Parecer nº 497.270/2013. O consentimento livre e esclarecido foi substituído pelo consentimento verbal obtido no momento da entrevista pelo entrevistador atendendo a Resolução CNS nº 466 de dezembro de 2012 (Brasil, 2013a).

RESULTADOS

Foram entrevistados 203 *Campi*, correspondendo a 84,58% da amostra calculada. Os dados coletados referem-se a 11,33% da região Norte, 33% da Região Nordeste, 10,34% da Região Centro-Oeste, 21,2% da Região Sul e 24,13% da Região Sudeste. Totalizou-se 37 perdas referentes aos *Campi* sem êxito nas ligações após cinco tentativas.

Quanto às modalidades de ensino ofertadas nos *Campi*, 85,7% ofertavam ensino médio, com maior prevalência na região Norte (91,3%;) e 50,2% ofereciam Programa de Educação de Jovens e Adultos destacando - se a região Centro-Oeste (66,7%;).

Metade dos *Campi* (50,2%) fornecia alimentação aos discentes, sendo o Nordeste a região com maior percentual (67,2%). Quando perguntado ao Responsável pela Assistência Estudantil ou Diretor de Ensino sobre o recebimento do recurso financeiro do PNAE, aproximadamente 37% dos *Campi* recebiam o recurso e destes 26,66% o devolviam ao FNDE. Na Região Sudeste a devolução do recurso foi cinco vezes maior que nas regiões Nordeste, Centro-Oeste e Sul. Dos *Campi* que não receberam o recurso do PNAE grande parte dos entrevistados (44,9%) não souberam o motivo de não receberem o recurso e 26,2% alegaram ausência de estrutura física e recursos humanos. Referente aos *Campi* que receberam o recurso do PNAE quase a metade (49,1%) receberam orientação do FNDE sobre a utilização do recurso, exceto as unidades da região Centro-Oeste que afirmaram não receber orientação ou não ter conhecimento sobre o repasse dessa orientação. A maioria (55,6%) não soube relatar quais as orientações eram repassadas pelo FNDE. A orientação mais citada foi sobre a utilização da verba para a compra de gêneros alimentícios e da agricultura familiar (25,9%) (Tabela 1).

Tabela 1

Com relação à existência do nutricionista no quadro pessoal apenas 36% dos *Campi* possuíam este profissional, dos quais 10,96% estavam afastados. Dos *Campi* efetivamente com nutricionista, 41,53% recebiam o recurso do PNAE enquanto que dos *Campi* sem nutricionista, 13,84% recebiam o recurso, totalizando assim 45 *Campi* beneficiados com o Programa. Este valor difere do relatado pelo responsável da Assistência Estudantil ou Diretor de Ensino que informaram haver 75 *Campi* beneficiados com o PNAE.

O recebimento de alimentação do PNAE é mais comum entre os alunos do ensino médio (73,3%). Menos da metade (46,7%) dos *Campi* compravam gêneros da agricultura familiar, e a presença de nutricionista nos *Campi* não favoreceu a aquisição de alimentos da

agricultura familiar ($p > 0,05$), mas propiciou a realização de ações de EAN (RP = 2,33; $p = 0,023$). Nos locais sem nutricionista, 83,3% destas atividades eram realizadas por enfermeiros, médicos e psicólogos (Tabela 2).

Tabela 2

Grande parte dos entrevistados (66,66%) dos *Campi* que receberam o recurso financeiro do FNDE para o PNAE relatou conhecer as legislações que regem este Programa. As mais relatadas pelos nutricionistas foram a Resolução CD/FNDE nº26 /2013 (75%) e pelo Responsável pela Assistência Estudantil ou Diretor de Ensino a Lei 11.947/2009 (83,3%).

A mediana tempo de recebimento de alimentação pelos discentes, proveniente do PNAE foi 200 dias letivos (IC = 183.12 - 216.87).

A presença do nutricionista nos *Campi* favoreceu o consumo de alimentação no refeitório ($p = 0,0002$), porém, não contribuiu para disponibilidade do cardápio aos estudantes e o fornecimento de alimentação diferenciada para os discentes com necessidades nutricionais especiais ($p > 0,05$). A prevalência do consumo de alimentação do PNAE no refeitório foi três vezes (RP = 3,5) maior nos *Campi* com nutricionista (Tabela 3).

Nos *Campi* sem nutricionista a existência de cardápio específico para o PNAE foi duas vezes mais prevalente (RP = 2,3; $p = 0,015$). Nestes locais, os cardápios eram elaborados principalmente por nutricionistas colaboradores (da reitoria, outro *Campus*, do município), ou pelo Departamento de Assistência Estudantil (Tabela 3).

Em mais da metade dos *Campi* (51,1%) realizava-se teste de aceitabilidade quando novas preparações eram inseridas no cardápio do PNAE, sendo a escala hedônica o principal método utilizado (95,6%).

Tabela 3

Os nutricionistas dos *Campi* com PNAE possuíam como principal vínculo empregatício concurso público (96,3%,) e 85,2% trabalham com o PNAE entre um e cinco anos.

As atividades desenvolvidas pelos nutricionistas dos *Campi* no PNAE referiram-se especialmente àquelas relacionadas à gestão das Unidades de Alimentação e Nutrição (Figura 1) e a existência do Manual de Boas Práticas de Fabricação (MBPF) ocorreu em 59,3% dos *Campi* estudados.

Figura 1

DISCUSSÃO

Este estudo é pioneiro na descrição do perfil de gestão e execução do PNAE nos Institutos Federais. Sobre as modalidades de ensino ofertadas (ensino médio e EJA), grande parte dos *Campi* cumpria a Lei de criação dos IF que estabelece a oferta de educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos (Peixoto e col., 2008). As unidades sem estas modalidades de ensino estavam em fase de implantação, fato que demonstra a expansão do ensino profissional, científico e tecnológico (MEC, 2015).

Metade dos *Campi* fornecia alimentação aos alunos, os demais optavam pelo repasse da bolsa alimentação. O recurso destinado à alimentação dos estudantes dos IF é proveniente da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que um dos eixos de trabalho é elevar os níveis de alimentação e nutrição do discente, com vistas ao seu melhor rendimento escolar (Brasil, 1983). O fornecimento de alimentação na escola pode ser mais vantajoso do que a bolsa alimentação, pois a distribuição de refeições nutritivas e saudáveis nas escolas, tende a contribuir para a formação de hábitos alimentares adequados, pois aprendendo a se alimentar corretamente, o estudante tende a reproduzir este hábito nos demais ambientes que se relacionam (Binns, 2009; Hallal, 2010).

Considerando a importância da alimentação escolar e o eixo de trabalho da PNAES a inserção integral do PNAE nos institutos é necessária e relevante, pois contribuirá para o fortalecimento da política de assistência estudantil dos IF.

O PNAE enquanto política pública (Cardoso e col., 2010), se inseriu no contexto das escolas federais por meio da Lei nº 11.947 e a Resolução/CD/FNDE nº 26 (Brasil, 2009; Brasil, 2013) que garante alimentação escolar gratuita, saudável e de qualidade aos alunos da educação básica. O presente estudo evidenciou que os IF apresentam dificuldades quanto ao cumprimento dessa legislação, visto que apenas 37% dos *Campi* recebiam o recurso do PNAE e 26% destes o devolviam. O não recebimento ou a devolução deste recurso pode comprometer a segurança alimentar e nutricional dos alunos dos IF, uma vez que este Programa é considerado por Belik (2003), Costa e Bógus (2012), uma importante ferramenta para a promoção da SAN e garantia do DHAA.

Sendo uma política pública, a eficácia e eficiência do PNAE, de acordo com Souza (2006), deve ser mensurada por meio de monitoramento e avaliação contínua, a fim de verificar a implementação e os resultados obtidos, papel esse, de responsabilidade do Fundo

Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), órgão público gerenciador deste Programa (Brasil, 2013). A extensão territorial do país e a abrangência do PNAE podem ser considerados obstáculos para o monitoramento do Programa nas entidades executoras (Cano, 2002). A recente inclusão dos IF (2009) no PNAE associado a esses fatores podem justificar a baixa adesão dos *Campi* ao Programa.

Dos *Campi* que recebiam o recurso financeiro, em 49,1% afirmou-se receber orientação do FNDE sobre a forma de utilizá-lo, no entanto mais da metade desses não soube informar o tipo de orientação recebida, o que evidencia uma lacuna na comunicação entre *Campus* e o órgão fomentador e gerenciador desse Programa, responsável também por normatizá-lo e fiscalizá-lo (REBRAE, 2012).

Os nutricionistas compõem o quadro de recursos humanos dos IF em pouco mais de um terço dos *Campi*, observando um número reduzido deste profissional na rede federal de ensino. Os resultados apontam que mais da metade dos *Campi* com nutricionista não recebiam o recurso financeiro, enquanto 13,84% dos *Campi* sem nutricionista o recebiam, não estando em consonância com a legislação que estabelece ser esse profissional o responsável técnico (RT) pela execução do PNAE (Brasil, 2009; Brasil, 2013). Além do descumprimento da legislação, observou-se que a presença do nutricionista não favoreceu o recebimento do recurso do PNAE. Desse modo o elevado quantitativo de *Campi* com nutricionista que não recebem esse recurso pode estar relacionado ao desconhecimento sobre a origem do recurso financeiro destinado à alimentação dos estudantes, o que limita a execução das políticas e programas.

A legislação que regulamenta o PNAE estabelece que somente alunos da educação básica possam ser contemplados com este Programa (Brasil, 2009; Brasil, 2013), no entanto, observou no presente estudo que estudantes de nível superior e técnico subsequente eram beneficiados com este recurso, relatando o uso indevido deste e falhas no sistema de monitoramento e avaliação do Programa.

A compra de gêneros da agricultura familiar no âmbito do PNAE foi consolidada em 2009 com a Lei 11.947, que indica um mínimo de 30% do total dos recursos financeiros do PNAE a ser utilizado na aquisição de gêneros alimentícios provenientes desse setor (Brasil, 2009). De acordo com resultados, menos da metade dos *Campi* compravam gêneros de agricultores familiares, esse baixo quantitativo pode comprometer o desenvolvimento local sustentável, a geração de renda e emprego e a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (KAKIMURA e col., 2010; MORAIS e col., 2010; CONAB, 2014).

Para Triches e Schneider (2010) a aquisição de gêneros da agricultura familiar proporciona mudanças nos hábitos alimentares dos escolares, uma vez que, este setor oferta produtos frescos, como frutas e verduras, em maior frequência, variabilidade e melhor qualidade. No entanto, o PNAE pode ser considerado um desafio para a agricultura familiar devido à variedade da produção e a inclusão de alimentos regionais na alimentação escolar, o que caracteriza a necessidade da existência de um aporte técnico para orientar a produção e o extrativismo de alimentos, bem como sua inclusão e oferta na alimentação escolar (Monego e col., 2013).

No presente estudo, a presença do nutricionista contribuiu para a realização das atividades de educação alimentar e nutricional (EAN), que deve estar presente no currículo escolar e ser realizada de forma contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional, estimulando a adoção voluntária de práticas e escolhas alimentares saudáveis (Brasil, 2013). Essas atividades quando realizadas sustentam ações promotoras de saúde (Caniné e col., 2007), e neste contexto o nutricionista pode contribuir para a construção de hábitos alimentares saudáveis assegurando a SAN (Costa e Bógus, 2012).

Neste estudo, observou-se que os entrevistados não conheciam parte ou toda a legislação sobre o Programa, o que pode dificultar sua execução e comprometer seu funcionamento. O bom andamento de um Programa ou política se dá mediante prévio conhecimento das legislações que os regem (Cano, 2002), portanto a execução do PNAE está diretamente relacionada ao conhecimento que gestores e nutricionistas detêm sobre o assunto.

Os resultados indicaram que a informação sobre os “dias que a alimentação do Programa é fornecida” é do conhecimento dos entrevistados, uma vez que a mediana de tempo de fornecimento da alimentação do PNAE aos discentes dos institutos estavam em consonância com o estabelecido na Resolução 26, que preconiza a oferta de alimentação escolar durante a permanência do aluno na escola durante todo o ano letivo (Brasil, 2103). Observou-se também que as refeições do PNAE eram realizadas na maioria nos refeitórios e que a presença do nutricionista contribuiu para esse fato. O consumo de alimentação em refeitórios é positiva, pois este ambiente propicia socialização entre alunos e professores (Belik e col., 2009).

No que se refere à elaboração de cardápio, a maioria dos *Campi* não possuíam cardápio específico para o PNAE, razão pela qual é possível supor que as recomendações nutricionais bem como as orientações sobre aquisição de gêneros alimentícios (alimentos permitidos, proibidos e de uso restrito) estabelecidos pelo PNAE (Brasil, 2009; Brasil, 2013), não sejam completamente seguidas.

A presença de cardápio específico do PNAE foi mais evidente nos locais sem nutricionista, sendo elaborado por outros profissionais dos institutos. Embora a participação da comunidade escolar seja importante na escolha das preparações que compõe o cardápio, (Carvalho, et al., 2008) ressalta-se que o seu planejamento é uma atividade inerente ao nutricionista (Brasil, 2013) e que de acordo com o Conselho Federal de Nutricionista (CFN), por meio da Resolução CFN nº 465 de 2010, a elaboração do cardápio do PNAE é de responsabilidade do nutricionista, o qual assume a responsabilidade técnica pelo Programa (Brasil, 2010). Portanto, este profissional deve elaborar o cardápio respeitando a Ciência da nutrição, hábitos alimentares da clientela, alimentos regionais e as necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para a preservação e o resgate da cultura alimentar brasileira (Chaves e col., 2009).

Observou que a disponibilidade do cardápio aos estudantes ocorreu na maioria dos *Campi* enquanto que o atendimento às necessidades nutricionais dos alunos aconteceu em menos da metade dos locais e que a existência do nutricionista não favoreceu o cumprimento dessas exigências. O acesso ao cardápio do PNAE e o fornecimento de alimentação diferenciada para alunos com necessidades nutricionais especiais é garantido por lei, uma vez que os cardápios devem ficar disponíveis aos alunos em locais visíveis nas escolas e devem atender as necessidades nutricionais específicas de cada estudante (Brasil, 2013). Cardoso e colaboradores (2010) afirmam a necessidade e a importância das Unidades de Alimentação e Nutrição (UAN) escolares atenderem às necessidades nutricionais dos alunos, oferecendo-lhes produtos adequados sob os aspectos sensorial e nutricional.

Mais da metade dos *Campi* realizavam o teste de aceitabilidade, com destaque para o método escala hedônica. Foram relatados outros métodos de avaliação como, caixas de sugestão, questionário, que não possuem amparo científico para esta finalidade, o que permite visualizar o desconhecimento dos entrevistados com relação aos métodos científicos estabelecidos pelas legislações do PNAE. Estas exigem a aplicação do teste de aceitabilidade aos discentes, na introdução de um alimento novo no cardápio ou na avaliação da aceitação dos cardápios, utilizando como metodologia Resto - Ingestão ou Escala Hedônica (Brasil, 2013), por serem testes afetivos de aceitação e preferência. A realização dos testes de aceitabilidade é fundamental para determinar a aceitação e /ou a preferência da alimentação escolar pelos estudantes (Cecane Unifesp, 2010).

Com relação ao vínculo empregatício do nutricionista nos IF observou-se que quase 100% eram concursados e que a grande parte trabalhava com o PNAE há menos de cinco anos. Embora esse tempo esteja em consonância com época da sanção da lei 11.947 de 2009,

que regulamenta o PNAE nas escolas federais, verificou-se que a implantação do PNAE nos Institutos é incipiente, apresentado fragilidades na gestão e execução. Os entrevistados que responderam trabalhar com o Programa há mais de cinco anos podem ter confundido esse período com o tempo de ingresso no instituto.

De acordo com a Coordenação Geral de Gestão de Pessoas do Ministério da Educação, o nutricionista concursado nas instituições federais de educação tem seu plano de carreira definido e amparado pelo Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação (PCCTAE) (MEC, 2005). Ao analisar e comparar as atribuições do nutricionista definidas no PCCTAE, na Resolução CFN nº 465 de 2010 e Resolução CD/FNDE nº26 de 2013, observa-se concordância entre os documentos. Entretanto, observou-se neste estudo que os nutricionistas dos IF que trabalham com PNAE realizam parcialmente as funções que lhes são atribuídas, ressaltando que nenhuma delas é realizada na totalidade.

O descumprimento PCCTAE e das legislações do CFN e PNAE pode comprometer a qualidade nutricional e microbiológica da alimentação escolar. Este fato pode estar associado ao desconhecimento de tais documentos, fragilidade na graduação em nutrição (Scarparo e col., 2013), e ao quantitativo insuficiente de nutricionista (Chaves e col., 2013) ocasionando sobrecarga de atividades.

A formação acadêmica em nutrição pode interferir diretamente na execução do PNAE visto que, o nutricionista deve estar apto a gerir e executar este Programa. Contudo pesquisas inferem que 79% dos nutricionistas consideram sua formação acadêmica insuficiente para atuação no PNAE (Scarparo e col., 2013), e 95% relatam necessitar de uma formação específica para atuar junto à alimentação escolar. Isto exige que as instituições de ensino abordem o PNAE de forma transversal com aulas teórico-práticas em que os acadêmicos de nutrição exercitem em ato a práxis e a dinamicidade do conhecimento (Voos, 2009).

O cumprimento das atribuições técnicas do nutricionista no PNAE está diretamente relacionado ao quantitativo de profissionais inseridos no Programa, ficando este, possivelmente sobrecarregado, quando não há o atendimento do parâmetro numérico mínimo estabelecido (Chaves e col., 2013). A sobrecarga de atividades burocráticas e administrativas faz como que os nutricionistas, mesmo cientes de suas atribuições, enfrentem barreiras em executá-las na sua totalidade (Mello e col., 2012). Nesta perspectiva as entidades de classe devem intensificar a orientação e fiscalização do exercício profissional do nutricionista, para que haja condições de trabalho adequadas para o cumprimento de suas atribuições previstas nas legislações do PNAE.

Dentre as atribuições designadas por lei ao nutricionista no âmbito do PNAE, o profissional do IF desenvolve principalmente atividades relacionadas à produção de alimentos, por terem como área de concentração as Unidades de Alimentação e Nutrição. Visando à proteção e a promoção da saúde dos escolares, os nutricionistas das Unidades de Alimentação e Nutrição, além de realizarem atividades de educação alimentar e nutricional, devem oferecer produtos seguros quanto à condição higiênico-sanitária (Cardoso e col. 2010) sendo necessária a elaboração do Manual de Boas Práticas de Fabricação (MBPF), observado em menos da metade dos *Campi*. A ausência do manual pode comprometer a qualidade higiênica sanitário dos alimentos e conseqüentemente a saúde do escolar (Brasil, 2004)

A realização de atividade de EAN, um dos focos do PNAE (Brasil, 2009; Brasil, 2103) foi realizada apenas pela metade dos *Campi*, o que pode comprometer a formação de hábitos alimentares saudáveis dos discentes e conseqüentemente estado de saúde, uma vez que a EAN agrega aspectos relacionados ao alimento e alimentação, como a produção, abastecimento, transformação e aspectos nutricionais dos alimentos, respeitando determinantes físicos, emocionais, culturais, sociais e biológicos da alimentação (Boog e col., 2009). Além desses fatores, a EAN deve estar inserida no projeto político pedagógico das escolas propiciando a integração dos temas Direito Humano à Alimentação Adequada e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), ao processo de ensino aprendizagem desenvolvido na escola (Brasil, 2009).

Para o desenvolvimento da pesquisa os principais fatores limitantes foram: dificuldade em estabelecer contato telefônico com os *Campi* devido à região que se localiza, ausência de telefones fixos nos *Campi*, sendo o celular a única forma de contato e grande quantidade de agendamentos, proveniente da pouca disponibilidade para responder o questionário e dúvidas sobre o recebimento do recurso do PNAE.

Conclui-se com o estudo que apenas 22% dos *Campi*, recebiam o recurso do PNAE e que a presença do nutricionista nos *Campi* não contribuiu para compra da agricultura familiar, existência de cardápio específico para o PNAE, disponibilidade do cardápio aos estudantes, fornecimento de alimentação diferenciada para os discentes com necessidades nutricionais especiais e para a realização do teste de aceitabilidade. Ainda assim, a presença do nutricionista favoreceu a realização das atividades de educação alimentar e nutricional, um dos eixos de atuação do Programa.

Diante da importância das escolas na construção de hábitos alimentares saudáveis dos estudantes, estas instituições além de fornecerem refeições aos alunos devem ensiná-los a se alimentar corretamente, de forma nutritiva e adequada, por meio de orientações de cunho

científico, devendo ser promissora na elaboração de estratégias que conduzam a hábitos alimentares saudáveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa Nacional de Alimentação Escolar pode ser considerado uma das políticas públicas de alimentação e nutrição mais relevantes na história recente do país, devido sua universalidade e por ser uma ferramenta de Segurança Alimentar e Nutricional, favorecendo aos estudantes da educação básica o direito a uma alimentação adequada durante o ano letivo. Além desses fatores, o PNAE estimula a produção agrícola local e a agricultura familiar de forma sustentável e promove a formação de hábitos alimentares saudáveis por meio da EAN.

Por fornecer ensino médio e educação de jovens e adultos, os Institutos Federais são contemplados pelo PNAE, que de forma interligada à Política Nacional de Assistência Estudantil, reforça o direito desses discentes a uma alimentação escolar gratuita, saudável e adequada. Mesmo sendo um direito garantido por lei, verificou-se neste estudo um reduzido número de IF que recebem o recurso do PNAE, além das fragilidades e limitações (de informação, estrutural e pessoal) encontradas na gestão e execução do Programa.

O nutricionista é essencial no cumprimento dos eixos de trabalho do PNAE que consiste na oferta de alimentação saudável e nutritiva e realização das ações de educação alimentar e nutricional. Observou nesta pesquisa que a presença deste profissional nos *Campi* favoreceu a realização de atividades de EAN e pouco contribuiu na oferta de uma alimentação que atendessem as exigências do PNAE.

Esta pesquisa realizou um diagnóstico da gestão e execução do PNAE nos IF proporcionando um panorama nacional da realidade do Programa nos institutos. Estes resultados podem contribuir para o aprimoramento de mecanismos de execução, monitoramento e avaliação do PNAE nessa esfera e conseqüentemente adequação das legislações às especificidades e particularidades dos institutos.

REFERÊNCIAS:

- BELIK,W. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. *Revista Saúde e Sociedade*, São Paulo, v.12, n.1, p.12-20, 2003.
- BELIK,W.; CHAIM,N.A.O programa nacional de alimentação escolar e a gestão municipal: eficiência administrativa, controle social e desenvolvimento local. *Revista de Nutrição*, Campinas, v.22, n.5, p.595-607, 2009.

- BINNS,C. Nutrição na Infância e Adolescência. In: Mann J, Truswell AE. *Nutrição Humana*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009, cap. 32, p.523-540.
- BOOG,M.C.F.; CARVALHO,M.C.; SILVA,M.V.; FONSECA,M.C.P.F.; et al. Avaliação do projeto “Criança Saudável – Educação Dez””: a visão de gestores e professores de escolas brasileiras de ensino fundamental. *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, v. 16, n. 2, p. 60 – 86, 2009.
- BRASIL. Decreto nº88.295, de 10 de Maio de 1983. Aprova o Estatuto da Fundação de Assistência ao Estudante e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. 1983 10 mai.
- BRASIL. Resolução RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004. Dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação. D.O.U. *Diário Oficial, Poder Executivo, 16 de setembro de 2004*.
- BRASIL. Lei nº11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. 2008. *Diário Oficial da União*. 2008 29 dez.
- BRASIL. Lei nº11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do programa dinheiro direto na escola aos alunos da educação básica. *Diário Oficial da União*. 2009 16 jun.
- BRASIL. Resolução CFN nº465 de 23 de agosto de 2010. Dispões sobre atribuições do nutricionista, estabelece parâmetros numéricos mínimos de refeições do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e dá outras providências. 2010.
- BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº466, de 12 de dezembro de 2012. *Diário Oficial da União 2013 a, 13 jun*.
- BRASIL. Resolução/CD/FNDE nº26, de 17 de junho de 2013. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. *Diário Oficial da União. 2013 17jun*.
- CANINÉ,E.S.; RIBEIRO,V.M.B. A prática do nutricionista em escolas municipais do Rio de Janeiro: um espaço-tempo educativo. *Revista Ciência e Educação*, Vargem Limpa, v.13, n. 1, p. 47-70, 2007.
- CANO, I. *Avaliação de programas sociais*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- CARDOSO,R.C.V.; ALMEIDA,R.C.C.; GUIMARÃES,A.G.; GÓES,J.A.W.; et al. A Avaliação da qualidade microbiológica de alimentos prontos para consumo servidos em escolas atendidas pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar. *Revista do Instituto Adolfo Lutz*, São Paulo, v.69, n.2, p. 208 -213, 2010.

- CARVALHO,A.T.; MUNIZ,V.M.; GOMES,J.F.; SAMICO,I. Programa de alimentação escolar no município de João Pessoa – PB, Brasil: as merendeiras em foco. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, Botucatu, v.12, n.27, p.823-834, 2008.
- CECANE – UNIFESP. Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar (CECANE – UNIFESP). *Manual para aplicação dos testes de aceitabilidade no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE*, 2010.
- CHAVES,L.G.; SANTANA,T.C.M.; GABRIEL,C.G.; VASCONCELOS,F.A.G. Reflexões sobre a atuação do nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar no Brasil. *Revista Ciência e Saúde Coletiva*, Manguinhos, v.1, n. 4, p. 917-926, 2013.
- CHAVES,L.G.; MENDES,P.N.R.; BRITO,R.R.; BOTELHO,R.B.A. O Programa Nacional de Alimentação Escolar como promotor de hábitos alimentares regionais. *Revista de Nutrição*, Campinas, v. 22, n. 6, p.857-66, 2009.
- CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento. *Agricultura Familiar*. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1125>. Acesso em: 20 de janeiro de 2014.
- COSTA,C.A.; BÓGUS,C.M. Significados e Apropriações da Noção de Segurança Alimentar e Nutricional pelo Segmento da Sociedade Civil do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. *Revista Saúde Sociedade*, São Paulo, v.21, n.1, p.103-114, 2012.
- FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação [Internet] *Programas/Alimentação Escolar*. Apresentação. Disponível em: <<<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar/apresentacao>>>. Acesso em 24 mai. 2013.
- FORD, D. Enfoques Conceptuales y Sistemas de Información sobre Seguridad Alimentaria. In: *Políticas de Seguridad Alimentaria y Nutrición em América Latina*. São Paulo: Editora Hucitec; 2004. p. 29-49
- HALLAL,P.C. Promoção da atividade física no Brasil: chegou a hora da escola. *Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde*. Florianópolis, v. 15, n. 2, p.76-77, 2010.
- KAKIMURA,A.; OLIVEIRA,A.; BURANI,G.F. *A agricultura familiar no Brasil: um retrato do desequilíbrio regional*. Interações. 2010; v.11, n. 2, p. 217-33.
- MEC - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA [Internet]. *Expansão da rede federal*. Disponível em: <<<http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>>> Acesso 15 de fevereiro de 2015.

MEC - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria Executiva. Subsecretaria de Assuntos Administrativos. Coordenação Geral de Gestão de Pessoas. *Ofício Circular nº 015/2005/CGGP/SAA/SE/MEC*. Brasília, 28 de novembro de 2005.

MELLO, A.L; VIDAL JÚNIOR, P.O; SAMPAIO, L; SANTOS, L.A.S; et al. Perfil do nutricionista do Programa Nacional de Alimentação Escolar na região Nordeste do Brasil. *Revista de Nutrição*, Campinas, v. 25, n.1, p.:119-132, 2012.

MONEGO,E.T.; ALEXANDRE,V.P.; SOUSA,L.M.; MARTINS,K.A.; et al. Produção e potencial agrícolas de alimentos destinados à Alimentação escolar em Goiás e no Distrito Federal, na Região Centro-Oeste do Brasil. *Revista de Nutrição*, Campinas, v.26, n.2, p.233-241, 2013

MORAIS,L.; BORGES,A. *Novos paradigmas de produção e consumo: experiências inovadoras*. São Paulo: Instituto Polis; 2010.

PEIXOTO,M.R.G; MONEGO,E.T; ALEXANDRE,V.P; SOUZA,R.G.M; MOURA,E.C. Monitoramento por entrevistas telefônicas de fatores de risco para doenças crônicas: experiência de Goiânia, Goiás, Brasil. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.24, n.6, p.1323-1333, 2008.

PEREIRA,M.G. Epidemiologia: Teoria e Prática. In:_____. *Seleção dos participantes para estudo*. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002. Cap. 16, 337-357.

REBRAE - Rede Brasileira de Alimentação e Nutrição do Escolar. Centros Colaboradores. [Internet]. 2012. Disponível em: http://www.rebrae.com.br/centros_colaboradores.html. Acesso em 13 set 2014.

SCARPARO,A.L.S; OLIVEIRA,V.R; BITTENCOURT,J.M.V; FRANCESCATO,E.N.R; et al. Formação para nutricionistas que atuam no Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma avaliação da efetividade. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, Manguinhos, v.18, n.4, p.1001-1008, 2013.

SOUZA,C. *Políticas Públicas: uma revisão da literatura*. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

TRICHES,R.M.; SCHNEIDER,S. Alimentação Escolar e Agricultura Familiar: reconectando o consumo à produção. *Revista Saúde e Sociedade*, São Paulo, v.19, n.4, p.933-945, 2010

VOOS,A.C. Atuação do nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar no estado do RS [monografia]. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul; 2009.

Tabela 1: Caracterização dos *Campi* dos Institutos Federais, referente ao recebimento do recurso do Programa Nacional de Alimentação Escolar por região brasileira, Brasil, 2014

| | BRASIL | NORTE | NORDESTE | CENTRO-OESTE | SUDESTE | SUL |
|--|---------------|--------------|-----------------|---------------------|----------------|--------------|
| | n (%) | n (%) | n (%) | n (%) | n (%) | n (%) |
| Fornecimento de alimentação (n=203) | | | | | | |
| Sim | 102 (50,2) | 9 (39,1) | 45 (67,2) | 7 (33,3) | 23 (46,9) | 18 (41,9) |
| Total | 203 (100) | 23 (100) | 67 (100) | 21 (100) | 49 (100) | 43 (100) |
| Recurso financeiro do PNAE (n=203) | | | | | | |
| Sim | 55(27,1) | 5(21,7) | 25 (37,3) | 5 (23,8) | 5 (10,20) | 15 (34,9) |
| Sim, mas devolve o recurso | 20 (9,9) | 4(17,4) | 3 (4,5) | 1 (4,8) | 10 (20,4) | 2 (4,7) |
| Não sabe | 21 (10,30) | 4 (17,4) | 14 (20,9) | 0 (0,0) | 2 (4,1) | 1 (2,3) |
| Total | 203 (100) | 23 (100) | 67 (100) | 21 (100) | 49 (100) | 43 (100) |
| Motivo de não receber recurso financeiro do PNAE (n=107) | | | | | | |
| Campus urbano | 1 (0,9) | 1 (10,0) | 0 (0,0) | 0(0,0) | 0 (0,0) | 0 (0,0) |
| Sem estrutura física e pessoal | 28 (26,2) | 0 (0,0) | 7 (28,0) | 2 (13,3) | 8 (25,0) | 11 (44,0) |
| Recurso insuficiente e ausência de estrutura física | 7 (6,5) | 0 (0,0) | 1 (4,0) | 3 (20,0) | 2 (6,3) | 1 (4,0) |
| O recurso do PNAE destinado ao ensino fundamental | 2 (1,9) | 0 (0,0) | 1 (4,0) | 0(0,0) | 0(0,0) | 1 (4,0) |
| Campus não possui educação básica | 8 (7,5) | 0 (0,0) | 0 (0,0) | 2 (13,3) | 3 (9,4) | 3 (12,0) |
| Campus em implantação | 2 (1,9) | 0 (0,0) | 1 (4,0) | 1 (6,7) | 0(0,0) | 0(0,0) |
| Alimentação proveniente de outra verba | 5 (4,7) | 0 (0,0) | 2 (8,0) | 1 (6,7) | 2 (6,3) | 0(0,0) |
| Campus não atende as legislações do PNAE | 2 (1,9) | 0 (0,0) | 1 (4,0) | 0 (0,0) | 1 (3,1) | 0(0,0) |
| Não conhecem o PNAE | 1 (0,9) | 0 (0,0) | 0 (0,0) | 0 (0,0) | 1 (3,1) | 0(0,0) |
| Alimentação responsabilidade do estado | 2 (1,9) | 0 (0,0) | 0 (0,0) | 0 (0,0) | 2 (6,3) | 0(0,0) |
| Recusa ao responder | 1 (0,9) | 0 (0,0) | 0 (0,0) | 0 (0,0) | 1 (3,1) | 0(0,0) |
| Não sabe | 48 (44,9) | 9 (90,0) | 12 (48,0) | 6 (40,0) | 12 (37,5) | 9 (36,0) |
| Total | 107 (100) | 10 (100) | 25 (100) | 15 (100) | 32 (100) | 25 (100) |
| <i>Campi</i> recebem orientação do FNDE (n=55) | | | | | | |
| Sim | 27 (49,1) | 3 (60,0) | 12 (48,0) | 0 (0,0) | 4 (80,0) | 8 (53,3) |
| Não sabe | 15 (27,3) | 1 (20,0) | 6 (24,0) | 3 (60,0) | 0 (0,0) | 5 (33,3) |
| Total | 55 (100) | 5 (100) | 25 (100) | 5 (100) | 5 (100) | 15 (100) |
| Orientações repassadas aos <i>Campi</i> pelo FNDE (n=27) | | | | | | |
| Orientações confusas sobre utilização e valor do recurso | 2 (7,4) | 2 (66,7) | 0 (0,0) | 0 (0,0) | 0 (0,0) | 0 (0,0) |
| Verba utilizada apenas para merenda escolar | 1 (3,7) | 0 (0,0) | 1 (8,3) | 0 (0,0) | 0 (0,0) | 0 (0,0) |
| Verba destinada à compra de gêneros alimentícios e da agricultura familiar | 7 (25,9) | 0 (0,0) | 3 (25,0) | 0 (0,0) | 0 (0,0) | 0 (0,0) |
| Compra da agricultura familiar e verba destinada à alunos do ensino médio e PROEJA | 2 (7,4) | 0 (0,0) | 2 (16,7) | 0 (0,0) | 0 (0,0) | 0 (0,0) |
| Não sabe | 15 (55,6) | 1 (33,3) | 6 (50,0) | 0 (0,0) | 4 (100,0) | 4 (50,0) |
| Total | 27 (100) | 3 (100) | 12 (100) | 0 | 4 (100) | 8 (100) |

Entrevistado: Responsável pela Assistência Estudantil ou Diretor de Ensino;
A categoria “não”, utilizada nos cálculos, foi suprimida da tabela.

Tabela 2: Comparação da gestão do Programa Nacional de Alimentação Escolar entre *Campi* dos Institutos Federais com e sem nutricionista, Brasil 2014.

| | <i>Campi com nutricionista</i> | <i>Campi sem nutricionista</i> | | p-valor (<0,05) |
|--|------------------------------------|------------------------------------|------------------|-------------------------------|
| | n (%) | n (%) | TOTAL (%) | |
| Alunos que recebem alimentação do PNAE (n=45) | | | | 1,00 ⁱⁱⁱ |
| Ensino médio | 19 (70,0) | 14(77,7) | 33 (73,3) | |
| Programa de Educação Jovens e Adultos | 4(14,81) | 4 (22,2) | 8 (17,8) | |
| Outros | 7 (25,92) | 6 (33,3) | 13 (28,9) | |
| Aquisição da agricultura familiar (n=45) | | | | 1,00 ⁱⁱ |
| Sim | 12 (44,4) | 9 (50,0) | 21 (46,7) | |
| Não sabe | 1(3,7) | 1 (5,6) | 2 (4,4) | |
| Total | 27 (100) | 18 (100) | 45 (100) | |
| Realização de atividades de educação alimentar e nutricional (n=45) | | | | 0.023 ⁱⁱⁱ |
| Sim | 21(77,8) | 6 (33,3) | 27 (60,0) | |
| Não sabe | 0 (0,0) | 2 (11,1) | 2 (4,4) | |
| Total | 27 (100) | 18 (100) | 45 (100) | |
| Profissional que realiza atividade de educação alimentar e nutricional (n=27) | | | | 0.078 ⁱⁱ |
| Nutricionista | 21(100,0) | 1 (16,6) | 22 (81,48) | |
| Professor | 3 (14,3) | 2 (33,3) | 5 (18,5) | |
| Outro | 5 (24) | 5 (83,3) | 10 (37,0) | |
| Total | 29 (100) | 8 (100) | 37(100) | |

ⁱⁱ Qui quadrado com correção de Yates; ⁱⁱⁱ Exato Fisher;

A categoria “não”, utilizada nos cálculos, foi suprimida da tabela.

Tabela 3: Comparação da execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar entre *Campi* dos Institutos Federais com e sem nutricionista, Brasil 2014

| | <i>Campi com nutricionista</i> | <i>Campi sem nutricionista</i> | TOTAL (%) | p-valor ($<0,05$) |
|--|------------------------------------|------------------------------------|-----------|------------------------|
| | n (%) | n (%) | | |
| Local que consomem alimentação do PNAE (n=45) | | | | 0.0002 ⁱⁱⁱ |
| Centro de vivência | 0 (0,0) | 6 (33,2) | 6 (13,2) | |
| Refeitório | 26 (96,3) | 9 (50,0) | 35 (78,0) | |
| Sala específica | 1 (3,7) | 1 (5,6) | 2 (4,4) | |
| Cantina | 0 (0,0) | 1 (5,6) | 1 (2,2) | |
| Não sabe | 0 (0,0) | 1 (5,6) | 1 (2,2) | |
| Total | 27 (100) | 18 (100) | 45 (100) | |
| Existência de cardápio específico para o PNAE (n=45) | | | | 0.015 ⁱⁱ |
| Sim | 7 (25,9) | 11 (61,1) | 18 (40) | |
| Não sabe | 0 (0,0) | 2 (11,1) | 2 (4,4) | |
| Total | 27 (100) | 18 (100) | 45 (100) | |
| Profissional que elabora o cardápio do PNAE (n=18) | | | | 0.019 ⁱⁱⁱ |
| Nutricionista | 7 (100,0) | 0 (0,0) | 7 (38,9) | |
| Outros | 0 (0,0) | 11 (100,0) | 11 (61,1) | |
| Total | 7 (100) | 11 (100) | 18 (100) | |
| Disponibilidade do cardápio do PNAE aos alunos (n=45) | | | | 0.131 ⁱⁱⁱ |
| Sim | 22 (81,5) | 10 (55,6) | 32 (71,1) | |
| As vezes | 1 (3,7) | 0 (0,0) | 1 (2,2) | |
| Não sabe | 0 (0,0) | 2 (11,1) | 2 (4,4) | |
| Total | 27 (100) | 18 (100) | 45 (100) | |
| Fornecimento de alimentação diferenciada para alunos com necessidades nutricionais especiais (n=45) | | | | 0.136 ⁱⁱ |
| Sim | 16 (59,3) | 5 (27,8) | 21 (46,7) | |
| Não sabe | 0 (0,0) | 3 (16,7) | 3 (6,6) | |
| Total | 27 (100) | 18 (100) | 45 (100) | |
| Realização de teste de aceitabilidade (n=45) | | | | 1,000 ⁱⁱ |
| Sim | 15 (55,6) | 8 (44,4) | 23 (51,1) | |
| Não sabe | 0 (0,0) | 4 (22,2) | 4 (8,9) | |
| Total | 27 (100) | 18 (100) | 45 (100) | |
| <i>Método resto-ingestão (n=23)</i> | | | | 0.628 ⁱⁱⁱ |
| Sim | 5 (33,3) | 1 (12,5) | 6 (40) | |
| <i>Método escala hedônica (n=23)</i> | | | | 1,000 ⁱⁱ |
| Sim | 14 (93,3) | 8 (100) | 22 (95,6) | |
| <i>Outros métodos de aceitabilidade (n=23)</i> | | | | 0.608 ⁱⁱⁱ |
| Total | 6 (40) | 7 (87,5) | 13 (56,5) | |

ⁱⁱ Qui quadrado com correção de Yates; ⁱⁱⁱ Exato Fisher;
A categoria “não”, utilizada nos cálculos, foi suprimida da tabela.

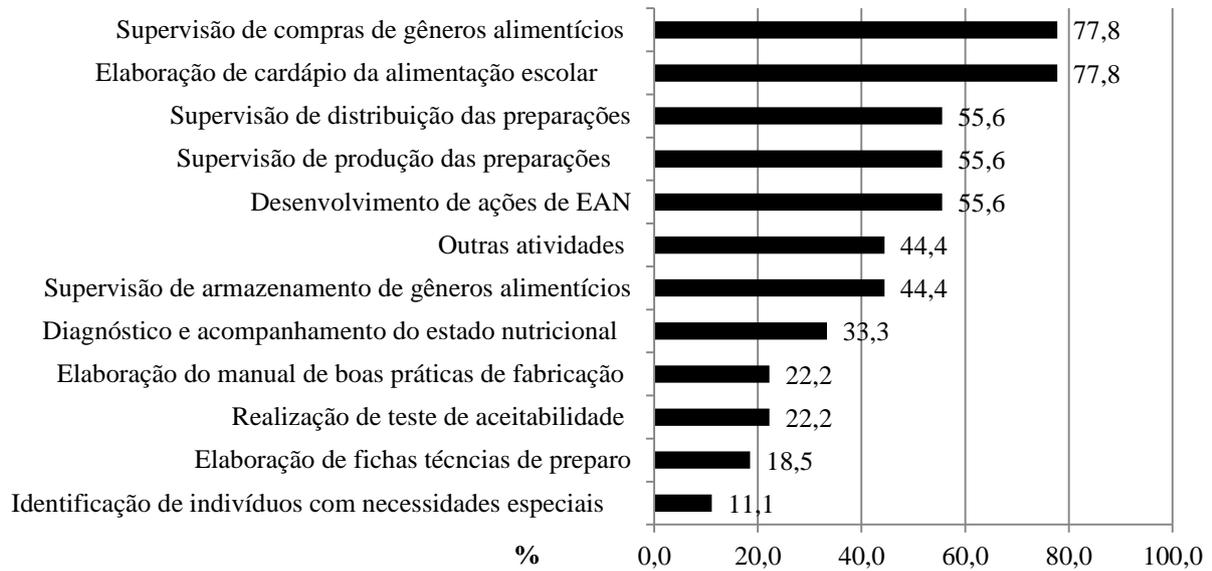


Figura 1: Atividades realizadas pelos nutricionista dos *Campi* dos Institutos Federais no Programa Nacional de Alimentação Escolar, Brasil, 2014

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa Nacional de Alimentação e Nutrição Escolar tem um relevante papel na história recente do país, por tratar-se da mais antiga e duradoura política social, e por meio de pesquisas e discussões tem obtido avanços importantes nas escolas municipais e estaduais.

Sua trajetória na esfera dos Institutos Federais iniciou-se no ano de 2009 com a sanção da Lei 11.947, razão pela qual era oportuno conhecer sua trajetória inicial. Adotaram-se requisitos científicos básicos com vistas a apresentar com fidedignidade a realidade dos *Campi*: o rigor científico, a formação dos entrevistadores, a realização de um estudo piloto, a padronização das entrevistas e o controle de qualidade das ligações realizadas.

Os resultados apontaram uma desarticulação entre os IF e a implantação do PNAE em todo o território nacional, além de permitir a construção de um perfil nacional do PNAE nestes institutos. Portanto, é possível supor que esse estudo possa ser utilizado como ferramenta para discussão da implantação ou do fortalecimento do PNAE nesses espaços educacionais.

Nesse contexto, e à luz dos resultados encontrados com esse estudo, parece oportuno questionar:

- Não sabendo a origem do recurso financeiro destinado à alimentação dos estudantes, será que a legislação que rege o PNAE tem sido cumprida na sua totalidade?
- A administração, ciente do recebimento do recurso financeiro destinado à alimentação do estudante não deveria comunicar ao departamento responsável sobre sua existência?
- Como o gestor, ciente do direito do seu alunado de receber essa alimentação, poderia providenciar estrutura e recursos para implantar o Programa?

O estudo despertou o interesse de alguns entrevistados conhecerem o PNAE, uma vez que faziam questionamentos acerca do funcionamento, alunos

beneficiados, recebimento de recurso financeiro e de contatos para obterem informações mais detalhadas sobre o Programa. Isso permite supor que esta pesquisa tenha propiciado uma discussão sobre o PNAE dentro dos IF entrevistados.

Por ser o responsável técnico pelo PNAE, acredita-se ser o nutricionista o profissional que tem a atribuição de implantar o Programa nos Institutos. Porém, suas falas relatam uma falta de comunicação com a gestão dos *Campi*, que muitas vezes não percebe a importância do Programa; além da presença de fatores limitantes na implantação do PNAE, podendo-se elencar: a falta de verba para adequação de estrutura física e pessoal, além das exigências quanto à aquisição da agricultura familiar, uma vez que a maioria dos *Campi* por serem provenientes de escolas agrotécnicas têm essa produção dentro das unidades de ensino.

O nutricionista do IF cumpre parcialmente, tanto o PCCTAE quanto a legislação do PNAE e do CRN. Esse fatores reforçam o resultado impactante encontrado, de que a presença desse profissional não favorece a implantação e implementação do PNAE nos institutos. Esses achados permitem as seguintes suposições:

- Tem havido uma formação acadêmica insuficiente sobre esse tema, em universidades que sabidamente não privilegiam os mercados de trabalho;
- Há um reduzido quantitativo de profissionais para uma série de ações referentes à alimentação escolar nesses institutos, acarretando sobrecarga de atividades e,
- É comum a falta de um planejamento anual de atividades, capaz de contemplar o conjunto de ações que estão sob sua responsabilidade, claramente definidas no PCCTAE e na legislação do PNAE.

Ter mantido contato com esses nutricionistas, possibilitará a proposição de um encontro técnico de nutricionistas dos IF com vistas a discutir suas atribuições estabelecidas no PCCTAE e no PNAE; o perfil de alimentação escolar ofertada nos IF em âmbito nacional. Os resultados desse estudo propõem adequações às legislações que regem o PNAE a fim de atender as especificidades dos Institutos.

Sugere-se investigar a temática PNAE nas escolas federais com foco na adequação da legislação do PNAE à realidade dos IF, possíveis mecanismos de monitoramento e avaliação do Programa nos Institutos e o perfil do nutricionista na rede federal de ensino.

Por fim, considera-se necessária a elaboração um manual técnico informativo contendo o passo a passo para a implantação do PNAE nos IF, bem como a realização de outros estudos focando este tema; a adequação do site do FNDE; a modificação da legislação para atender as especificidades dos IF, além de informar os reitores, diretores, nutricionistas e responsáveis pela assistência estudantil dos Campi sobre o funcionamento do PNAE.

APÊNDICES

APÊNDICE A. Distribuição dos Institutos Federais e amostra estimada por macrorregião brasileira. Goiânia, setembro de 2013.

| Região | Estado | IF Localização da Reitoria | Brasil | | Amostra | |
|--------------------|---------------------|--|------------|-----------|------------|-----------|
| | | | N | % | n | % |
| Norte | Acre | Rio Branco | 5 | 1,2 | 3 | 1,2 |
| | Amapá | Macapá | 2 | 0,5 | 1 | 0,5 |
| | Amazonas | Manaus | 10 | 2,4 | 5 | 2,4 |
| | Pará | Belém | 13 | 3,1 | 7 | 3,1 |
| | Rondônia | Porto Velho | 8 | 1,9 | 5 | 1,9 |
| | Roraima | Aparecida | 3 | 0,7 | 2 | 0,7 |
| | Tocantins | Palmas | 6 | 1,4 | 3 | 1,4 |
| | TOTAL1 | | | 47 | | 26 |
| Nordeste | Maranhão | São Luís | 26 | 6,3 | 11 | 6,3 |
| | Pernambuco | Recife | 9 | 2,2 | 5 | 2,2 |
| | | Sertão Pernambucano - Petrolina | 5 | 1,2 | 3 | 1,2 |
| | Piauí | Teresina | 11 | 2,7 | 7 | 2,7 |
| | Bahia | Baiano -Salvador | 10 | 2,4 | 6 | 2,4 |
| | | Bahia- Salvador | 15 | 3,6 | 9 | 3,6 |
| | Ceará | Fortaleza | 23 | 5,5 | 14 | 5,5 |
| | Paraíba | João Pessoa | 11 | 2,7 | 7 | 2,7 |
| | Rio Grande do Norte | Natal | 15 | 3,6 | 9 | 3,6 |
| | Alagoas | Maceió | 11 | 2,7 | 7 | 2,7 |
| Sergipe | Aracajú | 6 | 1,4 | 4 | 1,4 | |
| TOTAL2 | | | 142 | | 82 | |
| Centro-Oeste | Mato Grosso | Cuiabá | 14 | 3,4 | 8 | 3,4 |
| | Mato Grosso do Sul | Campo Grande | 7 | 1,7 | 4 | 1,7 |
| | Brasília | Brasília | 8 | 1,9 | 5 | 1,9 |
| | Goiás | Goiânia | 10 | 2,4 | 6 | 2,4 |
| | | Goiano - Goiânia | 5 | 1,2 | 3 | 1,2 |
| TOTAL3 | | | 44 | | 26 | |
| Sul | Rio Grande do Sul | Sul-riograndense - Pelotas | 13 | 3,1 | 8 | 3,1 |
| | | Farroupilha- Santa Maria | 8 | 1,9 | 5 | 1,9 |
| | | Rio Grande do sul – Bento Gonçalves | 12 | 2,9 | 7 | 2,9 |
| | Santa Catarina | Catarinense - Blumenau | 15 | 3,6 | 9 | 3,6 |
| | | Florianópolis | 18 | 4,3 | 10 | 4,3 |
| | Paraná | Curitiba | 15 | 3,6 | 9 | 3,6 |
| TOTAL4 | | | 81 | | 48 | |
| Sudeste | Espírito Santo | Vitória | 17 | 4,1 | 10 | 4,1 |
| | Minas Gerais | Norte de Minas Gerais – Montes Claros | 7 | 1,7 | 4 | 1,7 |
| | | Sudeste de Minas Gerais – Juiz de Fora | 6 | 1,4 | 3 | 1,4 |
| | | Belo Horizonte | 10 | 2,4 | 6 | 2,4 |
| | | Sul de Minas Gerais – Pouso Alegre | 6 | 1,4 | 3 | 1,4 |
| | | Triângulo Mineiro - Uberaba | 6 | 1,4 | 3 | 1,4 |
| | Rio de Janeiro | Rio de Janeiro – Nilópolis | 10 | 2,4 | 6 | 2,4 |
| | | Fluminense – Campos dos Goytacazes | 9 | 2,2 | 5 | 2,2 |
| | São Paulo | São Paulo | 30 | 7,2 | 17 | 7,2 |
| TOTAL5 | | | 101 | | 58 | |
| TOTAL GERAL | | | 415 | | 240 | |

APÊNDICE B: Parâmetros legais que regem o PNAE nos IF (elaborado pela autora, 2014)

| |
|--|
| Constituição Federal (BRASIL, 1988) |
| Art. 208: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde |
| Lei nº 8.069 : Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências (BRASIL, 1990) |
| Art. 4º “É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”; Art. 7º “A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência” |
| Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394) (BRASIL, 1996) |
| Art. 4º, inciso VIII: “O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: atendimento ao educando, no <u>ensino fundamental</u> público, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. |
| Resolução nº 32: Estabelece as normas para a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (BRASIL, 2006) |
| São princípios do PNAE: III – a equidade, que compreende o direito constitucional à alimentação escolar, com vistas a garantia do acesso ao alimento de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos que necessitem de atenção específica e aqueles que se encontram em situação de insegurança alimentar” |
| Portaria Interministerial nº 1010: Institui as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional (BRASIL, 2006a) |
| Art. 1º determina: “Instituir as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes pública e privada, em âmbito nacional, favorecendo o desenvolvimento de ações que promovam e garantam a adoção de práticas alimentares mais saudáveis no ambiente escolar” Art. 2º “Reconhecer que a alimentação saudável deve ser entendida como direito humano, compreendendo um padrão alimentar adequado às necessidades biológicas, sociais e culturais dos indivíduos, de acordo com as fases do curso da vida e com base em práticas alimentares que assumam os significados socioculturais dos alimentos” |
| Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), Lei 11.346 (BRASIL, 2006b) |
| Art. 2º “A alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população; Art. 7º “ A consecução do direito humano à alimentação adequada e da segurança alimentar e nutricional da população far-se-á por meio do SISAN, integrado por um conjunto de órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e pelas instituições privadas, com ou sem fins lucrativos, afetas à segurança alimentar e nutricional e que manifestem interesse em integrar o Sistema, respeitada a legislação aplicável |
| Lei nº 11.947: Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências (Brasil, 2009) |

Art. 2º “São diretrizes da alimentação escolar: VI - o direito à alimentação escolar, visando a garantir segurança alimentar e nutricional dos alunos, com acesso de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos que necessitem de atenção específica e aqueles que se encontram em vulnerabilidade social”;

Art. 3º “A alimentação escolar é direito dos alunos da educação básica pública e dever do Estado e será promovida e incentivada com vistas no atendimento das diretrizes estabelecidas nesta Lei”

Resolução Conselho Federal de Nutrição - CFN nº 465: Dispõe sobre as atribuições do Nutricionista, estabelece parâmetros numéricos mínimos de referência no âmbito do Programa de Alimentação Escolar (PAE) e dá outras providências (BRASIL, 2010)

Art. 3º Compete ao nutricionista, vinculado à Entidade Executora, no âmbito do Programa de Alimentação Escolar (PAE), exercer as seguintes atividades obrigatórias:

I - Realizar o diagnóstico e o acompanhamento do estado nutricional, calculando os parâmetros nutricionais para atendimento da clientela (educação básica: educação infantil - creche e pré-escola, - ensino fundamental, ensino médio, EJA - educação de jovens adultos);

II - Estimular a identificação de indivíduos com necessidades nutricionais específicas

III - Planejar, elaborar, acompanhar e avaliar o cardápio da alimentação escolar, com base no diagnóstico nutricional e nas referências nutricionais;

IV - Propor e realizar ações de educação alimentar e nutricional para a comunidade escolar,

V - Elaborar fichas técnicas das preparações que compõem o cardápio;

VI - Planejar, orientar e supervisionar as atividades de seleção, compra, armazenamento, produção e distribuição dos alimentos;

VII - Planejar, coordenar e supervisionar a aplicação de testes de aceitabilidade;

VIII - Interagir com os agricultores familiares e empreendedores familiares rurais e suas organizações, de forma a conhecer a produção local inserindo esses produtos na alimentação escolar;

IX - Participar do processo de licitação e da compra direta da agricultura familiar para aquisição de gêneros alimentícios;

X - Orientar e supervisionar as atividades de higienização de ambientes, armazenamento de alimentos, veículos de transporte de alimentos, equipamentos e utensílios da instituição;

XI - Elaborar e implantar o Manual de Boas Práticas para Serviços de Alimentação de Fabricação e Controle para UAN;

XII - Elaborar o Plano Anual de Trabalho do PAE, contemplando os procedimentos adotados para o desenvolvimento das atribuições;

XIII - Assessorar o CAE no que diz respeito à execução técnica do PAE

Resolução nº 26: Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do PNAE (BRASIL, 2013)

Art.1º A alimentação escolar é direito dos alunos da educação básica pública e dever do Estado, e será promovida e incentivada, com vista ao atendimento dos princípios e das diretrizes estabelecidas nesta Resolução;

Art. 4º Serão atendidos pelo PNAE os alunos matriculados na educação básica das redes públicas federal, estadual, distrital e municipal, em conformidade com o Censo Escolar do exercício anterior realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, no ano anterior ao do atendimento

APÊNDICE C: Instrumento de coleta de dados (questionário)



PROJETO: CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) NOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Entrevistador(a) inicial: _____

Questionário nº: ____

Nome do Instituto Federal (IF): _____

Estado: _____ Telefone do IF: _____

ENT1 |__|__|

QN:|__|__|

IF:|__|__|

EST:|__|__|

TERMO DE APRESENTAÇÃO DA PESQUISA

“Bom dia/Boa tarde! Esse telefone é do IF _____. **(Caso o telefone esteja errado pedir desculpas, agradecer e encerrar a ligação).** Meu nome é: _____. Sou da Universidade Federal de Goiás e gostaria de falar com o responsável pela Assistência Estudantil. Qual o nome do(a) responsável pela Assistência Estudantil? _____. Ele(a) se encontra? (Ir para **quadro 01- página 2**)

TENTATIVAS DE LIGAÇÃO:

| Telefone errado: () Novo telefone: |
|---|
| () Tentativa 1: () Não atende () Ligação não completa Data: __/__/__ Horário: _____ Telefone discado: _____ |
| () Tentativa 2: () Não atende () Ligação não completa Data: __/__/__ Horário: _____ Telefone discado: _____ |
| () Tentativa 3: () Não atende () Ligação não completa Data: __/__/__ Horário: _____ Telefone discado: _____ |
| () Tentativa 4: () Não atende () Ligação não completa Data: __/__/__ Horário: _____ Telefone discado: _____ |
| () Tentativa 5: () Não atende () Ligação não completa Data: __/__/__ Horário: _____ Telefone discado: _____ |

TENTLIG:|__|__|

QUADRO 01:

| RESPONSÁVEL PELA ASSISTENCIA ESTUDANTIL | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Não tem esse profissional - Pedir para falar com o Coordenador Geral de Ensino. Quadro 02 | |
| Tentativa 1: <input type="checkbox"/> Não se encontra <input type="checkbox"/> Não pode atender no momento Data: ___/___/___ Horário: _____ Telefone alternativo: _____ | Remarcar a entrevista: “Qual a melhor data e horário para falar com ele?” Agradecer: “Obrigada pela informação. Retornarei na data/horário/telefone indicado. Tenha um bom dia/boa tarde!” |
| Tentativa 2: <input type="checkbox"/> Não se encontra <input type="checkbox"/> Não pode atender no momento Data: ___/___/___ Horário: _____ Telefone alternativo: _____ | |
| Tentativa 3: <input type="checkbox"/> Não se encontra <input type="checkbox"/> Não pode atender no momento Data: ___/___/___ Horário: _____ Telefone alternativo: _____ | |
| Tentativa 4: <input type="checkbox"/> Não se encontra <input type="checkbox"/> Não pode atender no momento Data: ___/___/___ Horário: _____ Telefone alternativo: _____ | |
| Tentativa 5: <input type="checkbox"/> Não se encontra <input type="checkbox"/> Não pode atender no momento Data: ___/___/___ Horário: _____ Telefone alternativo: _____ | |
| <input type="checkbox"/> Sim, ele se encontra | Pedir para falar com ele (a): “Gostaria de falar com ele, por favor ?” Ir para o ÍTEM 1 (página 3) |

TENTAE

|_|_|

QUADRO 02: COORDENADOR GERAL DE ENSINO

| COORDENADOR GERAL DE ENSINO | |
|--|---|
| “Gostaria de falar com o Coordenador Geral de Ensino. Qual o nome dele, por favor?” _____ | |
| Tentativa 1: <input type="checkbox"/> Não se encontra <input type="checkbox"/> Não pode atender no momento Data: ___/___/___ Horário: _____ Telefone alternativo: _____ | Remarcar a entrevista: “Qual a melhor data e horário para falar com ele?” Agradecer: “Obrigada pela informação. Retornarei na data/horário/telefone indicado. Tenha um |
| Tentativa 2: <input type="checkbox"/> Não se encontra <input type="checkbox"/> Não pode atender no momento Data: ___/___/___ Horário: _____ Telefone alternativo: _____ | |

TENTCE

|_|_|

| | |
|--|---|
| Tentativa 3: () Não se encontra () Não pode atender no momento Data: ___/___/___ Horário: _____ Telefone alternativo: _____ | bom dia/boa tarde! |
| Tentativa 4: () Não se encontra () Não pode atender no momento Data: ___/___/___ Horário: _____ Telefone alternativo: _____ | |
| Tentativa 5: () Não se encontra () Não pode atender no momento Data: ___/___/___ Horário: _____ Telefone alternativo: _____ | |
| () Sim, ele se encontra | Pedir para falar com ele (a): "Gostaria de falar com ele, por favor?" Ir para o ÍTEM 1 (página 3) |

ÍTEM 1:

Marcar a alternativa que corresponde ao profissional que responderá as perguntas seguintes.

- () Responsável pela Assistência Estudantil
() Coordenador Geral de Ensino

RESPAE:

||_|

COEN:|_|_|_|

******* Confirmar se é o Responsável pela Assistência Estudantil ou o (a) Coordenador (a) Geral de Ensino e o nome da pessoa.**

BLOCO 1: ENTREVISTA 1

TERMO DE CONSENTIMENTO 1

Bom dia (Boa tarde), senhor(a) _____! Meu nome é: _____, sou pesquisadora da Universidade Federal de Goiás.

Convido o(a) senhor(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa *Caracterização do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia*. Trata-se de uma pesquisa em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e o Centro Colaborador de Alimentação e Nutrição Escolar da Universidade Federal de Goiás (CECANE UFG). O objetivo desta pesquisa é caracterizar o PNAE no âmbito dos Institutos Federais. O (a) senhor aceita participar desta pesquisa? () SIM () NÃO

() Sim **(Ler o TC)**

() Não. **(Agradecer e finalizar a entrevista)**

CASO A RESPOSTA SEJA NEGATIVA ENCERRAR A LIGAÇÃO E AGRADECER: O CECANE UFG agradece sua atenção. Tenha um bom dia/boa tarde

A entrevista deve durar de 10 a 15 minutos e o (a) senhor (a) poderá interrompê-la a qualquer momento. As respostas serão mantidas em sigilo e utilizadas apenas para esta pesquisa. A pesquisa não traz benefícios diretos ao (a) senhor (a), porém será de grande importância para conhecer a realidade e o funcionamento do PNAE nos IF, bem como promover a discussão deste Programa nas escolas federais. Os resultados serão encaminhados aos reitores dos Institutos e aos diretores dos *campi* antes de qualquer publicação. Posteriormente, serão compartilhados em publicações e eventos científicos. Seu nome será mantido em sigilo. O (a) senhor(a) tem alguma dúvida em relação à esta pesquisa?

() SIM (**Esclarecer as dúvidas**)

() NÃO

Podemos iniciar a entrevista agora?

() SIM (**Iniciar a entrevista**)

() NÃO - Qual o melhor horário para continuarmos essa entrevista?

Data: ___/___/___

Horário: ____:____

Obrigada pela atenção. Retornarei na data e horário indicados. Tenha um bom dia/boa tarde! (**Desligue, AGENDE e retorne a ligação na data e horário indicado pelo (a) entrevistado(a)**)

1) Senhor(a) este *campus* fornece ensino médio?

(01) SIM - Qual número de alunos? _____ (11) Não sabe

(02) NÃO

(88) NÃO SABE

EN: |__|_|
ENSMED:
|__|_|

2) Senhor (a) este *campus* fornece educação de jovens e adultos (EJA)?

(01)SIM Qual número de alunos? _____ (11) Não sabe

(02) NÃO

(88) NÃO SABE

EJA:|__|_|_|
ENSEJA:
|__|_|

3) Este *Campus* fornece/serve alimentação aos alunos?

(01)SIM

(02) NÃO

(88)NÃO SABE

ALIAL: |__|_|

4) Este *Campus* recebe recurso financeiro do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), “merenda escolar”?

PNAE: |_|_|
RAZÃO: |_|_|

(01) SIM **(Pular para pergunta 05)**

(02) NÃO. O(a) Sr(a) pode me informar porque razão o PNAE não está implantado neste Instituto? (01) SIM (02) NÃO (88) NÃO SABE

(03) SIM, MAS

NÃO ESTÁ IMPLANTADO

(88) NÃO SABE

**CASO A RESPOSTA SEJA “NÃO OU NÃO SABE” ir
para a pergunta 07**

5) Esse *Campus* recebe alguma orientação do Fundo Nacional de Desenvolvimento e Educação (FNDE) com relação à utilização do recurso financeiro do PNAE?

ORIFNDE:
|_|_|

(01) SIM - O senhor sabe relatar qual (s) orientação (s)? (01) SIM (02) NÃO
(88) NÃO SABE

(02) NÃO

(88) NÃO SABE

6) Com relação ao repasse do recurso financeiro do PNAE a este *Campus* existe algum documento (convênio ou contrato) assinado entre o *Campus* e o FNDE?

DOC: |_|_|

(01) SIM - Qual o endereço ou telefone para contato para solicitar uma cópia desse documento? _____

(02) NÃO

(88) NÃO SABE

7) Caso precise falar novamente com o (a) senhor (a) qual o melhor dia da semana e horário?

(01) Segunda Horário _____

(02) Terça Horário _____

(03) Quarta Horário _____

(04) Quinta Horário _____

(05) Sexta Horário _____

(06) Diariamente Horário _____

OBS: _____

8) O(a) senhor(a) pode me informar um e-mail para contato?

(01) Sim: _____

(02) Não

9) Este Campus possui nutricionista no seu quadro pessoal? (Pausa para resposta).

(01) SIM - Qual onome do(a) nutricionista? _____

Solicitar para falar com o (a) nutricionista "Gostaria de falar com ele (a) , por favor!"

Nutricionista ausente (Pular para opção A) OU

Nutricionista presente (Pular para opção B – **página 7**)

(02) NÃO. **O Campus não possui nutricionista**

Campus sem nutricionista e com PNAE: Continuar a entrevista com o (a) Responsável pela Assistência Estudantil ou Coordenador (a) de Ensino (Pular para QUESTÃO 11 página 9)

Campus sem nutricionista e sem PNAE: finalizar a entrevista ir para a página 14 "Finalização da entrevista"

(03)SIM , MAS ESTÁ AFASTADA

OPÇÃO A(NUTRICIONISTA AUSENTE):O(a) senhor(a) pode me informar qual o melhor horário para conversar com o(a) nutricionista do *Campus*? Existe outro número de telefone no qual eu consiga falar com ele(a)?

Tentativa 01:

Data: ___/___/___ Horário: ___:___ Telefone alternativo: _____

Tentativa 02:

Data: ___/___/___ Horário: ___:___ Telefone alternativo: _____

Tentativa 03:

Data: ___/___/___ Horário: ___:___ Telefone alternativo: _____

Obrigada pela informação. Retornarei na data/horário/telefone indicado. Tenha um bom dia/boa tarde!

(Desligue, agende e retorne a ligação no horário indicado pelo(a) entrevistado(a)).

OBS: Quando tiver êxito na ligação com o (a) nutricionista continuar a entrevista na OPÇÃO B (página 7)

NUTRI:|_|_|

TENTNUTRI:
|_|_|

OBS: Se na terceira tentativa não conseguir falar com o (a) nutricionista pedir para falar com o Responsável pela Assistência Estudantil ou Coordenador Geral de Ensino. Esse profissional deverá ser o mesmo que respondeu a parte inicial da entrevista. Nesse caso o entrevistador terá mais três tentativas para falar com esse profissional. Após três tentativas sem êxito o *Campus* será considerado perda da pesquisa

✓ **Após três tentativas sem êxito de falar com o nutricionista a entrevista deverá ser finalizada com o Responsável pela Assistência Estudantil ou Coordenador Geral de Ensino.**

Marcar a alternativa do profissional que responderá as questões da entrevista:

- (01) Nutricionista
 (02) Responsável pela Assistência Estudantil
 (03) Coordenador Geral de Ensino

| Responsável pela Assistência Estudantil | Coordenador Geral de Ensino |
|--|--|
| Tentativa 01: Data: ___/___/___ Horário: ___:___ Telefone alternativo: _____ | Tentativa 01: Data: ___/___/___ Horário: ___:___ Telefone alternativo: _____ |
| Tentativa 02: Data: ___/___/___ Horário: ___:___ Telefone alternativo: _____ | Tentativa 02: Data: ___/___/___ Horário: ___:___ Telefone alternativo: _____ |
| Tentativa 03: Data: ___/___/___ Horário: ___:___ Telefone alternativo: _____ | Tentativa 03: Data: ___/___/___ Horário: ___:___ Telefone alternativo: _____ |

ENTRE:|_|_|

TENT:|_|_|

OBS: Quando tiver êxito na ligação com o (a) Coordenador (a) da Assistência Estudantil ou Coordenador (a) Geral de Ensino iniciar a entrevista na **questão 11 (página 9)**.

BLOCO 2 : ENTREVISTA 2

TERMO DE CONSENTIMENTO 2

*******CONFIRMAR SE É O(A) NUTRICIONISTA E SEU NOME**

OPÇÃO B (ENTREVISTA): Bom dia (Boa tarde), senhor(a) _____! Meu nome é: _____, sou pesquisadora da Universidade Federal de Goiás e minha área de atuação é Segurança Alimentar e Nutricional. Convido o(a) senhor(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa *Caracterização do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia*. Trata-se de uma pesquisa em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e o Centro Colaborador de Alimentação e Nutrição Escolar da Universidade Federal de Goiás (CECANE UFG). O objetivo desta

pesquisa é caracterizar o PNAE no âmbito dos Institutos Federais. O (a) senhor aceita participar desta pesquisa?

- () SIM
() NÃO (**Agradecer e encerrar a ligação**)

CASO A RESPOSTA SEJA NEGATIVA ENCERRAR A LIGAÇÃO E AGRADECER: O CECANE UFG agradece sua atenção. Tenha um bom dia/boa tarde

Podemos iniciar a entrevista agora?

- () SIM (**Ler o TC**)
() NÃO - Qual o melhor horário para continuarmos essa entrevista?

Data: ___/___/___

Horário: ___:___

Obrigada pela atenção. Retornarei na data e horário indicado. Tenha um bom dia/boa tarde! (**Desligue e retorne a ligação na data e horário indicado pelo (a) entrevistado(a)**)

A entrevista deve durar de 10 a 15 minutos e o (a) senhor (a) poderá interrompê-la a qualquer momento. As respostas serão mantidas em sigilo e utilizadas apenas para esta pesquisa. A pesquisa não traz benefícios diretos ao (a) senhor (a), porém será de grande importância para conhecer a realidade e o funcionamento do PNAE nos IFs, bem como promover a discussão deste Programa nas escolas federais. Os resultados serão encaminhados aos reitores dos Institutos e aos diretores dos *campi* antes de qualquer publicação. Posteriormente, serão compartilhados por publicações e eventos científicos. Seu nome será mantido em sigilo. O (a) senhor(a) tem alguma dúvida em relação à esta pesquisa?

- () SIM (**Esclarecer as dúvidas**)
() NÃO

10) Este Campus recebe recurso financeiro do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), “merenda escolar”?

(01) SIM (**Pular para pergunta 11**)

(02) NÃO. O(a) Sr(a) pode me informar porque razão o PNAE não está implantado neste Instituto? (01) SIM (02) NÃO (88) NÃO SABE

- (03) SIM, MAS NÃO ESTÁ IMPLANTADO
(88) NÃO SABE

CASO A RESPOSTA SEJA NEGATIVA OU NÃO SABE ENCERRAR A LIGAÇÃO E AGRADECER: IR PARA PÁGINA 15 “FINALIZAÇÃO DA ENTREVISTA”

PNAE: |_|_|_|
RAZÃO: |_|_|_|

11) Quais alunos deste *Campus* recebem a alimentação proveniente do recurso do PNAE? *Não falar as opções. Marcar de acordo com a resposta espontânea do entrevistado. MAIS DE UMA ALTERNATIVA PODERÁ SER MARCADA.*

(01) Ensino Médio

(02) Educação de Jovens e Adultos (Proeja)

(03) Outro _____

(88) NÃO SABE

Anotar observações/informações relevantes referentes à pergunta 11:

12) O (a) senhor (a) conhece os requisitos que o *Campus* deve seguir para o uso do recurso financeiro do PNAE?

01) SIM Quais requisitos? (11) Realizar EAN (12) Comprar da agricultura familiar (13) Possuir nutricionista (14) Realizar diagnóstico e acompanhamento do estado nutricional dos estudantes (15) Outro _____

(02) NÃO

LER PARA O ENTREVISTADO:

Senhor (a) _____, as perguntas a seguir referem-se exclusivamente ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

13) Qual o cargo administrativo que ocupa neste *Campus*? *(Não falar as opções. Marcar de acordo com a resposta espontânea do entrevistado)*

(01) Assistente de aluno

(02) Assistente social

(03) Coordenador ou Gerente de Assistência Estudantil

(04) Nutricionista

(05) Outro: _____

14) O (a) Senhor(a) conhece alguma lei ou resolução que regulamenta o PNAE? *(Não falar as opções. Marcar de acordo com a resposta espontânea do entrevistado. Mais de uma alternativa pode ser marcada. O entrevistado poderá não saber o número da lei mas sim do que se trata)*

(01) Não

(02) Sim – Poderia me citar quais são?

(21) Lei 11. 947/2009 - Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do

ALIEM:|_|_|
ALIEJA:|_|_|
OUTRO:|_|_|
NÃOSABE:
|_|_|

REQUISITOS:
|_|_|
EAN:|_|_|
AF:|_|_|
NUTRI:|_|_|
NA:|_|_|

CARGOADM:
|_|_|

Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica

(22) Resolução CFN nº465/2010 – Dispõe sobre as atribuições do nutricionista no âmbito do PNAE

(23) Resolução / CD/ FNDE nº 26/2013 – Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do PNAE

(24) Outro: _____

15) A alimentação do PNAE é fornecida por quantos dias letivos? _____

(88) Não sabe

16) As preparações do PNAE são elaborados somente por funcionários do IF?

(01) SIM

(02) NÃO. Quem elabora?

(21) Funcionários externos ao IF

(22) Funcionário do IF juntamente com Funcionários externos ao IF

(88) Não sabe

(88) NÃO SABE

17) Em que local os alunos consomem a alimentação proveniente do PNAE?

(01) Sala de aula

(02) Centro de Vivência

(03) Refeitório

(04) Outro: _____

(88) Não sabe

18) O campus possui cardápio específico para as refeições do PNAE? *(Não falar as opções. Marcar de acordo com a resposta espontânea do entrevistado).*

(01) SIM (Continuar na pergunta 19)

(02) NÃO (Pular para pergunta 20)

(88) NÃO SABE (Pular para pergunta 20)

19) Qual profissional elabora o cardápio do PNAE? *(Não falar as opções. Marcar de acordo com a resposta espontânea do entrevistado).*

(01) Nutricionista

(02) Coordenador de assistência estudantil

(03) Cozinheiro (a)

(04) Outro: _____

(88) Não sabe

LEIPNAE:

|_|_|

LEI11947:

|_|_|

RES465:

|_|_|

RES26:

|_|_|

OUTRALEG:

|_|_|

PNAEDIALETIV

O: |_|_|

AEIF:

|_|_|

FUNCEX:

|_|_|

LOCALPNAE:

|_|_|

CARDAPNAE:

|_|_|

20)O cardápio do PNAE fica disponível aos alunos? *(Não falar as opções. Marcar de acordo com a resposta espontânea do entrevistado).*

- (01) Sim
 (02) Não
 (03) Às vezes
 (88) Não sabe

PROFCARDA:
 |_|_|

21) Os alunos beneficiados pelo PNAE com necessidades nutricionais especiais recebem alimentação diferenciada? *(Não falar as opções. Marcar de acordo com a resposta espontânea do entrevistado. Se necessário explicar necessidades nutricionais especiais – ver OBS ABAIXO)*

- (01) Sim
 (02) Não
 (88) Não sabe

DISPCARDA:
 |_|_|

OBS: Necessidades nutricionais especiais: doença celíaca, diabetes, hipertensão arterial, alergias e intolerância alimentares.

22)São realizados teste de aceitabilidade com os alunos quando novas preparações são inseridas no cardápio do PNAE? *(Não falar as opções. Marcar de acordo com a resposta espontânea do entrevistado).*

(01) Sim.

Por qual método? (11) Resto ingestão (12) Escala Hedônica (13) Outro _____
 (14) Não sabe

- (02) Não
 (88) Não sabe

CARDALUNO
 NECESSIDADE
 |_|_|

23) A lista de compra de gêneros alimentícios do PNAE é elaborada por qual profissional? *(Não falar as opções. Marcar de acordo com a resposta espontânea do entrevistado)*

- (01) Nutricionista
 (02) Coordenador de assistência estudantil
 (03) Funcionário do departamento de financeiro (compras)
 (04) Outro: _____
 (88) Não sabe

TESTEACEITA:
 |_|_|
 RI:|_|_|
 EH:|_|_|
 OUTRO:|_|_|
 NÃOSABE:
 |_|_|

24)O Campus compra alimentos provenientes da agricultura familiar?

- (01) Sim
 (02) Não
 (88) Não Sabe

LISTACOMPRA
 |_|_|

25) Neste *Campus* são realizadas atividades de educação alimentar e nutricional?

(01) Sim (Ir para questão 26)

(02) Não (Pular para questão 27 se a entrevista for com o (a) nutricionista)

ar para finalização da entrevista se for com o (a) responsável pela assistência estudantil ou coordenador (a) de ensino página 14)

(Pular para questão 27 se a entrevista for com o (a) nutricionista)

(Pular para finalização da entrevista se for com o (a) responsável pela assistência estudantil ou coordenador (a) de ensino página 14)

AF: |_|_|_|

26) Qual profissional realiza as ações de educação alimentar e nutricional neste *Campus*? (Não falar as opções. Marcar de acordo com a resposta espontânea do entrevistado)

(01) Nutricionista

(02) Professor - Anotar a área: _____

(03) Pedagogo

(04) Outro: _____

(88) Não sabe

EAN: |_|_|_|

**ATENÇÃO! SE O ENTREVISTADO FOR O (a) NUTRICIONISTA
CONTINUAR NA QUESTÃO 27**

**SE O ENTREVISTADO FOR O (A) RESPONSÁVEL PELA
ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL OU COORDENADOR GERAL DE
ENSINO PULAR PARA FINALIZAÇÃO DA ENTREVISTA (página 14)**

RESPEAN:

|_|_|

AREAPROF:

|_|_|

27) Há quanto tempo o(a) senhor(a) trabalha com o PNAE neste *Campus*?

_____anos e _____meses

(88) Não sabe

Anotar observações/informações relevantes referentes a pergunta 27:

28) Qual o seu tipo de vínculo empregatício como nutricionista deste *Campus*? (Não falar as opções. Marcar de acordo com a resposta espontânea do entrevistado)

(01) Concurso público/Efetivo (a)

(02) Cargo em comissão

(03) Outro: _____

TEMPAE:

|_|_|_|

29) Qual a carga horária semanal que o(a) senhor(a) disponibiliza para trabalhar com PNAE neste *Campus*?

_____ horas/semana

(88) Não sabe

Anotar observações/informações relevantes referentes à pergunta 29:

VINCULOEMP
REG:|_|_|

30) O(a) senhor(a) sabe informar quantos nutricionistas deste *Campus* compõem o Quadro Técnico do PNAE?

(01) Sim - Quantos? _____

(88) Não sabe

HORAAE:|_|_|

31) Quais atividades o(a) senhor(a) desenvolve no PNAE? (Não falar as opções.

Marcar de acordo com a resposta espontânea do entrevistado)

(01) Diagnóstico e acompanhamento do estado nutricional dos estudantes

(02) Elaboração do cardápio da alimentação escolar

(03) Desenvolvimento de ações de educação alimentar e nutricional

(04) Identificação de indivíduos com necessidades nutricionais específicas

(05) Elaboração de fichas técnicas de preparo

(06) Supervisão de compra de gêneros alimentícios

(07) Supervisão de armazenamento de gêneros alimentícios

(08) Supervisão de produção das preparações

(09) Supervisão da distribuição das preparações

(10) Realização do teste de aceitabilidade

(11) Elaboração e implantação do Manual de Boas Práticas de Fabricação

(12) Assessoria ao Conselho de Alimentação Escolar

(13) Outras: _____

NUTQT:|_|_|
QTDADENUT:
|_|_|

32) O *Campus* possui Manual de Boas Práticas para a cozinha escolar?

(01) Sim

(02) Não

(88) Não sabe

AVNUT:|_|_|
CARDA:|_|_|
EAN:|_|_|
NECNUTRESP
E:|_|_|
FICHTE:|_|_|
COMPAE:|_|_|
ARMAE:|_|_|
PROAE:|_|_|
DISTAE:|_|_|
TEACEI:|_|_|
MBPF:|_|_|
CAE:|_|_|
OUTRAATIVI:
|_|_|

FINALIZAÇÃO DA ENTREVISTA

Senhor(a) _____, nossa entrevista se encerra aqui. O CECANE UFG agradece a sua participação. Caso tenha alguma **dúvida sobre esta pesquisa** poderá esclarecê-la diretamente no CECANE UFG com as pesquisadoras Paula, Estelamaris e Marília. O(a) Senhor(a) gostaria de anotar o telefone? (*Pausa para resposta, e caso positivo, falar o número*): **(62) 3209-6270, ramal 209**. Em caso de dúvidas **sobre os seus direitos** como participante nesta pesquisa, o (a) senhor (a)

MBPF:|_|_|

poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFG, nos telefones: (62) 3521-1075 ou 3521-1076. Mais uma vez agradeço a atenção e eu _____ me coloco à disposição para esclarecer quaisquer dúvidas em relação à esta pesquisa. Tenha um(a) boa dia/boa tarde!

Data de encerramento: ___/___/___ Hora de encerramento:___:___

Entrevistador(a) final:_____

Código do entrevistador: _____

Situação da entrevista: (01) finalizada (02) pendente

OBS: _____

DATAEN:|_|_|
HORAEN:|_|_|
ENTFINAL:
|_|_|
SITENT:|_|_|

APÊNDICE D: Manual do entrevistador

FANUT
FACULDADE DE NUTRIÇÃO



CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) NOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

MANUAL DO ENTREVISTADOR²

Caro(a) Entrevistador(a)

Essa pesquisa integra um dos produtos do Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar da Universidade Federal de Goiás (CECANE UFG) e tem como objetivo caracterizar o Programa Nacional de Alimentação Escolar no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia mediante a Lei 11.947 de 2009 e a Resolução/CD/FNDE nº26 de 2013.

Os CECANEs têm como objetivo assessorar técnica, operacional e cientificamente as escolas municipais, estaduais, federais e distritais no cumprimento das Leis sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). As ações desenvolvidas pelo CECANE UFG são voltadas para os nutricionistas responsáveis técnicos (RT) do PNAE, agricultores familiares e empreendedores rurais familiares, gestores do PNAE, manipuladores de alimentos, conselheiros de alimentação escolar, professores, pais, alunos das escolas públicas federais, estaduais e municipais do estado de Goiás.

A caracterização do PNAE na rede de ensino federal, especificamente nos Institutos Federais (IFs) de Ciência, Educação e Tecnologia, é necessária uma vez que os resultados permitirão conhecer a realidade e o funcionamento do PNAE nos IFs, bem como promover a discussão deste Programa nas escolas federais. Os dados coletados poderão contribuir para o fortalecimento do PNAE nos IFs beneficiados pelo Programa bem como na sua implantação nas unidades que ainda não foram beneficiadas com o PNAE.

O trabalho do (a) entrevistador (a) é fundamental para que esta pesquisa seja realizada. Por isso, o presente manual contém informações básicas sobre a pesquisa, seus objetivos, bem como responsabilidades do (a) entrevistador (a) e instruções para aplicação e preenchimento do questionário.

Bom trabalho!

² Elaborado por Paula Medeiros Costa, com supervisão e correção de Estelamaris Monego e Marília Guimaraes, em julho de 2014

SUMÁRIO

| | | |
|----------|--|-----------|
| 1 | INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA E SEUS OBJETIVOS..... | 3 |
| 2 | MEMBROS DA EQUIPE..... | 5 |
| 3 | ATRIBUIÇÕES DO ENTREVISTADOR | 5 |
| 4 | ORIENTAÇÕES GERAIS PARA O PREENCHIMENTO DO FORMULÁRIO | 8 |
| 4.1 | IDENTIFICAÇÃO..... | 9 |
| 4.2 | TERMO DE APRESENTAÇÃO DA PESQUISA | 10 |
| 4.3 | DADOS DA PESQUISA | 12 |
| 4.5 | FINALIZAÇÃO DA ENTREVISTA | 22 |
| | ANOTAÇÕES | 24 |
| | REFERÊNCIAS | 24 |

1 INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA E SEUS OBJETIVOS

Trata-se de um estudo transversal descritivo que tem como população-alvo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF) existentes no Brasil até setembro de 2013. O objetivo deste estudo consiste em caracterizar o Programa Nacional de Alimentação Escolar no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Os objetivos específicos são:

- Conhecer a clientela atendida no âmbito da educação básica (ensino médio e educação de jovens e adultos);
- Identificar a existência do PNAE;
- Identificar as características de gestão do PNAE;
- Conhecer aspectos relacionados à execução do PNAE.

Os IFs são instituições de educação superior, básica e profissional, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino. Um de seus objetivos é fornecer educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos, promovendo a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior (BRASIL, 2008).

A unidade informante desta pesquisa será o (a) responsável pela Assistência Estudantil ou o (a) nutricionista, e na ausência de ambos servidores a unidade informante será o (a) Coordenador (a) Geral de Ensino. A coleta de dados será realizada por meio da aplicação de questionário por entrevista telefônica.

O questionário será composto por questões predominantemente fechadas, tendo como objetivo caracterizar o público-alvo beneficiado pelo PNAE bem como a gestão e execução do PNAE nos IFs. As perguntas de número 1 à 8 deverão ser respondidas pelo (a) responsável da Assistência Estudantil e na ausência deste pelo (a) Coordenador Geral de Ensino. Se o Campus possuir nutricionista o mesmo deverá responder as questões 9 à 31. Se o *campus* não possuir nutricionista as questões de número 10 à 25 deverão ser respondidas pelo (a) responsável da Assistência Estudantil e na ausência deste pelo (a) Coordenador Geral de Ensino. Portanto a questão número 10 e as questões de número 26 à 31 deverão ser respondidas exclusivamente pelo nutricionista.

A entrevista via telefone será realizada por meio de um formulário estruturado e será conduzida pelos pesquisadores envolvidos e previamente treinados para a função.

Três tipos de informações serão coletadas:

(1) Público-alvo beneficiado com o PNAE: modalidade de ensino ofertada pelo *Campus*; quantidade de alunos matriculados no ensino médio e educação de jovens e adultos; alunos beneficiados pelo PNAE.

(2) Gestão do PNAE: recebimento de recurso financeiro do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para execução do PNAE pelo *Campus*; orientação do FNDE sobre o PNAE ao *Campus*; existência de nutricionista; cargo administrativo do responsável pela Assistência Estudantil ou Coordenador Geral de Ensino; conhecimento sobre legislações que regulamentam o PNAE; periodicidade de fornecimento da alimentação do PNAE; elaboração da lista de gêneros alimentícios do

PNAE; aquisição de alimentos da agricultura familiar; realização de atividades de educação alimentar e nutricional; vínculo empregatício do nutricionista (forma de contratação no campus); carga horária disponibilizada à execução do PNAE (horas semanais que dedica ao PNAE); quantidade de nutricionista que atuam no PNAE; atribuição/atividades desenvolvidas no contexto do PNAE (realizar diagnóstico e acompanhamento do estado nutricional dos estudantes; planejar, elaborar e avaliar cardápio da alimentação escolar; coordenar e realizar com a direção ou coordenação pedagógica ações de educação alimentar e nutricional; identificar indivíduos com necessidades nutricionais específicas; elaborar fichas técnicas; planejar, orientar e supervisionar atividades de seleção compra armazenamento, produção e distribuição primando pelas boas práticas higiênico-sanitária; planejar, orientar e supervisionar as atividades a aplicação de testes de aceitabilidade; elaborar e implantar o Manual de Boas Práticas de Fabricação; assessorar o Conselho de Alimentação Escolar);

(3) Execução do PNAE: existência do nutricionista no *Campus*; responsável pela elaboração do cardápio e das preparações; local em que os alunos consomem a alimentação proveniente do PNAE; existência de cardápio específico do PNAE; disponibilidade dos cardápios aos alunos; adequações dos cardápios aos alunos com necessidades nutricionais especificam; realização do teste de aceitabilidade; existência do Manual de Boas Práticas de Fabricação (MBPF).

O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Goiás (UFG) sob o protocolo nº 497.270. Os dados obtidos serão utilizados apenas para fins desta pesquisa. Por tratar-se de entrevista telefônica, o consentimento livre e esclarecido será substituído pelo consentimento verbal obtido no contato telefônico com os (as) entrevistados (as), que será gravado em meio digital.

2 MEMBROS DA EQUIPE

A equipe envolvida na execução do projeto contempla professores e nutricionistas que compõe a equipe do CECANE UFG, estudantes do curso de Pós Graduação em Nutrição e Saúde – Nível Mestrado da UFG, e estudantes de nutrição vinculados ao Programa Jovens Talentos e CECANE UFG. Os nomes dos membros envolvidos, assim como suas respectivas funções e contatos encontram-se no Quadro 1.

Quadro 1. Relação de membros da equipe com seus respectivos contatos. Goiânia, 2014.

| NOME | FUNÇÃO | E-MAIL | TELEFONE |
|-----------------------|--|----------------------------------|--|
| Estelamaris T. Monego | Professora UFG Coordenadora da pesquisa | estelamaris@ufg.br | (62)32096270 RAMAL 209 |
| Marília M. Guimarães | Professora UFG | marilianutri@gmail.com | (62) 9621-0828 (62) 3209-6270 ramal 208 |
| Paula Medeiros Costa | Pesquisadora envolvida | paula.costa@ifgoiano.edu.br | (62) 32414917 (64) 34131256 (64)81318365 |
| Talita Cruz | Entrevistadora | talit@outlook.com | (62)91388324 |
| Thais Cristina Borges | Entrevistadora | thais.cristinaborges@hotmail.com | (62)32920096 85411698 |

3 ATRIBUIÇÕES DO ENTREVISTADOR:

1. Conhecer com detalhes o projeto de pesquisa: objetivos, metodologia e instrumento, para informar bem e com segurança os entrevistados, sempre que necessário;
2. Participar das reuniões e treinamentos sempre que solicitado;
3. Seguir com responsabilidade os horários de sua escala. **Ficar atento aos horários agendados na planilha de controle de ligações;**
4. Assegurar-se que os equipamentos de interlocução e gravação estão em pleno funcionamento;
5. **Assegurar-se de que está de posse de todo o material necessário para a entrevista:** questionário, manual do entrevistador, caneta, lápis (ou lapiseira), apontador, borracha, planilha de controle, planilha de dados dos Institutos, pasta de questionários em branco, pasta de questionários pendentes e pasta de questionários finalizados;
6. Aplicar o questionário de acordo com as instruções e disposições comunicadas no treinamento, assim como as recomendações contidas neste manual;
7. Mostrar clareza e segurança, e solicitar a informação à pessoa entrevistada de forma cortês;
8. Ficar calmo durante a ligação, garantindo a correta verbalização e compreensão das questões. Manter o tom de voz em volume constante e agradável, evitando gaguejar, para evitar prejuízos na aceitação da pesquisa;
9. Realizar a entrevista unicamente com aqueles sujeitos que consentirem verbalmente, e deixar claro o caráter confidencial da pesquisa;
10. **Seguir o roteiro de apresentação padronizado pelo projeto. Com o decorrer do tempo alguns entrevistadores tendem a agregar algumas palavras e adaptar a forma de apresentar-se, porém deve-se ter cuidado para não modificar o sentido. Evite que a entrevista fique informal, interferindo na credibilidade do projeto;**
11. Manter o mesmo tom de voz para as diferentes questões e evitar manifestações de opiniões próprias por meio de risos e comentários de censura;
12. Não influenciar a resposta do (a) entrevistado (a). Se necessário, esclarecer algum termo que o (a) entrevistado (a) não conheça, recorrendo à definição contida a cada questão neste Manual.
13. Caso o (a) entrevistado (a) se recuse a responder alguma pergunta, tentar incentivá-lo (a), esclarecendo a importância de suas respostas completas para a pesquisa;
14. **Caso necessário**, explicar ao entrevistado (a) que o CECANE UFG, **não** tem caráter de fiscalização, mas sim de orientação.
15. Preencher todo o questionário durante a realização da entrevista. Não alterar ou omitir questões. Quando o (a) entrevistado (a) por qualquer razão solicitar a interrupção da entrevista estimulá-lo (a) a finalizar ou se necessário agendar uma data para a sua finalização;
16. Esclarecer as dúvidas na hora em que as mesmas surgem, consultando o Manual do Entrevistador, o que permitirá mais segurança para continuar o trabalho. Caso o Manual não tenha esclarecido a dúvida, comunicar-se com os coordenadores da pesquisa;
17. **Se necessário checar alguma informação, retornar a resposta ao entrevistado (a);**

18. Nas questões abertas como “nome do entrevistado”, “razão de não implantação do PNAE” e “cargo”, não abreviar as informações;
19. Ficar atento às questões, uma vez que em algumas alternativas as respostas não devem ser lidas;
20. Revisar cada questionário para certificar-se que todas as perguntas foram realizadas e que todos os dados solicitados foram preenchidos. Verificar também se os comentários pertinentes foram devidamente registrados;
21. Anotar as respostas de todas as perguntas no campo de codificação, localizado no lado direito do instrumento;
22. Após a conferência do questionário, agradecer ao entrevistado (a) pela sua participação e colocar-se à disposição para esclarecer qualquer dúvida;
- 23. Colocar os questionários na pasta destinada a estes ao término do período de entrevistas. Não levar os questionários para locais onde NÃO serão realizadas as ligações (casa, restaurantes, etc.);**
24. Direcionar o (a) entrevistado (a) a um dos consultores do CECANE UFG caso perguntas não pertinentes ao nosso estudo seja realizada. O (a) entrevistador (a) deverá utilizar o seguinte texto:

Senhor (a), eu não posso lhe dar esta informação, pois não está previsto na realização deste estudo. Sugiro que entre em contato com a equipe do CECANE UFG pelo telefone (62) 3209-6270 ramal 209. Nossos consultores estarão à disposição para esclarecer eventuais dúvidas!

25. Esclarecer o que é o CECANE UFG, caso seja solicitado pelo (a) entrevistado (a). O (a) entrevistador (a) deverá utilizar o seguinte texto:

O CECANE UFG é um projeto criado a partir de uma parceria entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e a Universidade Federal de Goiás. Nossa equipe presta assessoria técnica, científica e operacional às escolas municipais, estaduais, federais e distritais para a correta execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

26. Interromper, com delicadeza, quando o (a) entrevistado (a) desviar do assunto da pesquisa durante tempo prolongado. Para isso, o (a) entrevistado (a) deverá utilizar o seguinte texto:

Senhor (a) _____, este assunto é pertinente, mas precisamos retornar nossa entrevista. Caso sinta necessidade, sugiro que entre em contato com a equipe do CECANE UFG pelo telefone (62) 3209-6270 ramal 209. Nossos consultores estarão à disposição para esclarecer eventuais dúvidas!

27. A pesquisa tem que ser uma ação agradável, para tanto:

- Procure acomodar-se em cadeira confortável, com as costas encostadas na cadeira e pernas em paralelo (evite cruzá-las). Mantenha o braço utilizado para escrever apoiado na mesa;

- A cada hora procure levantar e fazer alguns exercícios com as pernas e braços (exercícios laborais), melhorando assim a circulação sanguínea. Aproveite os momentos para ir ao banheiro, ingerir água, alimentar-se;
- Estabeleça horários para o lanche (duração da pausa).

4 ORIENTAÇÕES GERAIS PARA O PREENCHIMENTO DO FORMULÁRIO

- ✓ **Passo 1:** Reúna os materiais descritos anteriormente;
- ✓ **Passo 2:** Organize a mesa, desligue o seu celular, ou coloque no silencioso. Certifique-se de que, mesmo no modo silencioso, seu telefone celular não faz barulho devido ao vibra *call*;
- ✓ **Passo 3:** Ligue o computador, espere carregar;
- ✓ **Passo 4:** Preencha o campo de **IDENTIFICAÇÃO DO INSTITUTO** com os dados dos IF, existentes na planilha A – Contatos dos IF, e dados do entrevistador, existente na planilha C;
- ✓ **Passo 5:** Certifique-se o computador carregou. Conecte o fone de ouvido, abra o programa de gravação **MP3 Skype recorder** e acesse programa **Skype**. Certifique-se o áudio está funcionando (Ferramentas – Geral – Configurações de áudio, nesse ítem verificar se o fone selecionado é o LX 3000. - Clicar na seta verde e escutar – salvar e iniciar a ligação);
- ✓ **Passo 6:** Realize a ligação telefônica (**esta ligação será feita preferencialmente para um telefone fixo. A ligação será feita obrigatoriamente por meio do Skype. Quando esta forma de contato não garantir qualidade, consulte o supervisor**);
- ✓ **Passo 7:** Clicar no ícone fone e certifique-se que o país selecionado é “Brasil” e em seguida digite o número com o DD. Caso precise digitar ramal clicar no aplicativo com quadradinhos e digitar o ramal;

Todas as ligações / entrevistas serão automaticamente gravadas na pasta “Ligações” na área de trabalho.

- ✓ **Passo 8:** Realizar a entrevista seguindo a orientações deste manual.
- ✓ **Passo 9:** Ao finalizar o período de trabalho organizar as entrevistas realizadas por região e por estado conforme pastas criadas dentro da pasta “Ligações – área de trabalho” e pasta Projeto “IF”;
- ✓ **Passo 10:** Renomear as ligações: manter a data. Nome do IF.situação da entrevista.mp3
EX:2014.06.11.IFGOIANOCAMPUSMORRINHOS.FINALIZADA.mp3
- ✓ **Passo 11:** Em seguida salvar as pastas organizadas no:
 - Google drive: Abrir o gmail (**Login: projetoifbr; senha:cecane2014**), clicar em aplicativos e em seguida em drive. Carregar/ arrastar as pastas das ligações organizadas para dentro da pasta “Ligações” existentes no google drive.
 - Pen drive: Carregar/salvar as pastas das ligações organizadas. Sempre substituir a pasta antiga.

4.1 IDENTIFICAÇÃO

“Entrevistador(a) inicial”: Colocar o nome do entrevistador responsável por iniciar este contato. Anotar o código no campo destinado à codificação (ENT1) segundo os seguintes códigos:

| ENTREVISTADOR (A) | CÓDIGO |
|-----------------------|--------|
| Paula Medeiros Costa | 01 |
| Talita Cruz | 02 |
| Thais Cristina Borges | 03 |

“Questionário nº”: anotar o número do questionário. Esse número corresponde ao código do IF. Colocar na ordem que consta na planilha de Contatos dos IF (QN = IF).

Exemplo: IF/ código= IF do Acre Campus rio Branco/01 QN::01

“Nome do Instituto Federal”: anotar o nome do Instituto Federal analisado. Para a codificação (IF), utilizar a numeração que consta na Planilha de Contatos dos IF (a mesma de QN).

Exemplo: IF/ código= IF do Acre Campus rio Branco/01 IF:01

“Estado”: anotar o estado ao qual o IF analisado pertence, de acordo com a planilha D. Anotar o código no campo destinado à codificação (EST) segundo os seguintes códigos:

| ESTADO | CÓDIGO | ESTADO | CÓDIGO |
|--------------------|--------|---------------------|--------|
| Acre | 01 | Paraíba | 15 |
| Alagoas | 02 | Paraná | 16 |
| Amapá | 03 | Pernambuco | 17 |
| Amazonas | 04 | Piauí | 18 |
| Bahia | 05 | Rio de Janeiro | 19 |
| Ceará | 06 | Rio Grande do Norte | 20 |
| Distrito Federal | 07 | Rio Grande do Sul | 21 |
| Espírito Santo | 08 | Rondônia | 22 |
| Goiás | 09 | Roraima | 23 |
| Maranhão | 10 | Santa Catarina | 24 |
| Mato Grosso | 11 | São Paulo | 25 |
| Mato Grosso do Sul | 12 | Sergipe | 26 |
| Minas Gerais | 13 | Tocantins | 27 |
| Pará | 14 | | |

“Telefone do IF”: anotar o telefone do Instituto Federal que se encontra na planilha Controle de ligações. Este será o ponto de partida para o contato com o IF.

Caso o telefone estiver errado, ao encerrar seu turno o entrevistador deverá procurar no site do instituto (Planilha A: Contato dos IF) outra forma de contato e ligar novamente.

4.2 TERMO DE APRESENTAÇÃO DA PESQUISA

Ao iniciar o contato telefônico, cumprimente e apresente-se ao entrevistado(a) informando: nome, instituição responsável pela pesquisa, sua função no projeto (entrevistador(a), conforme o “Termo de apresentação da pesquisa” descrito à seguir:

“Bom dia (Boa tarde)! Esse telefone é do IF _____.(Caso o telefone esteja errado pedir desculpa, agradecer e encerrar a ligação). Meu nome é: _____ . Sou da Universidade Federal de Goiás e gostaria de falar com o responsável pela Assistência Estudantil. Qual o nome do responsável pela Assistência Estudantil?_____ Ele se encontra?

(Ir para quadro 01- página 2).

TENTATIVAS DE LIGAÇÃO:

Esse quadro refere-se às tentativas de ligação (5 tentativas) que o(a) entrevistador(a) tem para conseguir falar no *Campus* desejado, portanto nesse quadro, assinale a informação correspondente ou escreva o que foi informado.

QUADRO 01: RESPONSÁVEL PELA ASSISTENCIA ESTUDANTIL

Esse quadro refere-se às tentativas de ligação (5 tentativas) que o(a) entrevistador(a) tem para conseguir falar com o(a) responsável pela Assistência Estudantil. Se este profissional estiver presente no *Campus* solicitar para falar com ele e ir para ÍTEM 1 página 03. Caso o *Campus* não tenha este profissional solicitar para falar com o(a) Coordenador (a) Geral de Ensino e ir para o quadro 02, portanto nesse quadro, assinale a informação correspondente ou escreva o que foi informado.

LEMBRETE:

Se o *Campus* possuir o Responsável pela Assistência Estudantil você poderá fazer cinco tentativas para falar com esse profissional, somente quando o *Campus* não possuir este profissional ou após cinco tentativas sem êxito de falar com o responsável pela Assistência Estudantil que você poderá solicitar falar com o Coordenador Geral de Ensino.

QUADRO 02: COORDENADOR GERAL DE ENSINO

Esse quadro refere-se às tentativas de ligação (5 tentativas) que o(a) entrevistador(a) tem para conseguir falar com o(a) Coordenador (a) Geral de Ensino. Nesse quadro, assinale a informação correspondente ou escreva o que foi informado.

LEMBRETE:

Após cinco tentativas sem êxito de falar com Coordenador Geral de Ensino o *Campus* será considerado perda para a pesquisa.

ÍTEM 1:

Marcar a alternativa que corresponde ao profissional que responderá as perguntas seguintes.

Primeiramente o entrevistador irá confirmar se número discado corresponde ao telefone do IF que se deseja falar. Caso o telefone esteja errado pedir desculpa, agradecer e encerrar a ligação e se estiver correto identificar-se, solicitar (a) telefonista do *Campus* para falar com o (a) responsável pela assistência Estudantil, caso o IF não possua este profissional ou após cinco tentativas sem êxito de falar com o responsável pela Assistência Estudantil o entrevistador solicitará falar com o(a) Coordenador(a) Geral de Ensino. Em seguida marcar a alternativa que corresponde ao profissional que responderá as perguntas seguintes. Ao transferir a ligação o entrevistador deverá confirmar o nome da pessoa com quem está falando é se o mesmo é o responsável pela Assistência Estudantil ou o (a) Coordenador (a) Geral de Ensino. Após esta confirmação convidá-lo para participar da entrevista. Se o entrevistado aceitar participar da pesquisa ler o termo de consentimento e iniciar a entrevista e caso não aceite participar da pesquisa agradecer a atenção e encerrar a ligação

Após cinco tentativas sem êxito de falar com o Coordenador Geral de Ensino o *Campus* será considerado perda do estudo.ao convidar o entrevistado a participar da pesquisa.. Provavelmente a ligação será atendida pelo

4.3 DADOS DA PESQUISA:

As perguntas de número 1 a 8 deverão ser realizadas com o (a) responsável da Assistência Estudantil e na ausência deste pelo (a) Coordenador Geral de Ensino. Se o Campus possuir nutricionista o mesmo deverá responder as questões 9 à 31. Se o *campus* não possuir nutricionista as questões de número 10 à 25 deverão ser respondidas pelo (a) responsável da Assistência Estudantil e na ausência deste pelo (a) Coordenador Geral de Ensino. Portanto a questão número 10 e as questões de número 26 a 31 deverão ser respondidas exclusivamente pelo nutricionista. Registrar conforme as opções apresentadas e a resposta do entrevistado

1) Senhor(a) este *Campus* fornece Ensino Médio?

Perguntar ao (a) entrevistado (a) se o *Campus* fornece ensino médio. Se a resposta for sim perguntar o número de alunos. Caso o entrevistado não saiba responder o número de alunos marca a opção não sabe. Caso ele não saiba responder a perguntar marcar a opção não sabe

2) Senhor (a) este *campus* fornece educação de jovens e adultos (EJA)?

Perguntar ao (a) entrevistado (a) se o *Campus* fornece educação de jovens e adultos. Se a resposta for sim perguntar o número de alunos. Caso o entrevistado não saiba responder o número de alunos marca a opção não sabe. Caso ele não saiba responder a perguntar marcar a opção não sabe.

3) Este *Campus* fornece/serve alimentação aos alunos?

Perguntar se o *Campus* fornece alimentação aos alunos.. Não falar as opções. Marcar de acordo com a resposta espontânea do entrevistado. Caso ele não saiba responder a perguntar marcar a opção não sabe.

4) Este *Campus* recebe recurso financeiro do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), “merenda escolar”?

Perguntar se *Campus* recebe recurso financeiro do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), “merenda escolar”. Caso a resposta seja **sim** pular para a pergunta 05 e se a resposta for “**não**” o IF não recebe recurso do PNAE ou “sim, mas não está implantado”, perguntar ao (a) entrevistado (a) se ele (a) pode informar a razão do PNAE não estar implantado neste Instituto. Se o (a) entrevistado(a) aceitar responder as razões de não implantação do PNAE no *Campus* anotar as razões que justifiquem a não implantação do PNAE, sem abreviações ou siglas. Se a resposta for não ou “não sabe” pular para pergunta 07.

CASO A RESPOSTA SEJA “NÃO OU NÃO SABE” IR PARA PERGUNTA 07

5) O *Campus* recebe alguma orientação do Fundo Nacional de Desenvolvimento e Educação (FNDE) com relação á utilização do recurso financeiro do PNAE?

Perguntar ao entrevistado se o *Campus* recebe alguma orientação do Fundo Nacional de Desenvolvimento e Educação (FNDE) de como utilizar o recurso financeiro do PNAE. Se o entrevistado responder que o *Campus* recebe orientação do PNAE pedir para ele relatar quais são as orientações, caso não receba orientação marcar a opção não e se o entrevistado não sabe se o *Campus* recebe orientação marcar a opção não sabe.

6) Com relação ao repasse do recurso financeiro do PNAE a este *Campus* existe algum documento (convênio ou contrato) assinado entre o *Campus* e o FNDE?

Perguntar se com relação ao repasse do recurso financeiro do PNAE ao *Campus* existe algum documento (convênio ou contrato) assinado entre o *Campus* e o FNDE. Caso a resposta seja afirmativa perguntar o endereço ou telefone para solicitar o documento. Se a resposta for não existe documento marcar a opção não e se o entrevistado não souber da existência desse documento marcar a opção não sabe.

7) precise falar novamente com o (a) senhor (a) qual o melhor dia da semana e horário?

Perguntar ao entrevistado qual o melhor dia da semana e horário para falar com ele novamente, caso seja necessário.

8) O (a) senhor (a) pode me informar um e-mail para contato?

Solicitar um e-mail para contato. Caso seja necessário justificar dizendo que os resultados serão encaminhados também por e-mail.

9) Este *Campus* possui nutricionista no seu quadro pessoal?

Perguntar se o *Campus* possui nutricionista no seu quadro de pessoal. Se a resposta for sim perguntar o nome do (a) nutricionista. Nesse caso poderá ocorrer do nutricionista estar ausente e o (a) entrevistador (a) deverá ir para a opção A ou se o (a) nutricionista estiver presente o (a) entrevistador (a) deverá ir para a opção B, nessa situação o (a) nutricionista responderá as perguntas 10 à 32. No caso da resposta ser não, o *Campus* não possuir nutricionista e possui PNAE o entrevistador deverá continuar a entrevista (pergunta 11 à 26) com o (a) Coordenador (a) da Assistência Estudantil ou Coordenador (a) Geral de Ensino, caso o *Campus* não possuir nutricionista e não tiver PNAE o entrevistador deverá finalizar a entrevista indo para a página 14 “Finalização da entrevista”.

Quando tiver êxito na ligação com o (a) nutricionista continuar a entrevista na opção B (página 7). O (a) entrevistador deverá confirmar o nome da pessoa com quem está falando é se o mesmo é o (a) nutricionista. Após esta confirmação convidá-lo(a) para participar da entrevista. Se o(a) entrevistado aceitar participar da pesquisa ler o termo de consentimento e iniciar a entrevista e caso não aceite participar da pesquisa agradecer a atenção e encerrar a ligação

O entrevistador terá três tentativas para falar com o (a) nutricionista. Se na terceira tentativa não conseguir falar com o (a) nutricionista pedir para falar com o Responsável pela Assistência Estudantil ou Coordenador Geral de Ensino. Esse profissional deverá ser o mesmo que respondeu as perguntas 01 à 09. Nesse caso o entrevistador terá mais três tentativas para falar com esse profissional. Após três tentativas frustradas o *Campus* será considerado perda da pesquisa.

LEMBRE-SE:

✓ Após três tentativas frustradas de falar com o nutricionista a entrevista (questões de 11 à 26) deverá ser finalizada com o Responsável pela Assistência Estudantil ou Coordenador Geral de Ensino

Quando tiver êxito na ligação com o responsável pela Assistência Estudantil ou Coordenador (a) Geral de Ensino iniciar a entrevista na questão 11 página 09. Marcar a alternativa do profissional que responderá as questões da entrevista.

LEMBRE-SE:

✓ Após três tentativas frustradas de falar com o Responsável pela Assistência Estudantil ou Coordenador Geral de Ensino o *Campus* será considerado perda da pesquisa.

A preferência é que a entrevista seja finalizada no mesmo período em que foi iniciada. Portanto, se for necessário agendar a entrevista, ou reagendar uma entrevista interrompida pelo(a) entrevistado(a), tente agendar no período em que você esteja trabalhando ou em outro horário que esteja escalado

Ressalta-se que existe um limite de tentativas:

✓ O(a) entrevistador(a) deverá realizar as perguntas 01 à 09 com o (a) preferencialmente com o responsável pela Assistência Estudantil, somente após cinco tentativas frustradas de falar com este profissional o entrevistador deverá realizar a entrevista com o (a) Coordenador (a) Geral de Ensino;

✓ Após 05 tentativas frustradas de falar com o(a) Coordenador (a) Geral de Ensino o *Campus* será considerado perda estudo.

✓ O entrevistador terá 03 tentativas para falar com o nutricionista. Após três tentativas frustradas de falar com este profissional o entrevistador deverá continuar a entrevista, perguntas 11 à 26, com o (a) responsável pela Assistência Estudantil ou Coordenador Geral de Ensino. Lembre-se de falar com a pessoa que respondeu a parte inicial do questionário. Nesse caso o entrevistador terá três tentativas de falar como um desses profissionais, caso não consiga o *Campus* será perda do estudo.

✓ As perguntas número 27 à 32 deverão ser respondidas exclusivamente pelo (a) nutricionista.

10) Este *Campus* recebe recurso financeiro do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), “merenda escolar”?

Perguntar se *Campus* recebe recurso financeiro do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), “merenda escolar”. Caso a resposta seja **sim** pular para a pergunta 11 e se a resposta for “**não**”, o IF não recebe recurso do PNAE, oi “sim, mas não está implantado, perguntar ao (a) entrevistado (a) se ele (a) pode informar a razão do PNAE não estar implantado neste Instituto. Se o (a) entrevistado(a) aceitar responder as razões de não implantação do PNAE no *Campus* anotar as

razões que justifiquem a não implantação do PNAE, sem abreviações ou siglas. Se a resposta for não ou “não sabe” ir para página 14 “Finalização da entrevista”.

Caso a resposta seja negativa ou não sabe encerrar a ligação e agradecer: ir para página 14 “Finalização da entrevista”

11) Quais alunos deste Campus recebem alimentação proveniente do recurso do PNAE?

Perguntar quais alunos recebem alimentação do PNAE. Não falar as opções. Marcar de acordo com a resposta espontânea do entrevistado. Mais de uma alternativa pode ser marcada. Caso a resposta não esteja contemplada nas opções existentes, marcar a opção “**Outro**” e descrever a modalidade de ensino relatada pelo entrevistador (a). Caso o entrevistado responda que não sabe qual aluno recebe alimentação proveniente do PNAE marcar a opção não sabe. O campo abaixo da pergunta deverá ser utilizado para o entrevistado anotar observações/informações referentes à pergunta 11 que julgar importante para a compreensão da resposta bem como para melhor discussão do resultado.

12) O (a) senhor (a) conhece os requisitos que o *Campus* deve seguir para o uso do recurso financeiro do PNAE?

Perguntar ao entrevistado se ele conhece algum requisito que o *Campus* deve seguir para o uso do recurso financeiro do PNAE. Se a resposta for sim, ele conhece algum requisito, marca a opção sim e perguntar quais os requisitos que ele conhece, caso ele resposta seja não, ele não conhece nenhum requisito marca a opção não.

LER PARA O ENTREVISTADO

Senhor (a) _____, as perguntas a seguir referem-se exclusivamente ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

13) Qual o cargo administrativo que ocupa neste *Campus*?

Perguntar qual é o cargo que o entrevistado ocupa no campus. Marcar a opção indicada. Não falar as opções. Marcar de acordo com a resposta espontânea do entrevistado. Caso a resposta não esteja contemplada nas opções existentes, marcar a opção “**Outro**” e descrever o cargo administrativo.

14) O (a) Senhor(a) conhece alguma lei ou resolução que regulamentam o PNAE?

Perguntar ao entrevistado se ele conhece leis ou resoluções que regulamentam o PNAE. Não falar as opções. Marcar de acordo com a resposta espontânea do (a) entrevistado (a). Mais de uma

alternativa pode ser marcada. Se o (a) entrevistado (a) disser que conhece as leis pedir para ele (a) citá-las. O (a) entrevistado (a) poderá não saber o número da lei, mas sim do que se trata, por isso o (a) entrevistador (a) deverá ter conhecimento da Lei 11. 947/2009; Resolução CFN nº465/2010 e Resolução / CD/ FNDE nº 26/2013. Caso a resposta não esteja contemplada nas opções existentes, marcar a opção “**Outro**” e descrever a lei ou resolução relatada.

15) A alimentação do PNAE é fornecida por quantos dias letivos?

Perguntar por quantos dias letivos a alimentação do PNAE é fornecida aos alunos. Deixar o entrevistador falar, caso ele não saiba responder a pergunta marcar a opção não sabe.

16)As preparações do PNAE são elaborados somente por funcionários do IF?

Perguntar se todas as preparações do PNAE são elaboradas por funcionários do IF. Caso a resposta seja não, questionar ao (a) entrevistado (a) sobre quem elabora estas preparações, não falar as opções, caso ele não saiba responder a pergunta marcar a opção não sabe.

17)Em que local os alunos consomem a alimentação proveniente do PNAE?

Perguntar qual o local que os alunos consomem a alimentação proveniente do PNAE. Não falar as opções. Marcar de acordo com a resposta espontânea do (a) entrevistado (a). Caso a resposta não esteja contemplada nas opções existentes, marcar a opção “**Outro**” e descrever o local em que os alunos consomem a alimentação do PNAE.

18) O *Campus* possui cardápio específico para as refeições do PNAE?

Perguntar se o *Campus* possui cardápio específico para as preparações do PNAE. Se a resposta for sim continuar na pergunta 19 se a resposta for que o *Campus* não possui cardápio específico do PNAE ou o entrevistado não sabe responder pular pra pergunta 20.

19)Qual profissional elabora o cardápio do PNAE?

Perguntar qual o profissional elabora o cardápio do PNAE. Não falar as opções. Marcar de acordo com a resposta espontânea do (a) entrevistado (a). Caso a resposta não esteja contemplada nas opções existentes, marcar a opção “**Outro**” e descrever o profissional que elabora o cardápio.

20)O cardápio do PNAE fica disponível aos alunos?

Perguntar se o cardápio fica disponível aos alunos. Caso o (a) entrevistado (a) não saiba responder a questão marcar a opção não sabe.

21)Os alunos beneficiados pelo PNAE com necessidades nutricionais especiais recebem alimentação diferenciada?

Perguntar se os alunos beneficiados pelo PNAE com necessidades nutricionais especiais recebem alimentação diferenciada. Caso o (a) entrevistado (a) não saiba o significado de necessidades nutricionais especiais, citar exemplos como: doença celíaca, diabetes, hipertensão, alergias e intolerâncias alimentares. Caso o (a) entrevistado (a) não saiba responder a questão marcar a opção não sabe.

22) São realizados teste de aceitabilidade com os alunos quando novas preparações são inseridas no cardápio do PNAE?

Perguntar se os alunos avaliam o cardápio, se a resposta for sim, perguntar qual o método de avaliação é utilizado. Não falar os métodos de avaliação, deixa o (a) entrevistado (a) responder. Caso o entrevistado não saiba responder a questão marcar a opção não sabe.

O resto-ingesta é a relação entre o resto devolvido nas bandejas pelo comensal e a quantidade de alimentos e preparações alimentares oferecidas, expressa em percentual (CASTRO, 2003)

A Escala Hedônica é um método subjetivo que mede o quanto à população gosta do produto, avaliando a preferência e a aceitabilidade por determinado produto. A ficha de análise sensorial pode apresentar um questionário de data, gênero, a escala hedônica de 5, 09 pontos para os atributos cor, aroma, sabor, consistência e aparência global e preferência entre as amostras analisadas (SANTOS, BERNARDELLI, FONTOLAN, 2009)

23) A lista de compra de gêneros alimentícios do PNAE é elaborada por qual profissional?

Perguntar qual o profissional elabora a lista de compra os gêneros alimentícios. Não falar as opções. Marcar de acordo com a resposta espontânea do entrevistado. Caso o entrevistado não saiba responder a questão marcar a opção não sabe. Caso a resposta não esteja contemplada nas opções existentes, marcar a opção “**Outro**” e descrever qual o profissional elabora a lista de gêneros alimentícios.

24) O *Campus* compra alimentos provenientes da agricultura familiar?

Perguntar se o *campus* compra alimentos provenientes da agricultura familiar. Caso o entrevistado não saiba responder a questão marcar a opção não sabe.

Agricultura familiar é uma forma de organização produtiva que se baseia na exploração agrícola, ângulo da produção, rentabilidade econômica, critérios necessidades e objetivos da família. Nesse não existe separação entre gestão e trabalho, uma vez que estes fatores estão intimamente relacionados (CARMO, 1999).

25) Neste *Campus* são realizadas atividades de educação alimentar e nutricional?

Perguntar se no *Campus* são realizadas atividades de educação alimentar e nutricional. Caso(a) entrevistado(a) tenha dúvidas em relação ao conceito de EAN, esclarecer:

Educação alimentar e nutricional: conjunto de ações formativas, de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional, que objetiva estimular a adoção voluntária de práticas e escolhas alimentares saudáveis que colaborem para a aprendizagem, o estado de saúde do escolar e a qualidade de vida do indivíduo (BRASIL, 2013).

Caso a resposta seja sim ir para questão 26, se a resposta for não ou não sabe, pular para questão 27 se a entrevista for com o (a) nutricionista, se a entrevista for com o (a) responsável pela assistência estudantil ou coordenador (a) de ensino pular para finalização da entrevista pagina 15.

26) Qual profissional realiza as ações de educação alimentar e nutricional neste *Campus*?

Perguntar qual o profissional realiza ações de educação alimentar e nutricional. Não falar as opções. Marcar de acordo com a resposta espontânea do entrevistado. Mais de uma alternativa pode ser marcada. Se a opção for professor perguntar ao (a) entrevistado (a) qual a área de atuação desse professor no *campus*. Caso o (a) entrevistado (a) não saiba responder a questão marcar a opção não sabe. Caso a resposta não esteja contemplada nas opções existentes, marcar a opção “**Outro**” e descrever qual o profissional realiza EAN

**ATENÇÃO!SE O ENTREVISTADO FOR O (A) NUTRICIONISTA CONTINUAR NA QUESTÃO 27
SE O ENTREVISTADO FOR O (A) RESPONSÁVEL PELA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL OU COORDENADOR (A) DE ENSINO PULAR PARA finalização da entrevista – página 15**

27) Há quanto tempo o(a) senhor(a) trabalha com o PNAE neste *Campus*?

Perguntar há quanto ele (a) é nutricionista do PNAE neste *campus*. Anotar o tempo em anos e meses e em seguida reverter o tempo para meses de acordo com a fórmula abaixo. O campo abaixo da pergunta deverá ser utilizado para o entrevistado anotar observações/informações referentes à pergunta 27 que julgar importante para a compreensão da resposta bem como para melhor discussão do resultado.

Quando for transferir o dado para a codificação (TEMPAE), reverter o tempo de atuação para meses, por meio da seguinte fórmula: $TEMPAE = (X \text{ anos} \times 12) + Y \text{ meses} = Z \text{ meses}$. Ex: Se o(a) nutricionista relata que o município possui este profissional há 3 anos e 7 meses a conta será: $(3 \times 12) + 7 = 43 \text{ meses}$

28) Qual o seu tipo de vínculo empregatício como nutricionista deste *Campus*?

Perguntar qual o vínculo empregatício do (a) nutricionista no *Campus*. Não falar as opções. Marcar de acordo com a resposta espontânea do entrevistado. Caso a resposta não esteja contemplada nas opções existentes, marcar a opção “**Outro**” e descrever o tipo de vínculo empregatício.

Caso o(a) entrevistado(a) tenha dúvida, ler as formas de contratação que o(a) entrevistado(a) solicitar, conforme os conceitos abaixo em destaque:

✓ **Concurso Público:** procedimento administrativo, amplamente divulgado, que tem por fim aferir as aptidões pessoais e selecionar os melhores candidatos ao provimento de cargos e funções públicas (CARVALHO FILHO, 2001 apud AGLANTZAKIS, 2003);

✓ **Cargo em comissão:** cargo preenchido por servidores de carreira que destina-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento (BRASIL, 1988). Geralmente preenchido por indicação.

29) Qual a carga horária semanal que o(a) senhor(a) disponibiliza para trabalhar com PNAE neste *Campus*?

Perguntar por quantas horas semanais o(a) profissional é contratado(a) para atuar no PNAE neste *campus*. Anotar a resposta de acordo com a resposta espontânea do (a) entrevistado(a). O campo abaixo da pergunta deverá ser utilizado para o entrevistado anotar observações/informações referentes à pergunta 29 que julgar importante para a compreensão da resposta bem como para melhor discussão do resultado

30) O(a) senhor(a) sabe informar quantos nutricionistas deste *Campus* compõe o Quadro Técnico do PNAE?

Perguntar se o entrevistado sabe informar quantos nutricionistas deste *Campus* compõe o Quadro Técnico do PNAE. Se a resposta for sim, perguntar o número de nutricionista que trabalham com o PNAE.

O Quadro Técnico (QT) é constituído por nutricionistas habilitados, que desenvolverão as atividades definidas nas Resoluções e normas do FNDE e CFN relacionadas ao PNAE, fazendo-o sob a coordenação e supervisão do responsável técnico, assumindo com este a responsabilidade solidária (BRASIL, 2010).

31) Quais atividades o(a) senhor(a) desenvolve no PNAE?

Perguntar quais atividades o (a) nutricionista desenvolve no PNAE neste *campus*. Não falar as opções. Marcar de acordo com a resposta espontânea do entrevistado. Mais de uma alternativa pode ser marcada. Caso a resposta não esteja contemplada nas opções existentes, marcar a opção “**Outro**” e descrever as atividades relatadas pelo entrevistado.

32) O *Campus* possui Manual de Boas Práticas para a cozinha escolar?

Perguntar se o *Campus* possui Manual de Boas Práticas para a cozinha escolar. Caso o entrevistado não saiba responder a questão marcar a opção não sabe.

Manual de Boas Práticas: documento que descreve as operações realizadas pelo estabelecimento, incluindo, no mínimo, os requisitos higiênico-sanitários dos edifícios, a manutenção e higienização das instalações, dos equipamentos e dos utensílios, o controle da água de abastecimento, o controle integrado de vetores e pragas urbanas, a capacitação profissional, o controle da higiene e saúde dos manipuladores, o manejo de resíduos e o controle e garantia de qualidade do alimento preparado (BRASIL, 2004).

4.4 FINALIZAÇÃO DA ENTREVISTA

Ao término da entrevista, antes de desligar o telefone, confira se o questionário foi preenchido corretamente e agradeça ao entrevistado por ter participado da pesquisa.

Marque a data e hora do término da entrevista. Marque também o(a) entrevistador(a) que finalizou a entrevista, anotando o código do(a) mesmo(a) no campo destinado à codificação. As informações são importantes para o controle de qualidade das entrevistas.

Para finalizar o questionário marque qual a situação da entrevista. Se “**finalizado**”, colocar o questionário dentro da pasta **Formulários Finalizados**. Se o questionário tiver alguma informação que ainda precisa ser preenchida, ou seja, necessário retornar a ligação telefônica ao entrevistado (a) para finalizar a entrevista, marcar a opção “**pendente**”, e colocar os questionários dentro da pasta Formulários Pendentes.

ATENÇÃO: NO CAMPO “OBSERVAÇÕES” ANOTAR TODAS AS SITUAÇÕES INESPERADAS QUE, PORVENTURA, ACONTECEREM DURANTE A ENTREVISTA. ANOTAR TAMBÉM EVENTUAIS ACONTECIMENTOS E PERCEPÇÕES QUE POSSAM INTERFERIR NOS RESULTADOS DA PESQUISA (EXEMPLOS: 1. ENTREVISTADO QUE PARECE NÃO ENTENDER AS PERGUNTAS; 2. ENTREVISTA REALIZADA POR TELEFONE CELULAR; ETC.)

ATENÇÃO! Ao finalizar o preenchimento do questionário, o(a) entrevistador(a) deverá preencher o **campo destinado à codificação de todas as perguntas**, localizado no lado direito do instrumento. Anotar a numeração existente em cada campo de resposta. Tal procedimento facilitará a tabulação dos dados. **Nas questões abertas, colocar dois asteriscos (**) no campo destinado à codificação!**

E para a finalização do instrumento certifique-se de:

✓ **Passo 1:** Revisar se o questionário está totalmente preenchido

✓ **Passo 2:** Anotar a codificação no campo destinado a todas as perguntas no instrumento. **Atenção: nas questões abertas, colocar dois asteriscos (**) no campo destinado à codificação!**

- ✓ **Passo 3:** Preencher as planilhas de controle;
- ✓ **Passo 4:** Colocar o questionário na pasta adequada a sua situação
- ✓ **Passo 5:** Renomear o arquivo da gravação e colocar na devida pasta: Com Pendência ou Com Êxito.
- ✓ **Passo 6:** Fazer back-up diário as entrevistas telefônicas, sendo que devem ser armazenadas no Pen-drive (guardar na pasta de questionário em branco) e enviar para:

E-mail: projetoifbr

Senha: cecane2014

OBSERVAÇÕES:

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Brasília, DF: FNDE, 2013. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes/item/4620-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-26,-de-17-de-junho-de-2013>>. Acesso em: 10 de abril de 2014.

BRASIL. **Resolução RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004.** Dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação. Disponível: http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/aa0bc300474575dd83f2d73fbc4c6735/RDC_N_216_DE_15_DE_SETEMBRO_DE_2004.pdf?MOD=AJPERES. Disponível em: http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/aa0bc300474575dd83f2d73fbc4c6735/RDC_N_216_DE_15_DE_SETEMBRO_DE_2004.pdf?MOD=AJPERES. Acesso em: 10 de abril de 2014.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. 2008

BRASIL. **Resolução CFN nº 465, de 23 de agosto de 2010.** Dispõe sobre as distribuições do Nutricionista, estabelece parâmetros numéricos mínimos de referência no âmbito do Programa de Alimentação Escolar (PAE) e dá outras providências. Disponível: <http://www.cfn.org.br/novosite/arquivos/Resol-CFN-465-atribuicao-nutricionista-PAE.pdf>. Acesso em: 10 de abril de 2014.

CARMO, R.B.A. A Questão Agrária e o Perfil da Agricultura Brasileira 1999. Disponível em <http://www.cria.org.br/gip/gipaf/itens/pub/sober>. Acesso em 10 de abril 2014.

CASTRO, M.D.A.S, et al. Resto-Ingesta e aceitação de refeições em uma Unidade de Alimentação e Nutrição. **Revista Higiene Alimentar**. São Paulo, v.17 n.114/115, p.24 – 28, 2003.

SANTOS, D.F.; BERNARDELL, V.B.; FONTOLAN, V. Desenvolvimento e análise sensorial de iogurte Contendo prebióticos e probióticos. **12º Congresso de Iniciação Científica e 6ª Mostra Científica de Pós-Graduação**, da Universidade de Santo Amaro. 2009

APÊNCICE E: Documento sobre a pesquisa, encaminhado por e-mail ao entrevistado, quando solicitado



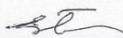
PESQUISA: Caracterização do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

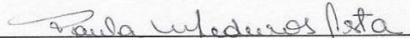
Vimos por meio desta, apresentar-lhe detalhes da pesquisa **Caracterização do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**, cujo objetivo é conhecer como tem-se desenvolvido o PNAE no âmbito dos Institutos Federais (IFs), bem como conhecer a clientela atendida e as características de gestão deste Programa.

Trata-se de uma pesquisa desenvolvida com o apoio do Centro Colaborador de Alimentação e Nutrição Escolar da Universidade Federal de Goiás (CECANE UFG), além de manter uma interface com o Programa de Pós-graduação em Nutrição e Saúde da UFG.

Para seu desenvolvimento foi definida uma amostragem a partir dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) existentes no Brasil até setembro de 2013. A unidade informante é o responsável pelo Departamento de Assistência Estudantil ou o(a) nutricionista, e na ausência de ambos a unidade informante é o (a) Coordenador (a) Geral de Ensino. A coleta de dados ocorre por meio de entrevista telefônica realizada no *Skype* e gravada em meio digital.

Por se tratar de entrevista telefônica o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi substituído pelo consentimento verbal obtido dos entrevistados, atendendo à Resolução CNS nº 466 de dezembro de 2012. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFG sob parecer 497.270.


 Profa Dra Estelamaris Tronco Monção
 Professora Associada N4 FANUT/UFG


 Paula Medeiros Costa
 Pesquisadora

ESTELAMARIS TRONCO MONÇÃO
 Professora Associada - FANUT/UFG

APÊNDICE F: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - verbal

Título do Projeto: Caracterização do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

Bom dia (Boa tarde), senhor(a) _____! Meu nome é: _____, sou pesquisadora da Universidade Federal de Goiás. Convido o(a) senhor(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa *Caracterização do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia*. Trata-se de uma pesquisa em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e o Centro Colaborador de Alimentação e Nutrição Escolar da Universidade Federal de Goiás (CECANE UFG). O objetivo desta pesquisa é caracterizar o PNAE no âmbito dos Institutos Federais. O (a) senhor aceita participar desta pesquisa? () SIM () NÃO

A entrevista deve durar de 10 a 15 minutos e o (a) senhor (a) poderá interrompê-la a qualquer momento. As respostas serão mantidas em sigilo e utilizadas apenas para esta pesquisa. A pesquisa não traz benefícios diretos ao (a) senhor (a), porém será de grande importância para conhecer a realidade e o funcionamento do PNAE nos IFs, bem como promover a discussão deste Programa nas escolas federais. Os resultados serão encaminhados aos reitores dos Institutos e aos diretores dos *campi* antes de qualquer publicação. Posteriormente, serão compartilhados em publicações e eventos científicos. Seu nome será mantido em sigilo. O (a) senhor(a) tem alguma dúvida em relação à esta pesquisa?

ANEXOS

Anexo1: Parecer consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Caracterização do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia **Pesquisador:** Paula Medeiros Costa

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 25245313.8.0000.5083

Instituição Proponente: Faculdade de Nutrição

Patrocinador Principal: FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 497.270 **Data da Relatoria:** 16/12/2013

Apresentação do Projeto:

O presente projeto tem como foco identificar a situação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF) do Brasil, em relação à sua participação no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Procura-se identificar a participação de cada IF no PNAE de acordo com as diretrizes do Programa de Alimentação mencionado. Caso o IF não participe do programa, pretende-se saber o motivo de tal ausência. Pretende também identificar a participação dos participantes da gestão do programa, bem como, as características do PNAE. A pesquisa será realizada por meio de inquérito telefônico, sendo usada como tecnologia o aplicativo skype.

Objetivo da Pesquisa:

OBJETIVO GERAL: Caracterizar o Programa Nacional de Alimentação Escolar no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. **OBJETIVOS ESPECÍFICOS:** - Conhecer a clientela atendida pelos IFs no âmbito da educação básica; - Identificar a existência do PNAE nos IFs; - Identificar as características de gestão do PNAE nos IFs; Conhecer aspectos relacionados a cardápio executados no PNAE nos IFs; - Identificar fatores limitantes para a inclusão do PNAE nos IFs.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
GOIÁS - UFG



Continuação do Parecer: 497.270

Os benefícios são considerados positivos e os riscos mínimos considerando o tipo de pesquisa realizada (inquérito telefônico). Os pesquisadores se comprometem a atender os pesquisados em caso de algum desconforto.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa apresenta uma proposta interessante e possibilita conhecer as condições de organização do PNAE nos institutos federais. O projeto tem um orçamento de R\$ 5416,00 e receberá um financiamento da PROPAPE da UFG no valor de R\$ 700,00. O restante será obtido por meio de Programas de Jovens Talentos para bolsas de pesquisa.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos obrigatórios foram apresentados de acordo com a resolução 466/12. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será obtido por meio de gravação eletrônica por meio da utilização do aplicativo skype recorder. Os dados serão arquivados por cinco anos e posteriormente reciclados, conforme prevê a resolução.

Recomendações:

O projeto atende as resoluções 466/12.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto está de acordo com a resolução 466/12 e os benefícios do mesmo justificam a sua realização.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

GOIANIA, 17 de Dezembro de 2013

**Assinador por:
João Batista de Souza
(Coordenador)**

Endereço: Prédio da Reitoria Térreo Cx. Postal 131
Bairro: Campus Samambaia **CEP:** 74.001-970
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3521-1215 **Fax:** (62)3521-1163 **E-mail:** cep.prppg.ufg@gmail.com

ANEXO 2- Normas de publicação da Revista Saúde e Sociedade

21/01/2015 Saude soc. - Instruções aos autores
(<http://www.scielo.br/revistas/sausoc/pinstruct.htm> 1/5)

ISSN 01041290 – *Versão impressa*
ISSN 19840470 - *Versão online*

INSTRUÇÕES AOS AUTORES

Escopo e política

Forma e preparação de manuscritos

Envio de manuscritos

Escopo e política

Política editorial: Veicular produção científica de caráter crítico e reflexivo em torno do campo da saúde pública/coletiva de modo a socializar novas formas de abordar o objeto. Igualmente, veicular produção de técnicos de diversos órgãos, tais como secretarias estaduais e municipais de saúde, que divulgam resultados de seus trabalhos, com contribuições importantes e que não devem ficar restritas a relatórios de circulação interna, contribuindo para o avanço do debate e da troca de ideias sobre temas desafiantes, cujas raízes encontram-se na própria natureza multidisciplinar da área. São particularmente valorizados artigos que façam interface da saúde com as ciências sociais e humanas.

Áreas de interesse: Desde sua criação, em 1992, Saúde e Sociedade tem publicado trabalhos de diferentes áreas do saber que se relacionam ou tenham como objeto de preocupação a saúde pública/coletiva. Nesse sentido, abarca a produção de diferentes ramos das ciências humanas e sociais e da ciência ambiental, incorporando a produção científica, teórica e aquela mais especificamente relacionada às propostas de intervenção e prática institucional.

Tipos de artigos: Publica matéria inédita de natureza reflexiva, de pesquisa e atualização do conhecimento, sob a forma de:

- a) artigos de pesquisas originais;
- b) análise de grandes temas de interesse da área;
- c) ensaios de natureza teórica, metodológica ou técnica, que estimulem a polêmica ou o tratamento de temas específicos sob diferentes enfoques;
- d) dossiês textos ensaísticos ou analíticos resultantes de estudos ou pesquisas originais sobre tema indicado pelos editores e a convite deles.
- e) relatos de experiências nas áreas de pesquisa, do ensino e da prestação de serviços de saúde;
- f) cartas à redação com comentários sobre ideias expressas em matéria já publicada pela revista, tendo em vista fomentar uma reflexão crítica acerca de temas da área;
- g) comentários curtos, notícias ou críticas de livros publicados e de interesse para a área, definidos pelo Conselho Editorial;
- h) entrevistas / depoimentos de personalidades ou especialistas da área visando, quer a reconstrução da história da saúde pública/coletiva, quer a atualização em temas de interesse definidos pelo Conselho Editorial; e
- i) anais dos congressos paulistas de saúde pública promovidos pela APSP, bem como de outros eventos científicos pertinentes à linha editorial da Revista.

A Revista veicula contribuições espontâneas que se enquadrem na política editorial da Revista bem como matéria encomendada a especialistas. São particularmente valorizados artigos que façam interface da saúde com a área de humanas.

Procedimentos de avaliação por pares: O Conselho Editorial (CE) conta com a colaboração de pareceristas que são os coparticipantes do processo de julgamento dos manuscritos submetidos. Os pareceristas são indicados adhoc, pelo CE, dentre os especialistas de confirmada competência técnica e científica, com a função de colaborar na apreciação dos manuscritos submetidos à publicação. Estes dispõem de autoridade para

decidir sobre a conveniência de sua aceitação, podendo apresentar sugestões de modificações aos autores. Cada trabalho é apreciado por no mínimo dois relatores, cujos nomes são mantidos em sigilo, omitindo-se, também, o(s) nome(s) dos autores perante os relatores.

Público: Profissionais do campo da saúde em geral, docentes, pesquisadores e especialistas de saúde pública/coletiva e de áreas afins.

Do ineditismo do material: O conteúdo dos artigos enviados para publicação não pode ter sido publicado anteriormente ou encaminhado simultaneamente a outro periódico. Os artigos publicados na *Saúde e Sociedade*, para serem publicados em outros locais, ainda que parcialmente, necessitam de aprovação por escrito por parte dos Editores.

Da autoria: As pessoas designadas como autores devem ter participado na elaboração dos artigos de modo que possam assumir publicamente a responsabilidade pelo seu conteúdo. A qualificação como autor deve pressupor: concepção e o delineamento ou a análise e interpretação dos dados; redação do artigo ou a sua revisão crítica; e aprovação da versão a ser publicada. No final do texto devem ser especificadas as contribuições individuais de cada autor na elaboração do artigo.

Da seleção de artigos e revisão por pareceristas: Na seleção de artigos para publicação, avalia-se o mérito científico do trabalho e sua adequação às normas editoriais adotadas pela revista. Nos trabalhos de investigação envolvendo seres humanos deve ser explicitada a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Instituição onde foi realizada a pesquisa.

Saúde e Sociedade submete todos os originais à apreciação da Comissão Editorial apoiada por consultores *ad hoc*, que recomendam sua aceitação ou rejeição, podendo apresentar aos autores sugestões de alterações. Cada trabalho será apreciado por, no mínimo, dois relatores, cujos nomes serão mantidos em sigilo, omitindo-se também o(s) nome(s) do(s) autor(es) perante os relatores.

Forma e preparação de manuscritos

Formato

Papel tamanho A4, margens de 2,5 cm, espaço 1,5, letra Times New Roman 12. Número máximo de páginas: 20 (incluindo ilustrações e referências bibliográficas).

Estrutura

Título: Conciso e informativo. Na língua original e em inglês. Incluir como nota de rodapé a fonte de financiamento da pesquisa.

Nome(s) do(s) autor(es): todos devem informar a afiliação institucional (em ordem decrescente, por exemplo: Universidade, Faculdade e Departamento) e email. O autor responsável pela correspondência também deve informar seu endereço completo (rua, cidade, CEP, estado, país).

Resumos: Devem refletir os aspectos fundamentais dos trabalhos, com no mínimo 150 palavras e no máximo 250, incluindo objetivos, procedimentos metodológicos e resultados. Devem preceder o texto e estar na língua do texto e em inglês (abstract).

Palavras chave: De 3 a 6, na língua do texto e em inglês, apresentados após o resumo.

Gráficos e tabelas: Os gráficos e tabelas devem ser apresentados em seus programas originais (por exemplo, em Excel: arquivo.xls), devidamente identificados, em escala de cinza.

Imagens: As imagens (figuras e fotografias) devem ser fornecidas em alta resolução (300 dpi), em JPG ou TIF, com no mínimo 8 cm de largura.

Citações no texto: Devem ser feitas pelo sobrenome do autor (letra minúscula), ano de publicação e número de página quando a citação for literal, correspondendo às respectivas referências bibliográficas. Quando houver mais de dois autores, deve ser citado o primeiro, seguido de e "col.". Exemplo: Martins e colaboradores (2014) ou (Martins e col., 2014).

Referências: Será aceito no máximo 40 referências por artigo com exceção dos artigos de revisão bibliográfica. Os autores são responsáveis pela exatidão das referências bibliográficas citadas no texto. As referências deverão seguir as normas da ABNT NBR 6023, serem apresentadas ao final do trabalho e ordenadas alfabeticamente pelo sobrenome do primeiro autor. A seguir alguns exemplos:

Livro:

FORTES, P. A. de C.; RIBEIRO, H. (Org.). *Saúde global*. São Paulo: Manole, 2014.

Capítulo de Livro:

GOTLIEB, S. L. D.; LAURENTI, R.; MELLO JORGE, M. H. P. Crianças, adolescentes e jovens do Brasil no fim do século XX. In: WESTPHAL, M. F. *Violência e criança*. São Paulo: EDUSP, 2002. p. 4572.

Artigo de Periódico:

BASTOS, W. et al. Epidemia de *fitness*. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 485496, 2013.

Tese

SANTOS, A. L. D. dos. *Histórias de jovens que vivenciaram a maternidade na adolescência menor: uma reflexão sobre as condições de vulnerabilidade*. 2006. Tese (Doutorado em Saúde MaternoInfantil) Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

Documento online

WHO GLOBAL MALARIA PROGRAMME. World malaria report: 2010. Geneva: WHO, 2010. Disponível em: <http://www.who.int/malaria/world_malaria_report_2010/worldmalariareport2010.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2011.

Legislação (Lei, Portaria etc.)

Versão impressa: BRASIL. Lei nº 9887, de 7 de dezembro de 1999. Altera a legislação tributária federal. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 8 dez. 1996. Seção 1, p. 13.

Versão eletrônica : BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Portaria nº 485, de 11 de novembro de 2005. Aprova a Norma Regulamentadora nº 32 (Segurança e Saúde no Trabalho em Estabelecimentos de Saúde). *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 16 nov. 2005. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/legislacao/portarias/2005/p_20051111_485.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2007.

Artigo ou matéria de jornal

CUPANI, G. População sedentária preocupa médicos reunidos em simpósio. Folha de S. Paulo, São Paulo, 15 out. 2010. Equilíbrio e Saúde, p. 14.

Trabalho apresentado em evento (congresso, simpósio, seminário etc.)

Versão impressa: COUTO, M. T.; SOTT, R. P. Ética, diversidade e saúde reprodutiva. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM SAÚDE, 2., 1999, São Paulo. *Livro de resumos...* São Paulo: Abrasco : Unifesp, 1999, p. 100.

Versão eletrônica: CARVALHO, C. A. Religião e aids: segredos e silêncios. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE PREVENÇÃO EM DST/AIDS, 4., 2001, Cuiabá. *Anais...* Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2001, p. 7172. Disponível em: <<http://www.portalsaudebrasil.com/artigospsb/public007.pdf>>. Acesso em: 18 ago.2006.

Envio do material: <http://submission.scielo.br/index.php/sausoc/login>

[Home] [Sobre a revista] [Corpo editorial] [Assinaturas]

Todo o conteúdo do periódico, exceto onde está identificado, está licenciado sob uma Licença Creative Commons.

Av. Dr. Arnaldo, 715

Prédio da Biblioteca, 2º andar sala 2

01246904

São Paulo SP

Brasil

Tel./Fax: +55 11 30617880

saudesoc@usp.br